

TRABALHO INFANTIL E TRÁFICO DE DROGAS:

entre a **proteção** e a **criminalização**
de jovens em Belo Horizonte

RELATÓRIO FINAL



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**



PSILACS
PSICANÁLISE E LAÇO SOCIAL
NO CONTEMPORÂNEO

crisp
Centro de Estudos
de Criminalidade
e Segurança Pública UFMG

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Fuad Noman

Prefeito de Belo Horizonte

Genilson Ribeiro Zeferino

**Secretário Municipal de Segurança e
Prevenção**

Márcia Cristina Alves

Diretora de Prevenção Social

Nádia Rodrigues Pereira

**Gerente de Prevenção à Violência e
Criminalidade em Território**

Coordenação Universidade Federal de Minas Gerais

Andréa Máris Campos Guerra

**Professora Adjunta do Departamento de
Psicologia**

**Núcleo Psicanálise e Laço Social no
Contemporâneo (PSILACS)**

Bráulio Alves Figueiredo

**Professor Associado do Departamento de
Sociologia**

**Centro de Estudos de Criminalidade e
Segurança Pública (CRISP)**

Equipe Técnica

Andréa Máris Campos Guerra

Christiane Odete De Matozinho

Lucas Caetano Pereira De Oliveira

Isadora Costa Saraiva

Di Nery Javkin

Júlia Somberg Alves

Ana Maria Botelho

Lucas Fernandes Silva

Diagramação e Arte

Anne Elly Pereira Fonseca

PREFÁCIO

Em 2019, foi criado no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte, **o Grupo Operativo de Implementação de Políticas para Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de BH**, institucionalizado pela Portaria Conjunta N°02/2020, composto por diferentes Secretarias Municipais: Direitos de Cidadania, Assistência Social, Segurança Alimentar, Saúde, Segurança e Prevenção, Educação, Esportes, Cultura e Desenvolvimento Econômico.

O GT teve como objetivo central, desenvolver ações estratégicas de prevenção, sensibilização da sociedade e conscientização das famílias contra o trabalho infantil; ao mesmo tempo promover o trabalho protegido e a capacitação de servidores da rede socioassistencial, Conselheiros Tutelares e Guarda Municipal sobre o tema.

Diante do desafio de elaborar um Plano Municipal sobre o fenômeno do Trabalho Infantil, a Secretaria de Segurança e Prevenção, por meio da Diretoria de Prevenção à Criminalidade, elaborou uma série de propostas para incidir sobre a agenda, até então fora das pautas das Políticas Municipais, acerca do trabalho no tráfico de drogas como uma das piores formas de Trabalho Infantil.

As ações propostas pela Diretoria de Prevenção à Criminalidade, elencam uma série de iniciativas, desde a formação dos agentes municipais de Segurança, a elaboração de fluxos com os órgãos envolvidos na proteção de crianças, adolescentes e jovens, até a realização de Diagnósticos que possam qualificar esta temática no âmbito do município de Belo Horizonte. O relatório que agora apresentamos, é fruto desta incidência no Plano Municipal, assim como resultado de inúmeras discussões com a Rede Municipal de Proteção Social, sobre a necessidade de termos referências técnicas e dados que informem, sobre o fenômeno do Trabalho Infantil no tráfico de drogas, na cidade de Belo Horizonte.

Para além de publicar um Diagnóstico, o trabalho desenvolvido aqui, teve como força motriz a necessidade de aprimorarmos processos de identificação das situações de trabalho de adolescentes no tráfico de drogas como uma das piores formas de Trabalho Infantil, para a partir daí, pensarmos a construção de processos de atuação da Rede de Proteção neste fenômeno. Mais que os dados, os relatos dos casos apresentados neste relatório, representam uma dura realidade social de sujeitos extremamente vulneráveis, que desde muito cedo vivenciam a exclusão, a negligência e a desigualdade social. Sujeitos crianças e adolescentes, que querem muito viver a vida como a maioria de seus pares, com liberdade, dignidade e direitos de cidadania. Nossa intenção com esta publicação, é principalmente fundamentar o debate, sobre como podemos oferecer esta oportunidade a esses



sujeitos, para que eles de fato, possam exercer a cidadania que lhes é de direito e quem sabe, pensar em um presente futuro com outras oportunidades.

O trabalho infantil não é apenas uma violação dos direitos humanos fundamentais, mas também uma prática que perpetua ciclos de pobreza. A Organização Internacional do Trabalho - OIT elencou como piores formas de trabalho infantil junto à violência sexual e à escravidão a *"utilização, recrutamento e oferta de crianças para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes"*.

No intuito de investigar as diferentes facetas do fenômeno do trabalho infantil, em especial a inserção de crianças e adolescentes no tráfico de drogas e suas trajetórias neste caminho árduo da desigualdade social, a Secretaria Municipal de Segurança Pública de Belo Horizonte, por meio da Diretoria de Prevenção à Criminalidade, contratou a pesquisa intitulada "Trabalho Infantil no tráfico de Drogas: Entre a proteção e a criminalização de jovens em Belo Horizonte". O trabalho foi realizado pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e o Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS) da UFMG.

Nessa pesquisa, constam os dados quantitativos provenientes dos relatórios estatísticos produzidos pelo Centro Integrado de Atendimento Autor de Ato Infracional (CIA/BH) e o conteúdo das entrevistas realizadas com lideranças e gestores de políticas públicas que atuam nos bairros Granja de Freitas, Taquaril e Alto Vera Cruz. Também foram realizados grupos de conversação e entrevistas com alunos de três Escolas Municipais localizadas nesses bairros, além de entrevistas realizadas com adolescentes em

cumprimento de Medida Socioeducativa nos Centros de Internação da capital.

A jornada para a realização desta pesquisa foi longa e desafiadora. Cada história ouvida, cada dado coletado, reforçou a necessidade urgente de uma ação em rede e a importância de um compromisso efetivo das Políticas Públicas e do Sistema de Justiça, para enfrentar esse problema. Através de uma análise cuidadosa, buscamos não apenas documentar a extensão e o impacto de uma das piores formas do Trabalho Infantil, mas também, sugerir caminhos possíveis para o enfrentamento deste problema social.

Agradecemos profundamente a todos que contribuíram para esta pesquisa. Aos diretores de escolas, pesquisadores, atores envolvidos neste processo, que compartilharam seu conhecimento e experiência, Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social, profissionais do Centro Integrado - CIA, às organizações que forneceram apoio logístico e dados essenciais, e, acima de tudo, aos jovens que, com coragem, abriram suas vidas na esperança de dias melhores.

Desejamos que esta pesquisa contribua para a implementação de Políticas Públicas mais protetivas, bem como para uma consciência mais aguçada sobre a necessidade de proteger nossas crianças e adolescentes das formas mais perversas de exploração.

Boa leitura,

Márcia Cristina Alves

Diretora de Prevenção à Criminalidade-DCRI
Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte





APRESENTAÇÃO

Este é o relatório final da pesquisa “Trabalho Infantil no Tráfico de Drogas: Entre a proteção e a criminalização de jovens em Belo Horizonte”, fruto da parceria entre o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), o Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS) e a Diretoria de Prevenção à Criminalidade da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, instituição responsável pelo financiamento do estudo.

Esta pesquisa é fruto de uma plataforma de trabalho da Diretoria de Prevenção à Criminalidade da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção da Prefeitura de Belo Horizonte, preocupada em qualificar o fenômeno do tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil. Esta plataforma de trabalho visa investigar as diferentes facetas do fenômeno do trabalho infantil, em especial a inserção de crianças e adolescentes no tráfico de drogas, a fim de qualificar a intervenção das políticas públicas do município, no sentido de mitigar a violação de direitos de crianças e adolescentes no tocante ao trabalho infantil no município.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	(6)
2. O MUNDO DO TRABALHO	(7)
3. O TRABALHO NO TRÁFICO DE DROGAS	(14)
4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	(19)
5. A LENTE DA JUSTIÇA JUVENIL: RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS DO CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRAACIONAL (CIA-BH)	(28)
6. A LENTE DOS GESTORES E LIDERANÇAS COMUNITÁRIA	(40)
6.1. Território e luta por moradia	(40)
6.2. Família	(52)
6.3. Escola, instituições e políticas públicas	(53)
6.4. Corpo: raça, gênero e violência	(57)
6.5. Trabalho protegido, trabalho informal e trabalho ilegal – trabalho infantil no tráfico de drogas	(60)
7. A LENTE DOS ADOLESCENTES	(65)
7.1. TERRITÓRIO E DESTERRITORIALIZAÇÃO	(66)
7.1.1. Racismo, violência e suspeição	66
7.1.2. Segregação	70
7.1.3. Migração	71
7.1.4. Pares e território	73
7.1.5. Políticas públicas promovem uma mobilidade territorial	75
7.2. FAMÍLIAS	78
7.2.1. Reconfiguração familiar	80
7.2.2. Conflitos familiares e violências domésticas	82
7.2.3. Prisões, assassinatos e mortes	86
7.3. ESCOLA E POLÍTICAS PÚBLICAS	89
7.3.1. A escola na lógica neoliberal	89
7.3.2. De aluno a trabalhador em espera	90
7.3.3. Entre a escola e o trabalho	96
7.4. TRABALHO	101
7.4.1. Afinal, o que é trabalho?	102
7.4.2. Trabalho e Família	103
7.4.3. Trabalho infantil doméstico	105
7.4.4. Trabalho infantil	108
7.4.5. Trabalho Protegido	112
7.4.6. Discriminações e Mercado de Trabalho	114
7.5. TRÁFICO	118
7.5.1. Trabalho, Tráfico e a Lógica Neoliberal	118
7.5.2. Desumanização: “E Eu Não Sou Uma Criança?”	122
7.5.3. Vinculação do adolescente ao tráfico de drogas	124
7.5.4. Rotina e o adolescente	130
7.5.5. Dinâmicas De Violência e Violência Policial	144
7.5.6. Tentativas de saída	149
7.5.7. E o futuro? O que os espera, esses que não esperam...	151
7.5.8. Tráfico de drogas: um trabalho	158
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
9. REFERÊNCIAS	177
10. ANEXOS	183
ANEXO A - Roteiro de escuta e condução dos grupos e entrevistas narrativas	183
EIXO 1: TRABALHO	184
EIXO 2: TRABALHO E FAMÍLIA	184
EIXO 3: TERRITÓRIO E CIDADE	184
EIXO 4: TRABALHO, CORPO E VIRILIDADE	185
EIXO 5: TRABALHO, JUVENTUDE E RAÇA	185
EIXO 6: TRABALHO E ESCOLA	186
EIXO 7: TRÁFICO E TRABALHO	186
EIXO 8: PERSPECTIVAS DE FUTURO	187
ANEXO B - Roteiro de entrevista com gestores e lideranças	188
ANEXO C - Imagens utilizadas como disparadoras das conversações	189



1. INTRODUÇÃO

A questão do combate ao trabalho infantil tem sido tomada como prioridade para os organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com a OIT, somente em 2016, 152 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, foram submetidas ao trabalho infantil. Deste montante, quase metade dessas crianças, cerca de 73 milhões delas, estavam submetidas a formas de trabalho tidas como perigosas.

Este cenário mundial se reflete historicamente na realidade brasileira que tem uma marca persistente, herdadas da própria colonização, no que diz respeito ao trabalho infantil. Isto se comprova nos últimos dados estatísticos, de 2019, que, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre Trabalho de Crianças e Adolescentes, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantou que 1,768 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham em todo o território nacional, cerca de 4,6% da população (38,3 milhões) nesta faixa etária.

Esse contexto, alarmante em nível nacional, exige uma leitura cuidadosa do fenômeno no âmbito de cada unidade federativa, a fim de que se possa entender os fatores de risco que concorrem para a concretização do fenômeno do trabalho infantil. Em Minas Gerais, só em 2019, haviam 288.358 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil. Levando em consideração que a população na faixa etária de 5 a 17 anos no Estado era estimada em 3.654.922, a proporção de crianças e adolescentes submetidos ao trabalho infantil equivalia a 7,9% do total de crianças e adolescentes do estado, acima da média nacional que era de 4,8% do total. Deste montante submetido ao trabalho infantil, 41,6%, cerca de 119.963 crianças e adolescentes, exerciam alguma das piores formas de trabalho infantil. Por fim, do total de crianças e adolescentes trabalhadores, 26,7%, cerca de 76.912, eram não negros e 73,3% negros, aproximadamente 211.446 crianças e adolescentes.¹

As piores formas de trabalho infantil são elencadas em uma lista instituída pelo Decreto nº 6.481/2008 que sanciona a Convenção 182 da OIT. Trata-se de uma classificação adotada por

¹ Disponível em: <https://fnpeti.org.br/foruns/minas-gerais>



vários países signatários da OIT, para definir aquelas atividades que dentro do escopo do trabalho infantil, já violador de direitos, oferecem mais riscos à saúde, ao desenvolvimento e à moral das crianças e dos adolescentes. Entre as atividades listadas como piores formas de trabalho infantil junto ao abuso sexual e à escravidão está a *“utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes”*.

Neste cenário, com o objetivo de investigar as diferentes facetas do fenômeno do trabalho infantil, em especial a inserção de crianças e adolescentes no tráfico de drogas, o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e o Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS) uniram esforços para realizar a presente pesquisa intitulada “Trabalho Infantil no tráfico de Drogas: Entre a proteção e a criminalização de jovens em Belo

Horizonte”. Esta pesquisa foi encomendada pela Secretaria Municipal de Segurança Pública de Belo Horizonte através da Diretoria de Prevenção à Criminalidade.

Neste relatório, apresentamos os resultados finais desta pesquisa explorando os dados quantitativos provenientes dos relatórios estatísticos produzidos pelo Centro Integrado de Atendimento Autor de Ato Infracional (CIA/BH) e o conteúdo das entrevistas realizadas com lideranças e gestores de políticas públicas que atuam nos bairros Granja de Freitas, Taquaril e Alto Vera Cruz. Também foram realizados grupos de conversação e entrevistas com alunos de três escolas municipais localizadas nesses bairros, além de entrevistas realizadas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na capital.





2. O MUNDO DO TRABALHO

Há um elemento não tratado, dado desde o Brasil colônia, que se atualiza repetidamente na história contemporânea do Brasil. Este fenômeno nos remete ao que Avery Gordon aponta como as assombrações, onde, para ela, "o fantasma não é simplesmente uma pessoa morta ou desaparecida, mas uma figura social, e sua investigação pode conduzir àquele denso local onde história e subjetividade produzem vida social" (Gordon, 1997, p.8).

Stephen Frosh, reitera a leitura de Gordon, afirmando que "fantasmas são eventos sociológicos, associados à ordem social e especialmente às instâncias traumáticas de opressão que são empurradas para as margens da história, embora continuem a infiltrar-se na imaginação de gerações posteriores" (2018, p.57). No mesmo sentido, Fátima Lima (2020) chama a atenção para o papel da branquitude no atual estado que a sociedade brasileira se encontra:

O cubo branco ou a branquitude é o lugar da violência que, através da linguagem e das práticas sociais, produz feridas coloniais que sangram a todo instante através de inúmeras reencenações coloniais que assolam os modos de vida negras. Há, nesse sentido, um passado que não está morto e, se morreram algumas de suas dimensões, não foram enterradas devidamente. Um passado-presente e uma dívida alta (p. 83)

Assim, podemos pensar que a pregnância do trabalho infantil na nossa sociedade é uma forma de assombração do passado de uma sociedade que não conseguiu se haver com sua herança escravagista, que reatualiza cotidianamente a segregação sócio-racial brasileira. De escravo a trabalhador infantil, de mau cidadão a bandido operário, há aqui uma repetição daquilo que insiste sob as malhas imaginárias de uma história oficial?

A história do trabalho no Brasil é marcada por uma trajetória complexa e multifacetada, desde o período colonial até os dias atuais. Durante o período de colonização, o trabalho escravo dos povos indígenas e africanos foi a base da economia colonial, sustentando a produção agrícola e extrativa. Com a abolição da escravatura em 1888, o país passou por uma transição para o trabalho assalariado, impulsionado pelo processo de industrialização e urbanização no final do século XIX e início do século XX. O trabalho nas indústrias e nas cidades atraiu uma massa de trabalhadores



migrantes, muitos dos quais enfrentam condições precárias e jornadas extenuantes. A luta pelos direitos trabalhistas ganhou força ao longo do século XX, culminando com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que estabeleceu normas para a proteção dos trabalhadores.

Apesar dos avanços, o Brasil ainda enfrenta desafios relacionados ao trabalho informal, à exploração de trabalho escravo e infantil e às desigualdades de raça, classe e gênero, questões que continuam a moldar a dinâmica das trajetórias no mundo do trabalho.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o trabalho é proibido para pessoas com menos de 13 anos. Entre 14 e 16 anos, no entanto, admite-se o trabalho na condição de aprendiz. Já entre 16 e 17 anos, há permissão parcial, sendo avaliada a natureza da atividade, sendo proibitiva aquelas que configuram trabalho noturno, insalubre e perigoso. Apesar deste marco legal, o trabalho de adolescentes geralmente é visto como prejudicial para os jovens de classe média e alta, ao mesmo tempo em que é considerado como benéfico para indivíduos de classe baixa (Villar e Mourão, 2018).

Além disso, há evidências que mostram que o aumento da renda familiar e o nível de escolaridade dos pais reduzem a probabilidade de a criança trabalhar, aumentando a possibilidade desta estudar. (Kassouf, 2015). Galdeano (2018) aponta que a probabilidade do trabalho infantil-juvenil está atrelada aos baixos níveis educacionais e profissionais além dos desafios que enfrentam nas possíveis fontes de rendas, implicando em um envolvimento tanto no trabalho ilegal quanto informal. Em outras palavras: "Dado o perfil de baixa escolarização e profissionalização, esses adolescentes se colocam de maneira muito específica no

mercado de trabalho. Em geral, em atividades autônomas que exigem baixa escolaridade e baixa especialização, as quais oferecem baixa remuneração" (Galdeano, 2028, p.34). Desse modo, a inserção antecipada no mundo do trabalho, muitas vezes indica uma reprodução social da pobreza, eis que presente, um ciclo de dificuldades socioeconômicas além do prolongamento da vulnerabilidade e restrição de oportunidades de crescimento.

Os adolescentes que buscam acessar o trabalho protegido são geralmente encaminhados às instituições que executam programas de iniciação profissional através das escolas, equipamentos da assistência social (CRAS e o CREAS) ou pelo Ministério Público no caso de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Estes adolescentes passam por um processo de inscrição que envolve a análise de documentos, de perfil e uma série de questões associadas às trajetórias familiar e escolar (Carvalho, 2022). Neste contexto, a existência de uma série de filtros no processo de seleção, já indica que as oportunidades de acesso ao trabalho protegido não estão universalmente disponíveis.

Os adolescentes selecionados são inseridos em cursos de capacitação que buscam os preparar para o mundo do trabalho. Finalizado o curso, os estudantes considerados aptos são encaminhados para vagas de estágio, realizando uma jornada de trabalho em contraturno escolar. Neste caso, estar matriculado e frequente na escola é uma exigência para a manutenção de seu vínculo empregatício.

Trabalhos como os de Rocha e Góis (2010) e de Ramos e Menandro (2010) mostram que os adolescentes inseridos no trabalho protegido possuem uma percepção positiva de sua experiência laboral na medida em que esta



possibilita o desenvolvimento de competências e habilidades associadas às noções de responsabilidade, autonomia e iniciativa. De mesmo modo, na avaliação do Programa Jovem Aprendiz (PJA) realizada por Villar e Mourão (2018) a partir de um estudo quase-experimental com 509 jovens divididos em dois grupos (experimental e controle), observou-se uma melhoria estatisticamente significativa na percepção sobre o desenvolvimento profissional, a empregabilidade e a autoeficácia, entre jovens que participaram do PJA em comparação com o grupo controle. De modo geral, estes autores observaram que a inserção no trabalho protegido também possibilita a criação de redes de relações com o mundo do trabalho promovendo o sentimento de pertencimento e ampliação das perspectivas e expectativas de futuro.

No entanto, essa socialização pelo trabalho, muitas vezes não se dá em condições de formalização e proteção, dado o espaço ocupado pela economia informal em nossa sociedade (Dayrell, 2007). Essa situação de inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho em desconformidade com o marco legal configura trabalho infantil e tem como consequência dificuldades na aquisição de educação e capital humano que tem impacto na saúde física e mental e sobre a qualidade na inserção em uma trajetória laboral ao longo do curso de vida (Kassouf, 2015). Este fenômeno é definido pela OIT (2001) como "todo trabalho realizado por crianças e adolescentes que estão abaixo da idade mínima para a entrada no mercado de trabalho, segundo a legislação em vigor no país".

No Brasil, o tema do trabalho infantil é normatizado por diversas legislações e acordos internacionais. A Constituição Federal de 1988,

a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são alguns dos marcos legais que buscam proteger os direitos das crianças e adolescentes em relação ao trabalho. Além disso, o país é signatário das Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A Convenção 182, em seu artigo terceiro, estabelece a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), que identifica 93 atividades que, dentro do âmbito do trabalho infantil, representam maiores riscos à saúde, ao desenvolvimento e à moral das crianças e dos adolescentes. . Essa lista., determina que as piores formas incluem:

- 1 - Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório (inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados);
- 2 - Utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas
- 3 - Utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- 4 - Trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, podem prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

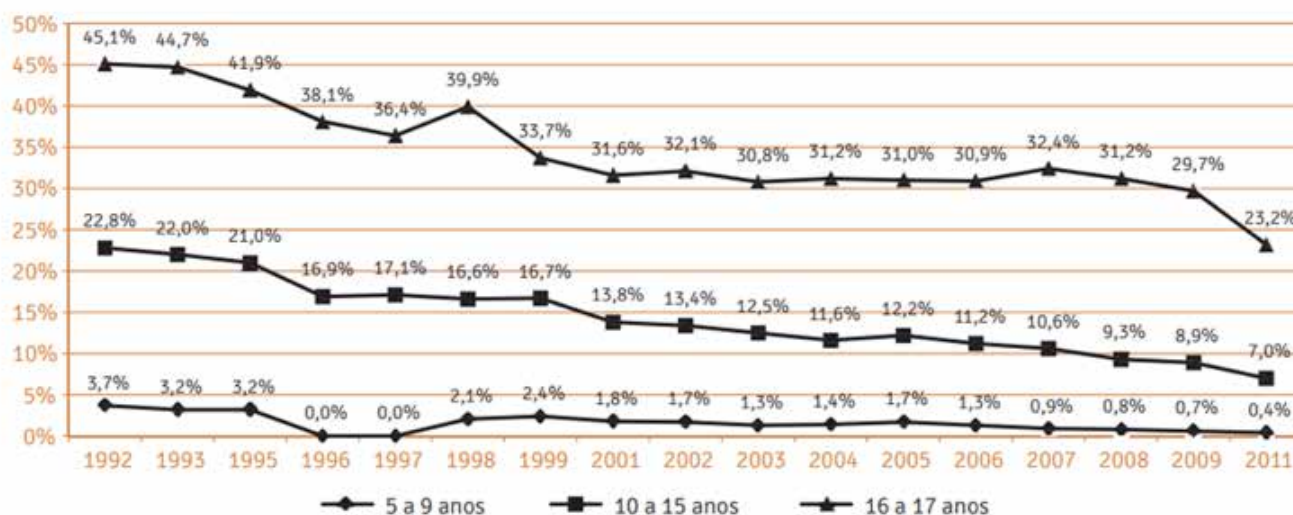
O esforço institucional em prol do combate ao trabalho infantil no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, reuniu diversos órgãos públicos, organizações da sociedade civil, sindicatos, representantes do



setor produtivo e organismos internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a OIT (Kassouf, 2015). Deste modo, o país é hoje reconhecido internacionalmente por sua capacidade de

combater o trabalho infantil através de políticas sociais e bases de dados de qualidade. De fato, a análise da série histórica da PNAD entre 1992 e 2011, demonstra a redução do trabalho infantil para todas as faixas de idade.

Gráfico 1 – Evolução do trabalho de crianças e adolescentes (1992 a 2011)



Fonte: Pnads (IBGE, 1992-2011), exceto a área rural da região Norte.

Nota: dados não incluem adolescentes de 13 a 17 anos com carteira assinada nem a área rural da região Norte.

Segundo o relatório produzido pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) através dos dados da PNAD, estima-se que 1,8 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhavam em todo o Brasil em 2019. Os dados apontam que se trata de um fenômeno com maior incidência entre meninos, indivíduos com idades entre 14 e 17 anos, pessoas negras e residentes de áreas rurais. As estatísticas também revelam que cerca de 19,3% das crianças e adolescentes que trabalham não frequentam a escola. Além disso, estes indivíduos possuem jornadas semanais de cerca de 18,3 horas, sendo as principais ocupações desempenhadas por estes indivíduos descritas como balconistas e vendedores de lojas, trabalhadores elementares

da agricultura, escriturários gerais, cuidadores de crianças e agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura.

Ainda segundo a PNAD, do montante total de crianças e adolescentes trabalhadoras (1,8 milhão) 704 mil (39,2% do total) estavam ocupados em atividades listadas entre as piores formas de trabalho infantil (Lista TIP em 2019). O perfil destas crianças e adolescentes se destaca por ser majoritariamente composto por indivíduos do sexo masculino, negros e moradores de áreas urbana.

O elevado número de crianças e adolescentes envolvidos em atividades listadas como as piores formas de trabalho infantil (Lista TIP) é uma questão preocupante no cenário brasileiro. No entanto, no caso



específico do tráfico de drogas, apesar das tratativas jurídicas colocarem este tipo de atividade entre os piores tipos de trabalhos infantil, há uma aparente ambiguidade jurídica em relação ao tema. Se por um lado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) toma o envolvimento no tráfico como ato infracional passível de aplicação de medida socioeducativa, incluindo a internação, os Decreto 6.481/2008 e Decreto 3.597/2000, que regulamentam a Convenção 182 da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, enquadram o tráfico de drogas como trabalho infantil e determina ações públicas imediatas tanto para a sua eliminação da situação, quanto para a proteção da vítima. Assim, crianças e adolescentes que são envolvidos na atividade do tráfico de drogas apresentam uma condição paradoxal: ao mesmo tempo que são vítimas da situação de trabalho infantil são também suspeitos de cometimento de atos infracionais.





3. O TRABALHO NO TRÁFICO DE DROGAS

Mesmo ilegais na maior parte dos países do mundo, as drogas derivadas da maconha, da coca e da papoula são consumidas por milhões de pessoas em todo o planeta sem nenhum tipo de controle ou regulamentação estatal. Para se ter uma ideia, segundo o relatório "Drugs Statistics and Trends", produzido pela UNODC em 2010, de 150 a 250 milhões pessoas com idades entre 15 e 64 anos consumiram drogas ilícitas pelo menos uma vez no ano de 2007. A principal droga consumida é a maconha, utilizada por uma população estimada entre 129 e 190 milhões de pessoas em todo o mundo. Embora a proibição dessas substâncias seja a doutrina hegemônica em todo planeta, esta é incapaz de suprimir a demanda. Desse modo, o proibicionismo patrocina o surgimento e a manutenção de uma criminalidade organizada de extensões transnacionais, mas com fortes impactos locais (Fiore, 2012).

Autores como Martins (2020) afirmam que o comércio varejista de drogas está cada vez mais estruturado sobre a exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Isso se daria em função de uma série de motivos. Em primeiro lugar, está a presença ostensiva das "biqueiras", assim como de outras ilegalidades nas periferias urbanas brasileiras, de modo que os sujeitos envolvidos nestas atividades servem de referências para crianças e adolescentes nestes contextos, que buscam seguir os modelos adultos que tenham sentido com suas trajetórias.

Além disso, por conta de fatores como a discriminação racial, a falta de base educacional formal e capacitação profissional, o que levaria a um cenário de escassez de oportunidades para crianças e adolescentes em contexto vulneráveis. Este seria um exército de mão de obra subutilizado que poderia ser utilizado a um baixo custo. Outra motivação importante, seria a dinâmica do mercado, uma vez que a introdução da cocaína gerou a necessidade de ampliação dos postos de venda e das mortes dos indivíduos envolvidos com esta atividade, o que por sua vez gerou demanda por substituição rápida dos trabalhadores deste mercado. Um terceiro ponto relevante envolve as interseções entre a cultura do consumo e as formas de constituição de identidade e status presentes



na cultura juvenil. Neste registro, o dinheiro proveniente da inserção no tráfico de drogas, se apresenta como um meio para a aquisição de bens e itens consumidos pelas classes altas como roupas e sapatos, além de drogas e gastos com festas e outras formas de diversão e entretenimento (Malvasi, 2012).

De modo adicional, o tráfico de drogas se apresenta como uma empresa organizada e fixada em lugares específicos, que incorpora os jovens como 'assalariados' (Lyra, 2013). No mesmo sentido é o afirmado por Galdeano (2018): "o mercado de varejo de drogas funciona nos moldes de uma empresa, por vezes regulado por facções criminais e chancelado pelo Estado, e utiliza da mão de obra infantil nas suas funções mais baixas" (p. 66). Assim, este mercado é capaz de oferecer não apenas uma fonte de renda, como também um plano de carreira para aqueles que sentem a necessidade e a obrigação de se tornarem independentes ainda em tenra idade. Assim como qualquer empresa, o tráfico de drogas exige uma divisão de tarefas que são hierarquicamente dispostas em postos que vão desde olheiro ou entregador de marmitas até cargos de gerência. Segundo Lyra (2013):

Existem várias maneiras para o jovem ascender na boca, mas em todas elas o que determina seu crescimento é o grau de confiança que desperta em seus superiores. Chegar no horário, desempenhar bem sua função, não consumir o produto, ser corajoso, além de uma boa relação com os companheiros de trabalho são fatores que tornam um jovem confiável e apto a assumir um cargo tão logo a empresa cresça, um funcionário faleça ou acabe preso. [...] A oportunidade de crescer no trabalho, por meio de sua própria dedicação, propicia um reconhecimento social e uma satisfação individual que, no seu caso particular, dificilmente poderia ser encontrada em um emprego formal (p. 139).

Neste contexto, a rotina de crianças e adolescentes neste tipo de trabalho possui um processo estruturado de trabalho com uma jornada de trabalho a ser cumprida, atribuição de responsabilidades e tarefas (Martins, 2020; Galdeano, 2018). É interessante notar que a própria nomenclatura e os jargões usados pelos trabalhadores do tráfico de drogas se assemelham às expressões usadas no mundo do trabalho formal: "firma", "gerente", "bater ponto" e "tomar balão" são comumente usadas pelos indivíduos engajados nessas atividades. Neste registro, os adolescentes pesquisados por Costa e Barros (2019), compreendem o tráfico de drogas como trabalho e o traficante como um trabalhador, o que confere uma superioridade moral com relação aos indivíduos categorizados como "vagabundos", isto é, aqueles não prestam auxílio à sua família e à sua comunidade.

Outro elemento fundamental elencado pelos mesmos jovens para refletir sobre a atividade no tráfico é a violência (Costa e Barros, 2019). Enquanto atividade sem qualquer forma de mediação e regulação legal, as organizações engajadas no tráfico de drogas recorrem à violência como forma de disciplinar a mão de obra, conquistar novos pontos de venda e para defender os antigos pontos da ação dos grupos rivais e da polícia. Segundo Beato e Zilli (2012), quanto menor a penetração de uma racionalidade econômica no mercado das drogas ilícitas, maior é a exposição dos seus agentes à violência perpetrada por e contra grupos competidores ou agentes do Estado. Isso teria impactos sobre a escalada de seriedade dos delitos cometidos por adolescentes associados ao tráfico de drogas, uma vez que estes, a depender do estágio de estruturação desse mercado, podem portar armas de fogo e cometer crimes violentos.



No entanto, Zaluar (2004) discorda que a associação entre o tráfico de drogas e a violência se dê apenas em função de questões econômicas. A autora argumenta que um dos fatores associados a esse tipo de dinâmica seriam as formas de sociabilidade. Assim, o engajamento dos trabalhadores do tráfico em ações violentas se daria em função da exigência de se demonstrar lealdade ao grupo ao qual se faz parte e da percepção de que este grupo é o responsável pela defesa da comunidade contra inimigos externos (Costa e Barros, 2019; Lyra, 2013).

Outra camada da sociabilidade existente no tráfico de drogas é o sentimento de desconfiança que emerge do medo de ser delatado ou traído por moradores da comunidade e parceiros de atividade. Deste modo, a violência além de ser fruto das dinâmicas de confronto e vingança contra atores externos, também é instrumentalizada internamente como forma de controle dos indivíduos e como forma de disputa de recursos e posições na hierarquia. Assim, os adolescentes entrevistados por Bortolozzi (2014) embora compreendam o tráfico de drogas como uma empresa, salientados aspectos organizacionais como a hierarquia e a existência de regras, eles o caracterizam contraditoriamente como uma empresa 'desorganizada' na qual 'é cada um por si'. Desse modo, Bortolozzi (2014) afirma que a desconfiança é um sentimento estrutural do tráfico que contribui para a banalização do uso da violência. Na visão deste autor, este é um fator que dificulta a desistência dos sujeitos engajados no tráfico, uma vez que este ao

mesmo tempo em que cria situações de risco, também oferece instrumentos de autoproteção. Assim, crianças e adolescentes que são envolvidos na atividade do tráfico de drogas apresentam uma condição paradoxal: ao mesmo tempo que são vítimas da situação de trabalho infantil são também suspeitos de cometimento de atos infracionais (Martins, 2020). Essa ambiguidade jurídica-normativa se atualiza em dados alarmantes. Segundo o Levantamento do SINASE publicado em 2019², um compilado de dados referentes a 2017, os atos infracionais de maior incidência nas medidas privativas de liberdade foram roubo (38,1%), tráfico e associação ao tráfico de drogas (26,5%) e homicídio (8,4%). Dessa forma, pode-se observar que os delitos contra o patrimônio são os principais responsáveis pela internação de adolescentes, incluindo aí o tráfico de drogas.

Neste sentido, é o tráfico de drogas um dos maiores violadores dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil hoje, onde quem é responsabilizado por isto é contraditoriamente o próprio adolescente, sendo o tráfico o segundo maior motivo da institucionalização de adolescentes no Brasil. Este dado se torna bastante preocupante quando nos atentamos para o fato da natureza da medida socioeducativa de internação.

A medida socioeducativa de internação é a mais gravosa das medidas previstas pelo sistema de medidas socioeducativas previstas no ECA. Trata-se da reclusão do adolescente, em instituição exclusiva para este fim. Por sua gravidade a medida socioeducativa de internação só é prevista de aplicação, de acordo

2 Utilizamos aqui o Levantamento Anual de dados do SINASE publicado em 2019, por ele conter dados mais qualificados relativos ao ato infracional praticado.

com o Art. 122, quando: I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

De acordo com a tipificação necessária para a medida de internação, um adolescente que tenha como ato infracional o tráfico de drogas, só será encaminhado à internação se for reincidente ou ter descumprido medidas anteriores. Ora, a reincidência no tráfico de drogas atesta, mais que uma carreira infracional adolescente, a própria ineficiência do sistema em garantir medidas protetivas necessárias para o asseguramento integral dos direitos das crianças e adolescentes. Assim a medida socioeducativa toma o lugar da medida protetiva na banalização e naturalização do trabalho infantil.

Este contexto de violência sistêmica e estrutural contra crianças e adolescentes em relação ao trabalho infantil se agrava mais formentemente no contexto atual. Segundo o FNPETI, diante do agravamento da crise

socioeconômica no contexto da pandemia da Covid-19, do desmantelamento de políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, da ausência de suporte às famílias em situação de vulnerabilidade e também pela redução de recursos financeiros para as ações de fiscalização do trabalho por parte do governo federal, a inclusão de crianças e adolescentes no tráfico se agrava sem suporte adequado das políticas públicas.

Essa insalubridade e criminalização as quais as crianças e adolescentes estão submetidos no trabalho dentro tráfico de drogas desencadeiam a partir de si uma série de outras vulnerabilidades e violações que engendram trajetórias marcadas pela violência reiterada. Nesse sentido torna-se urgente o desenvolvimento de indicadores e de políticas públicas, especialmente nos territórios mais vulneráveis, capazes de diagnosticar e prevenir o envolvimento de adolescentes e jovens com o trabalho infantil e especialmente com o tráfico de drogas.





4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

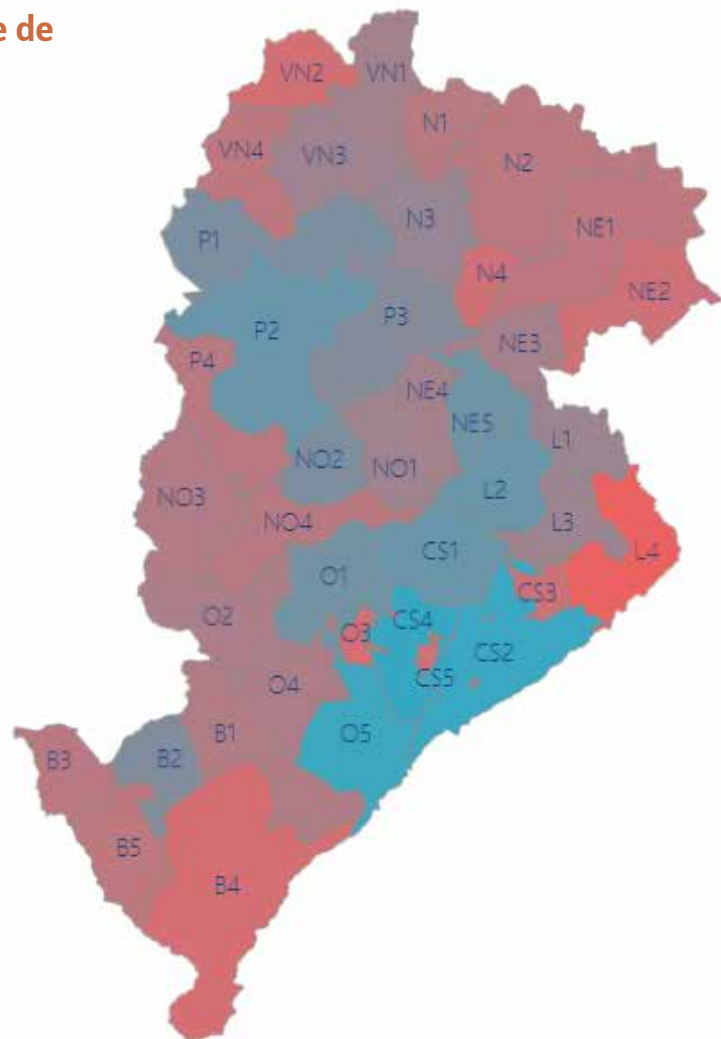
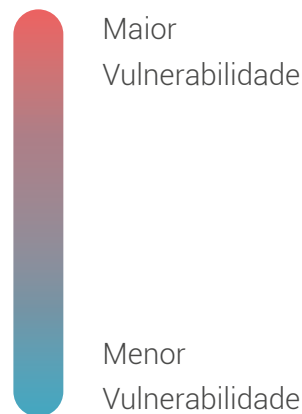
Esta pesquisa adota uma abordagem exploratória, buscando investigar e compreender as relações entre o trabalho infantil, o tráfico de drogas, a proteção e a criminalização de jovens em Belo Horizonte de maneira ampla e sem predefinição de hipóteses rígidas. Dessa maneira, a metodologia utilizada busca retratar diferentes perspectivas através do emprego de métodos quantitativos e qualitativos de análise.

Neste sentido, em primeiro lugar reconstruímos a série histórica através dos relatórios estatísticos do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) sobre a apreensão de adolescentes por tráfico de drogas e outros crimes na cidade de Belo Horizonte. Este levantamento de dados permitiu um panorama histórico e local, capaz de caracterizar a relação entre trabalho infantil e tráfico de drogas, bem como compreender se existem diferenças nas tendências observadas antes e depois da pandemia de COVID 19.

A partir dessas informações, iniciamos um trabalho de campo focado nos bairros que compõem a região L4 de Belo Horizonte (Granja de Freitas, Taquaril e Alto Vera Cruz³). A escolha desta região é justificada a partir do Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte (IVJ-BH), que reúne indicadores como distorção de idade e série no ensino médio, percentual de indivíduos com idades de 10 a 14 anos ocupados, percentual da população com idade entre 15 a 29 anos, renda domiciliar média, taxa de abandono escolar no ensino médio, taxa de fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos, taxa de homicídio da população masculina de 15 a 29 anos. A partir da síntese desses indicadores, o IVJ aponta a região L4 como o território mais vulnerável da cidade, com IVJ 72,8.

³ Essa divisão regional, denominada "Território de Gestão Compartilhada", se constitui através do agrupamento de bairros de uma mesma regional baseada em critérios como infraestrutura disponível e aspectos socioeconômicos. Trata-se de uma divisão utilizada para o planejamento de políticas públicas, não existindo estruturas administrativas ou gerenciais dedicadas aos territórios.

Imagem 1 - Distribuição do Índice de Vulnerabilidade Juvenil por territórios de Belo Horizonte



Fonte: PBH, 2016

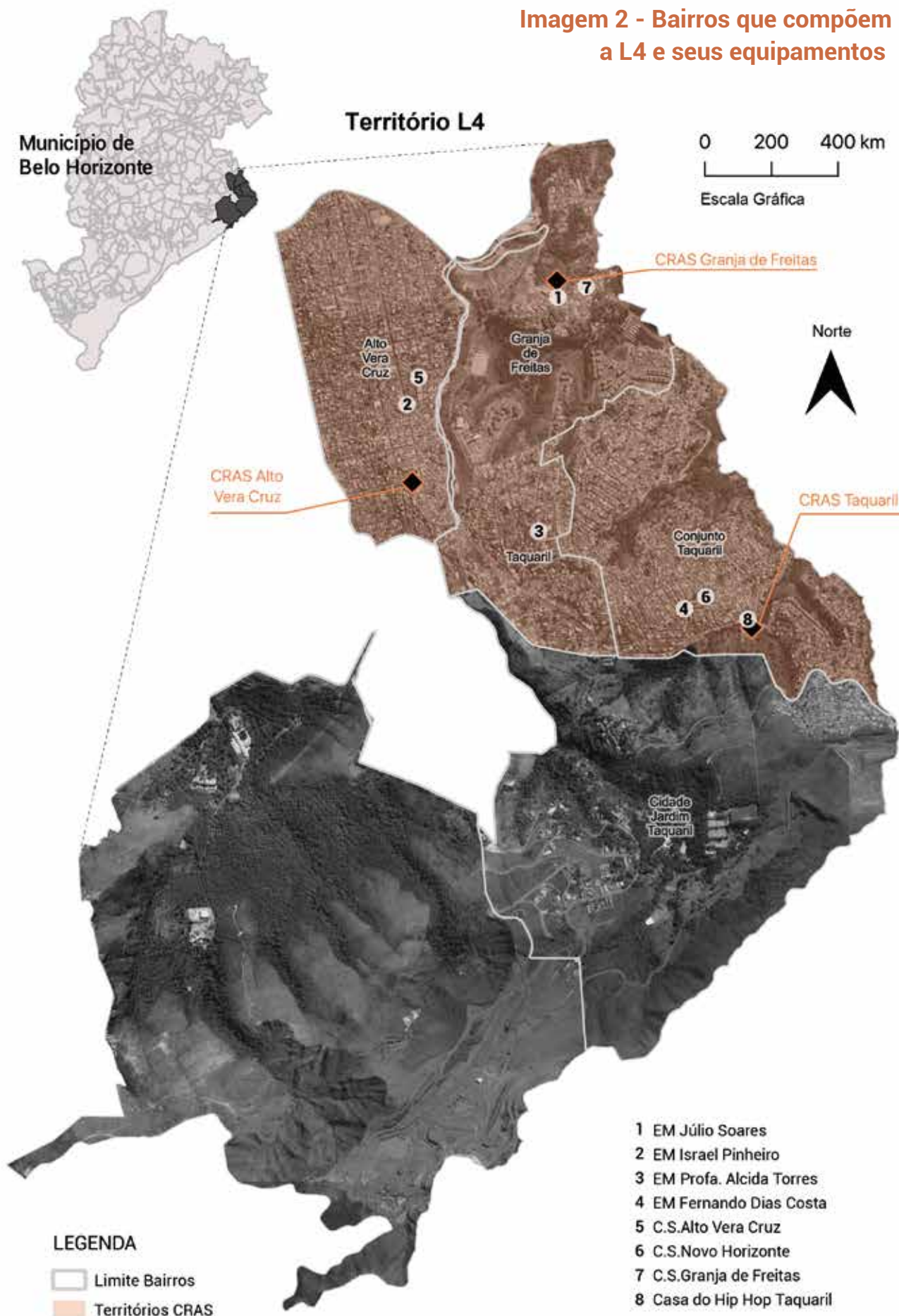
A primeira fase do trabalho de campo teve início em janeiro de 2023. Neste primeiro momento, com o auxílio da Diretoria de Prevenção às Violências e Criminalidade e da Gerência de Prevenção às Violências em Territórios da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção os pesquisadores realizaram entrevistas semi-estruturadas com as diretoras das escolas municipais Israel Pinheiro e Doutor Julio Soares, interlocutoras com as quais a equipe de pesquisa já havia desenvolvido uma relação através dos encontros de rede das instituições que atuam nos bairros que compõem a região L4, realizados mensalmente desde 2020.

A entrada em outras instituições e espaços do território foi articulada pela equipe da Secretaria Municipal de Segurança e

Prevenção, sendo facilitada pelas analistas do Instituto Avante Social, organização não governamental que foi contratada para executar o projeto Chega Aí, responsável por promover oficinas esportivas e culturais para adolescentes matriculados nas escolas do território. Estas interlocutoras apresentaram o território em uma série de encontros semanais, onde a equipe de pesquisa pode transitar pelas ruas dos bairros entre as reuniões que aconteceram em equipamentos como, por exemplo, o Abrigo Granja de Freitas, o CRAS Granja de Freitas, o CRAS Taquaril, o CRAS e o Centro Cultural Alto Vera Cruz e a Casa do Hip Hop. Nestas oportunidades foram realizadas 15 entrevistas semi-estruturadas com gestores e lideranças.



Imagem 2 - Bairros que compõem a L4 e seus equipamentos





Posteriormente, foram realizados grupos de conversação com alunos das escolas municipais Israel Pinheiro, Doutor Júlio Soares e Alcida Torres, nos quais foi abordada a temática do trabalho. A "Conversação" é um dispositivo de intervenção psicanalítica, forjada por Jacques Allain Miller nos anos 1990, que tem como objetivo a possibilidade de uma fala plena, coletivizada, onde individualmente os sujeitos possam buscar o sentido particular das palavras, dar a ver suas identificações, seus pontos de impasse, fazendo aparecer o sujeito dividido e o índice de seu sintoma, para deslocar as máximas discursivas que alienam esses sujeitos a certas posições discursivas fixas e promover uma desidentificação rumo outros nomes inéditos, melhores para cada sujeito. Nas palavras de Miller, a conversação é:

uma situação de associação livre, se ela é exitosa. A associação livre pode ser coletivizada na medida em que não somos donos dos significantes. Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiamos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. Pelo menos é a ficção da conversação: produzir — não uma enunciação coletiva — senão uma associação livre coletiva, da qual esperamos um certo efeito de saber. Quando as coisas me tocam, os significantes de outros me dão ideias, me ajudam e, finalmente, resulta — às vezes — algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas (Miller, 2005, p. 15-16).

Pereira (2012) nos aponta que as conversações são construídas a partir da demanda do outro, onde fazendo-a palavra circular, na coletividade, algo do dissenso e dos impasses do sujeito se apresentam dando a ver como singularmente cada um responde a esta demanda colocando em jogo seus significantes, suas identificações e o real não circunscrito por estes semblantes. Então, a partir da demanda

de um outro, os sujeitos se colocam no grupo e o formam a partir do que lhes é singular.

O que se desvela nas conversações é aquilo que é calado institucionalmente de sentido, ou melhor, o que se revela é ao contrário uma pluralidade dissidente de sentido, que se apresenta como um sentido a menos capaz de deslocar o sujeito de uma posição fixa determinada pelo discurso do mestre, rumo ao desejo em causa nos seres falantes. Isso porque, como nos aponta Brisset, "uma Conversação pode fazer vacilar os significantes mestres que regem um fazer protocolar com base em um suposto poder — potência surda e mortífera" (Barros-Brisset, 2013, p. 59). Trata-se de fazer aparecer, através da associação livre coletivizada, a diferença, discordância, estranhamento, atos falhos, questionar as identificações, as surpresas, as contradições, os enigmas, as ficções rígidas com que cada um se identifica para dar sentido a seus pontos de real. Para ouvir aquilo que reside na contradição institucional, própria do recorte desta pesquisa, a conversação surge como uma pertinente aposta metodológica na medida em que ela pretende levantar, através da palavra destes sujeitos, os elementos condensados no silenciamento do mal-estar instaurado entre proteção e criminalização.

A partir disso, é possível acessar a particularidade dos sujeitos, bem como os sentidos comuns, os mal entendidos, os detalhes e as ausências. Isto é, a enunciação de um adolescente, os significantes utilizados, os silêncios e as pausas podem abrir espaço para outras enunciações, outros discursos e significantes dos demais jovens. Essa aposta na circulação da palavra (Santiago, 2008), permite que cada sujeito encontre formas de tomar a palavra diante de um real muitas vezes insuportável e sempre impossível de



simbolização (Santiago, 2008).

Dessa maneira, em um primeiro momento, com o objetivo de criar laços com os adolescentes, possibilitando a espontaneidade da associação livre a partir da confiança dos participantes entre seus pares e com quem oferta a escuta (Miller, 2003), a equipe de pesquisa utilizou de quatro imagens que retratam diferentes formas de trabalho infantil como disparadores do debate sobre os significados do trabalho e suas articulações com a juventude e as desigualdades sócio-raciais e de gênero. Essa primeira etapa se justifica, sobretudo através da intenção de valorizar o saber dos participantes e romper com a lógica de violações e exclusões perpetradas pelo Estado e também por integrantes do campo acadêmico, que comumente os nomeiam e enxergam a partir de um olhar de suspeição ou sob a ótica da alienação. (Guerra, Moreira e Silva, 2022). Em seguida, os pesquisadores conduziram as conversas baseando-se em um roteiro de escuta pré formulado (anexo A) dividido em nove eixos:

- 1) Trabalho;
- 2) Trabalho e família;
- 3) Território e cidade;
- 4) Trabalho, corpo e virilidade;
- 5) Trabalho, juventude e raça;
- 6) Trabalho e escola;
- 7) Tráfico e trabalho;
- 8) Perspectivas de futuro;

Este roteiro tem por objetivo dar direcionamento para as conversações, mas sem limitá-las às perguntas nele contidas. Além disso, a divisão em tópicos tem uma finalidade didática, mas salienta-se que os tópicos foram narrados ora separadamente, ora de maneira

simultânea pelos interlocutores. Durante a pesquisa de campo junto às escolas pesquisadas da L4, foram realizadas 16 sessões de conversação com 8 grupos de 6 a 12 adolescentes, sendo a seleção dos participantes determinada pela direção da instituição de ensino.

De forma adicional, os jovens que participaram das conversações e foram convidados, a conversar individualmente com os pesquisadores, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do adolescente e dos responsáveis, caso seja menor de idade. Nessa etapa individual, jovens foram interpelados individualmente através de narrativas memorialísticas e entrevistas semi-estruturadas. É importante pontuar que alguns adolescentes que durante as conversações demonstraram conhecer a realidade do trabalho no tráfico de drogas, se negaram a participar das entrevistas individuais.

Para aqueles adolescentes que aceitaram o convite para a realização de uma conversa individual, os integrantes da equipe de pesquisa realizaram uma nova apresentação da pesquisa, se disponibilizaram a tirar dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários. Após essa etapa, os adolescentes foram convidados a narrar sua história de vida utilizando-se da associação livre, isto é, dizer o que vier à mente, com o mínimo de resistências possíveis e colocando em cena as repetições pulsionais que articulam corpo, território e história, instaurando um *"espaço de acolhida da palavra, dos corpos afetados, das realidades vivenciadas, longe de qualquer julgamento moral, sem qualquer intenção de direcionamento de uma consciência ou exercício de um poder"* (Malta, Guerra e Moreira, 2020, p. 17-18). Para tanto, foi utilizado o



seguinte disparador:

Eu queria te pedir que você me contasse a história de sua vida, todas as vivências que foram pessoalmente importantes para você. Você pode contar da forma que achar melhor e levar o tempo que quiser. A princípio eu também não vou te interromper, só vou fazer algumas anotações relativas a questões que então conversaremos depois.

Os adolescentes foram convidados a narrar sua história a partir de sua própria perspectiva, tomando a palavra e fazendo uso dela, sempre que possível, em espaços onde se sintam seguros para falarem e serem escutados. Nesta etapa, informados por uma abordagem biográfica embasada na perspectiva do curso de vida, buscamos identificar eventos (sua natureza, frequência, sequência, qualidade e interações) de diferentes trajetórias dos adolescentes (afetivo-sexual, familiar, comunitária, escolar, socioeconômica, infracional, institucional) associados à inserção no mundo do trabalho, seja ele protegido, informal ou ilegal (Elder, 1985). Salientamos, entretanto, que não se busca uma verdade factual, essencialista ou totalizante dos sujeitos que participaram da pesquisa, pois, em uma perspectiva psicanalítica, o que importa é o discurso inconsciente, uma vez que é ele que “esboça os enodamentos pulsionais, processos subjetivos de enfrentamento do real e as dimensões traumáticas e políticas que o circunscrevem” (Malta, Guerra e Moreira, 2020, p. 19). Também objetivamos compreender os modos de inserção e os ganhos financeiros e subjetivos relacionados ao desempenho dessas

atividades, bem como os impactos concretos e simbólicos delas sobre eventos posteriores ao envolvimento e no desenvolvimento das demais trajetórias.

É necessário pontuar que durante esta etapa do trabalho de campo, a equipe de pesquisa observou que muitos dos adolescentes tinham dificuldades ou mesmo não conseguiram elaborar uma narrativa sobre sua história de vida. Nessas situações, os pesquisadores deram maior ênfase na técnica de entrevista semi estruturada. Ao todo, foram realizadas 31 narrativas-entrevistas com alunos das escolas pesquisadas, sendo que apenas 3 adolescentes disseram que tiveram experiências de trabalho no tráfico. Destes, uma adolescente cumpria medida socioeducativa de Liberdade Assistida no momento da entrevista.

A segunda fase do trabalho de campo teve como cenário as instituições encarregadas da execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação no município de Belo Horizonte. Nestas realizamos conversas individuais ⁴, também combinando as técnicas de narrativa memorialística e entrevista semiestruturada junto aos adolescentes que residiam nos bairros que compõem a L4 e/ou adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas por ato infracional análogo ao tráfico de drogas. As narrativas-entrevistas foram realizadas em salas reservadas, sem a presença da equipe de segurança das unidades socioeducativas. Assim como os adolescentes entrevistados no território, alguns adolescentes internos das unidades socioeducativas também apresentaram dificuldades em elaborar uma

⁴ A equipe de pesquisa optou pela não realização dos grupos de conversação com os jovens institucionalizados devido às dificuldades de logística e a preocupação com a exposição dos adolescentes entre seus pares.



narrativa sobre suas histórias de vida. Desse modo, nessas situações, os pesquisadores adotaram o mesmo procedimento de dar ênfase na técnica de entrevista semi estruturada. Neste contexto, foram realizadas 26 narrativas-entrevistas com adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas de semiliberdade e internação em unidades masculinas e femininas.

A análise do material qualitativo foi realizada a partir das notas dos pesquisadores e dos áudios dos grupos de conversação e entrevistas realizadas. Neste processo, buscou-se constituir uma representação das categorias relevantes do ponto de vista teórico através da discussão dos casos individuais, sendo estas categorias reformuladas, refinadas e adensadas ao longo de todo trabalho de campo (Glaser; Strauss, 1967). Dessa maneira, consolidamos os resultados em eixos que serão apresentados ao longo deste relatório.





5. A LENTE DA JUSTIÇA JUVENIL:

Relatórios Estatísticos do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH)

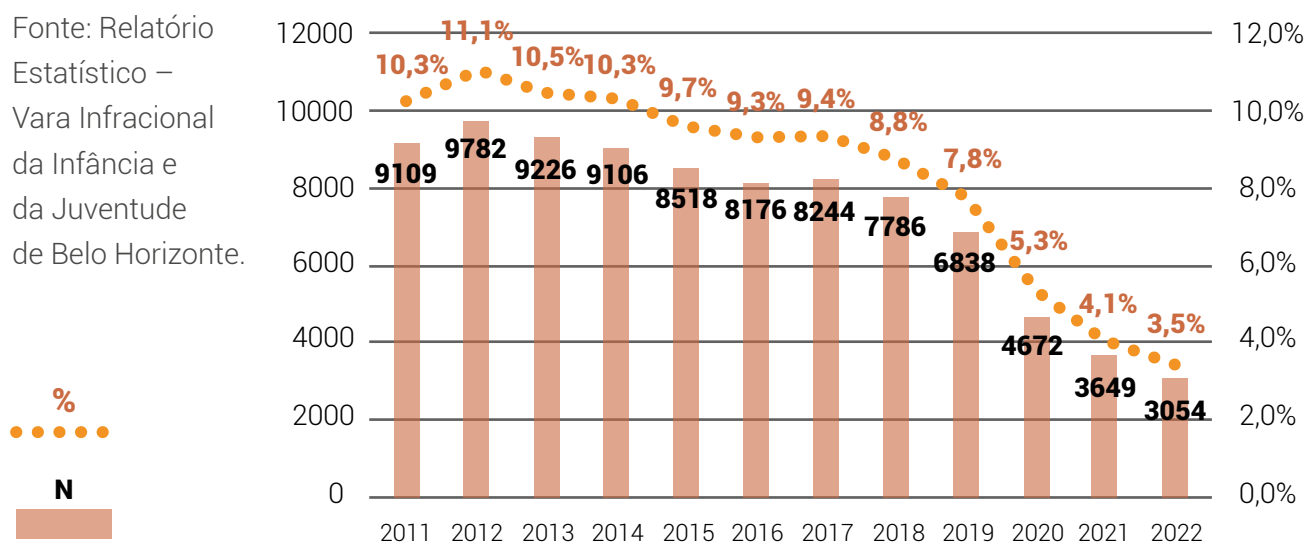
Esta equipe teve acesso ou conseguiu localizar os relatórios estatísticos produzidos pelo CIA referentes aos anos de 2009-2011, 2014, 2015, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. De forma geral, os relatórios são ricos em informações sobre o público atendido e os atos infracionais. No entanto, as informações trazidas a cada ano têm diferentes alterações ou enfoques, trazendo novos cruzamentos e ocultando informações apresentadas em relatórios anteriores.

A seguir apresentamos análises para indicadores gerais como o número de atendimentos por ano, incidência de ocorrências por tráfico de drogas, gênero e idade dos adolescentes autores e um indicador específico: o número de ocorrências de atos infracionais análogos ao crime de tráfico de drogas na região Leste.

Observando a série histórica obtida através da análise dos relatórios e dos dados disponíveis, percebe-se que há uma tendência de queda no número de atendimentos realizados no CIA. Também é possível observar os prováveis efeitos da pandemia de COVID 19 sobre o número de atendimentos, comparando os dados de 2019 e 2020, no qual houve uma variação negativa de 31,7% nos registros. Por fim, verifica-se que o ano de 2022 segue com a tendência de diminuição do número de casos atendidos.

Gráfico 2 - Número de atendimentos, Belo Horizonte, 2011 a 2021

Fonte: Relatório Estatístico – Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte.

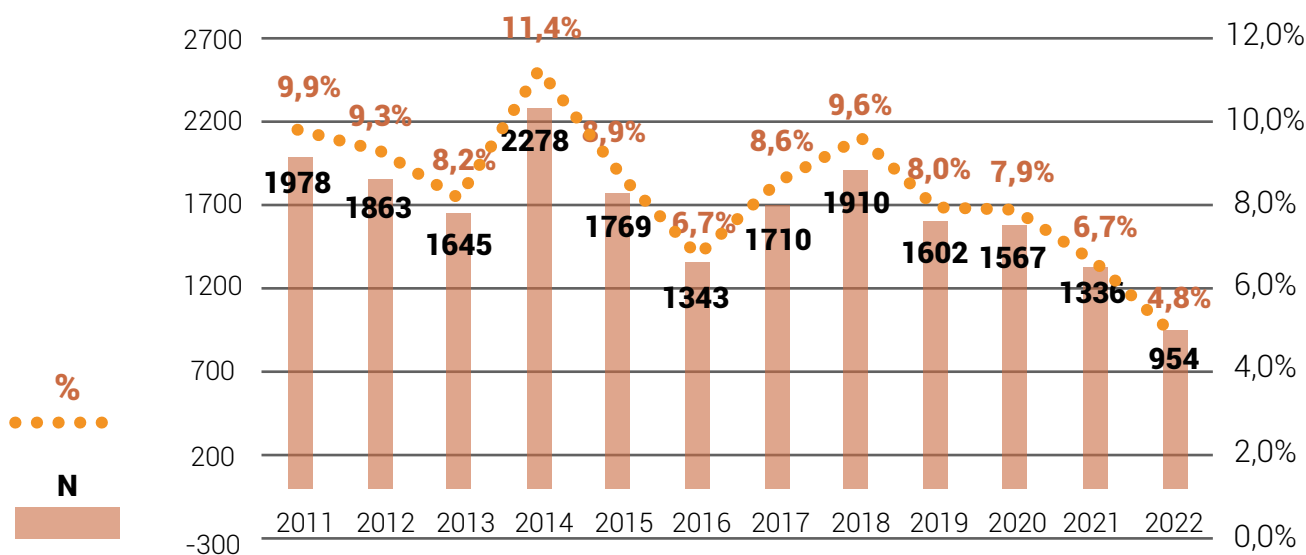




Sobre a incidência de ocorrência de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, percebe-se que apesar do pico de ocorrência em 2014, a tendência geral apresenta uma queda gradual entre 2011 e 2016. O ano de 2018 é o segundo pico da série e representa 10,1% das passagens por tráfico de

drogas da série histórica analisada. Observa-se que entre os anos de 2020 e 2022 se mantém a trajetória de queda no número de registros de ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas. Assim, é possível afirmar que a pandemia de COVID 19 não impactou a tendência geral de queda nos registros.

Gráfico 3 - Incidência de ocorrência de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas (Art.33), Belo Horizonte, 2017 a 2021



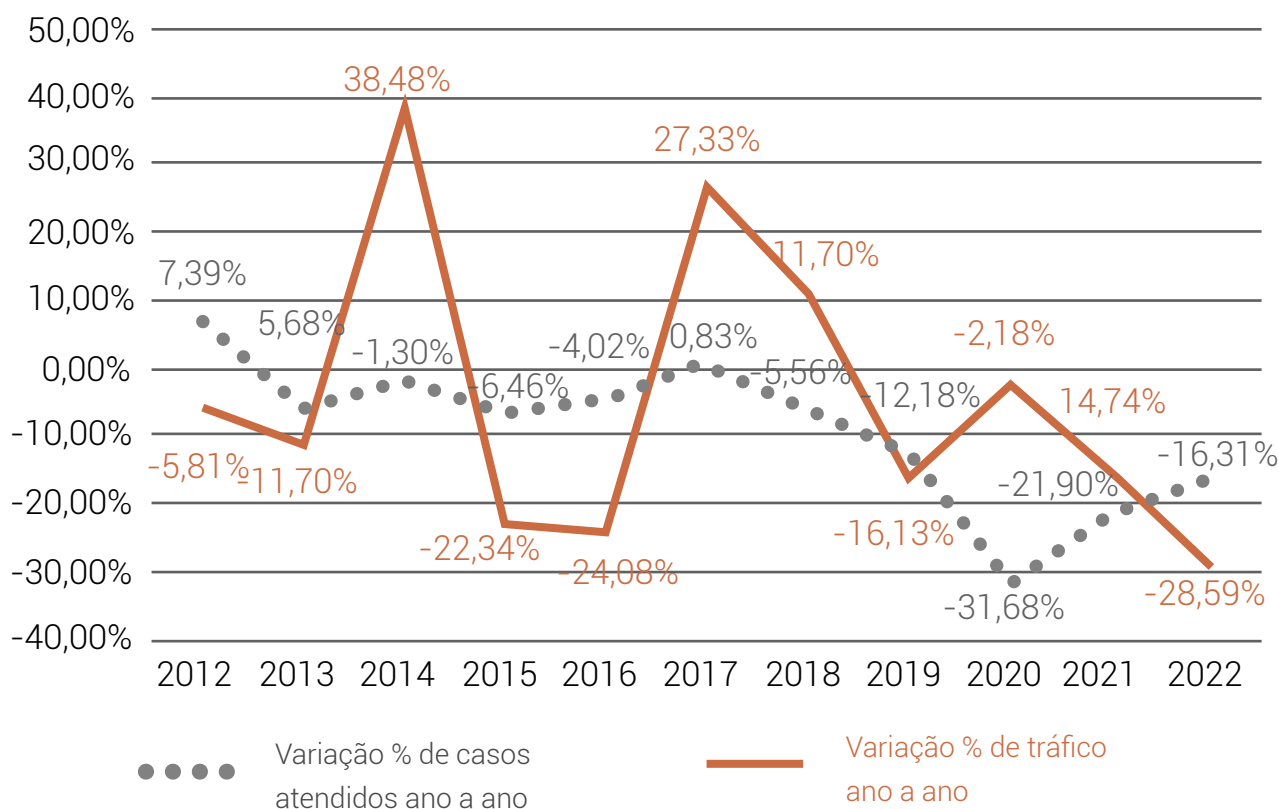
Fonte: Relatório Estatístico – Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte

Comparando a variação percentual dos casos entre os anos de 2015 e 2022, através do número de adolescentes atendidos e a incidência do tráfico de drogas, percebe-se que as duas variáveis percentuais não se distribuem segundo o mesmo padrão. Enquanto a variação percentual do número de adolescentes apresenta uma tendência de queda durante todo o período analisado, a variação percentual

da incidência do ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas cresce entre 2016 e 2017 e entre 2017 e 2018. Ainda que haja uma redução na variação percentual da incidência do ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas a partir de 2019, esta apresenta uma redução inferior ao número de casos atendidos nos anos de 2020 e 2021.



Gráfico 4 - Variação percentual ano a ano da incidência de ato infracional análogo ao tráfico de drogas e número de adolescentes atendidos pelo CIA/BH (2015 - 2021)

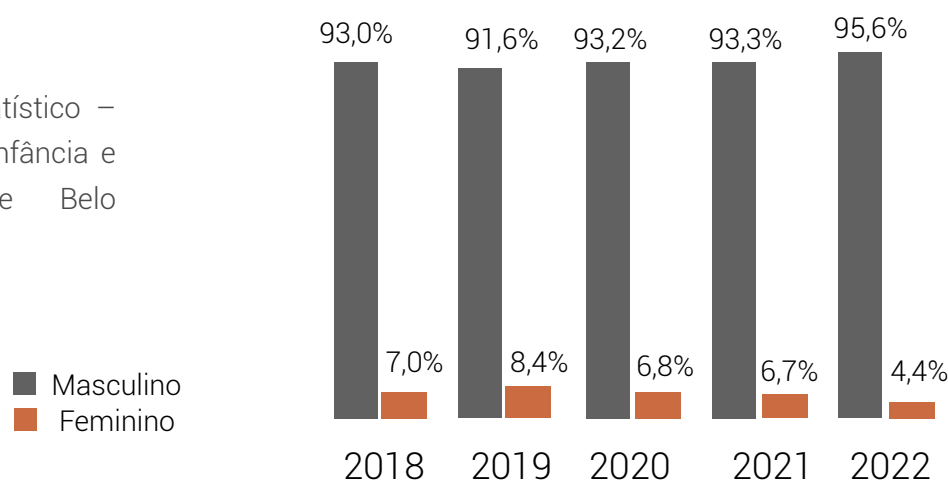


Fonte: Relatório Estatístico – Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte

Quanto ao perfil dos adolescentes autores de atos infracionais análogos ao crime de tráfico, obtivemos apenas informações sobre gênero e idade para os anos entre 2018 e

2022. Para todos os anos mais de 90% dos adolescentes acusados de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas eram do gênero masculino.

Gráfico 5 - Incidência de ocorrência de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas (Art.33) segundo sexo, 2018 a 2021



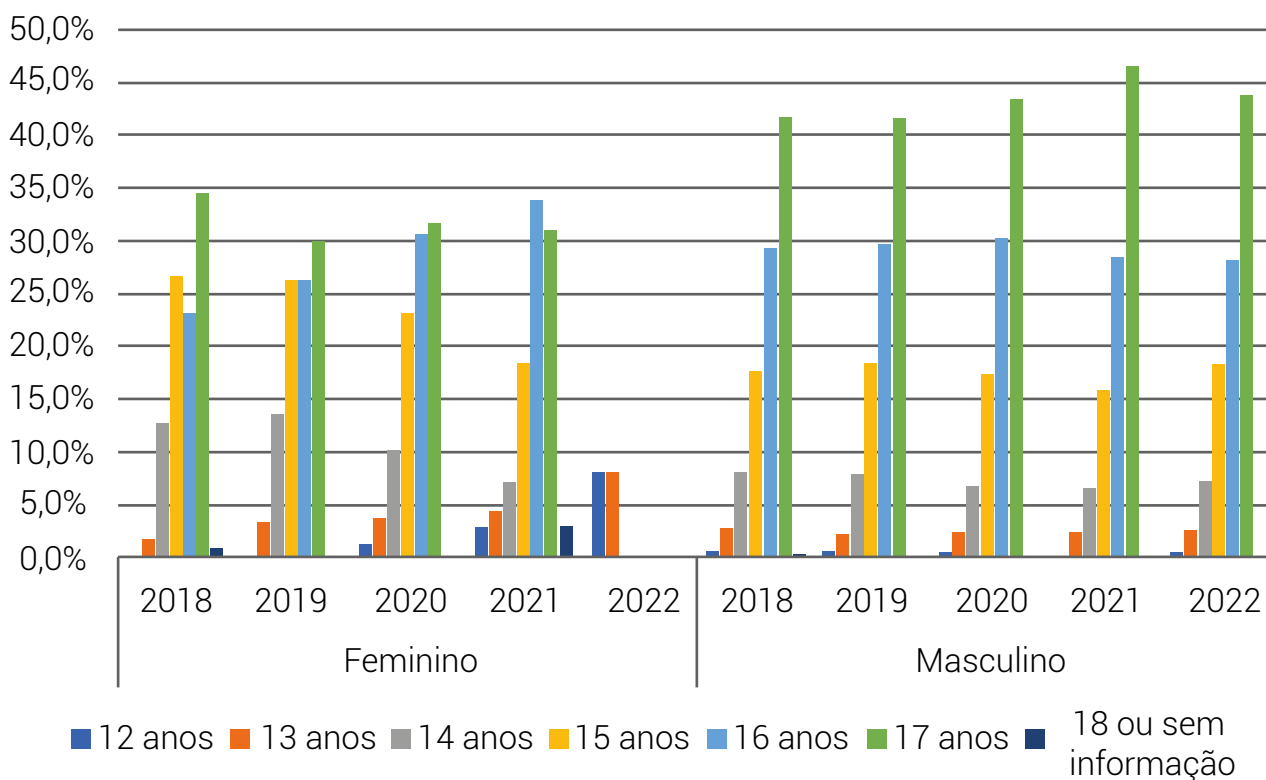
Fonte: Relatório Estatístico – Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte



Observando a distribuição das idades dos adolescentes através dos anos, percebe-se um padrão no qual o número de ocorrências aumenta junto com a idade. Mais de 40% dos adolescentes de todos os anos analisados tinham 17 anos, cerca de 30% possuíam 16 anos, 19% 15 anos. Comparando a distribuição etária por gênero, percebe-se que entre os

jovens do sexo masculino, prevalecem aqueles que possuem 17 anos em todo o período analisado. Já entre as adolescentes, observa-se uma tendência de crescimento da prevalência daquelas que possuem 16 anos de idade durante o período analisado.

Gráfico 6 - Incidência de ocorrência de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas (Art.33) segundo idade, Belo Horizonte, 2018 a 2020



Fonte: Relatório Estatístico – Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte.

Sobre a taxa de ocorrências de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, nota-se uma diminuição geral nos quantitativos da região Leste entre 2018 e 2021. Já entre os anos de 2021 e 2022, houve um leve

aumento, de modo que, a região Leste de Belo Horizonte, possui a segunda maior taxa de ocorrências de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas da cidade.



Tabela 1 - Taxa (por 10 mil adolescentes) de ocorrência de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas (Art.33), Belo Horizonte, 2018 a 2022

	Nordeste	Venda Nova	Noroeste	Oeste	Centro Sul	Norte	Leste	Barreiro
2018	116,1	111,3	79,5	94,9	111,1	93,2	81,3	73,5
2019	76,9	115,5	71,4	75,8	94,3	76,3	66,9	71
2020	82,3	114,4	75	84	84,2	65,6	63,0	60,5
2021	99,8	84,1	76,8	61,7	72,5	52,6	53,4	38,2
2022	75,7	50	52,4	36,7	56,3	38,8	57,2	17,3

Fonte: Relatório Estatístico – Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte/ IBGE, 2010

A pedido da equipe de pesquisa, a vara infracional filtrou e disponibilizou dados sobre os atos infracionais análogos ao crime de tráfico de drogas registrados nos bairros que compõem a L4 e em 3 bairros contíguos (Jonas Veiga, Pirineus, Vera Cruz). Observando a distribuição da incidência de ocorrências de atos análogos ao crime de tráfico de drogas, nota-se que entre 2018 e 2022, foram registradas 336 ocorrências. O bairro Alto Vera Cruz concentra a maioria das ocorrências para todos os anos da série analisada, acumulando

um total de 68,8% dos casos. Os bairros Conjunto Taquaril e Taquaril juntos somam 22% das ocorrências da série histórica analisada. Observando o total de casos entre os anos de 2019 e 2022, temos que houve um aumento de 7% no número de casos entre 2019 e 2020 e uma redução de 42,9% dos casos entre 2020 e 2021. Já no ano de 2022, percebe-se um aumento das ocorrências na ordem de 56,8%, aproximando o total de casos dos números verificados no período pré-pandemia.

Tabela 2 - Incidência do ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas (Art.33), por bairro da Região Leste, 2018 a 2022

Bairro	2018		2019		2020		2021		2022		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alto Vera Cruz	52	69,3%	46	64%	52	67,5%	35	79,5%	46	66,7%	231	68,8%
Conjunto Taquaril	9	12,0%	13	18%	8	10,4%	4	9,1%	17	24,6%	51	15,2%
Granja De Freitas	4	5,3%	2	3%	0	0,0%	1	2,3%	2	2,9%	9	2,7%
Jonas Veiga	0	0,0%	0	0%	2	2,6%	1	2,3%	1	1,4%	4	1,2%
Pirineus	1	1,3%	0	0%	0	0,0%	1	2,3%	0	0,0%	2	0,6%
Taquaril	6	8,0%	2	3%	11	14,3%	1	2,3%	3	4,3%	23	6,8%
Vera Cruz	2	2,7%	9	13%	4	5,2%	1	2,3%	0	0,0%	16	4,8%
Total	74	100,0%	72	100,0%	77	100,0%	44	100,0%	69	100,0%	336	100,0%

Fonte: Vara Infracional/Suase/DOPCAD



Tomando como referência a distribuição dos atos infracionais associadas às ocorrências filtradas, além das 336 ocorrências de ato infracional análogo ao crime de tráfico de

drogas, foram registradas as seguintes infrações concomitantes: Posse de drogas para uso pessoal (11%) e Porte/posse de arma (4,7%).

Tabela 3 - Distribuição dos atos infracionais, Bairros da L4 e contíguos, 2018 a 2022

Ato infracional	2018		2019		2020		2021		2022		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tráfico de Drogas	74	74,7%	72	86,7%	77	84,6%	44	72,1%	69	75,0%	336	78,9%
Associação ao tráfico	2	2,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,6%	1	1,1%	4	0,9%
Posse de drogas para uso pessoal	9	9,1%	7	8,4%	10	11,0%	9	14,8%	12	13,0%	47	11,0%
Porte/posse de arma	7	7,1%	3	3,6%	2	2,2%	1	1,6%	7	7,6%	20	4,7%
Outros	7	7,1%	1	1,2%	2	2,2%	6	9,8%	3	3,3%	19	4,5%
Total	99	100,0%	83	100,0%	91	100,0%	61	100,0%	92	100,0%	426	100,0%

Fonte: Vara Infracional/Suase/DOPCAD

Através da distribuição dos atos infracionais filtrados pelo bairro de residência do adolescente autor, nota-se que 42,9% destes residem no bairro Alto Vera Cruz, 20,5% moram nos bairros Conjunto Taquaril e Taquaril e 6,3% no bairro Granja de Freitas. Dessa maneira, das ocorrências analisadas, 69,7% tiveram como autor um adolescente que reside em um dos bairros que compõem a L4. Também chama a atenção o fato de que em 27,3% dos casos, os adolescentes são oriundos de outros bairros mais distantes.

Outro aspecto importante a ser analisado é a distribuição desta variável ano a

ano. Nota-se ao comparar os anos de 2019 e 2020, que o número de ocorrências relacionadas à adolescentes que residem no bairro Alto Vera Cruz teve uma redução considerando a proporção dos casos registrados em 2020. Por outro lado, o número de adolescentes residentes de outros bairros quase triplicou entre 2019 e 2020. Finalmente, observa-se que a proporção de ocorrências relacionadas a adolescentes moradores do Conjunto Taquaril mais que dobra entre 2020 e 2021 e mantém-se no mesmo patamar em 2022.

Tabela 4 - Distribuição dos atos infracionais análogos ao crime de tráfico de drogas pelo bairro de residência do adolescente autor, 2018-2022

Bairro de residência	2018		2019		2020		2021		2022		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Alto Vera Cruz	30	57,7%	21	56,8%	19	35,8%	15	40,5%	17	28,8%	102	42,9%
Conjunto Taquaril	5	9,6%	2	5,4%	5	9,4%	8	21,6%	12	20,3%	32	13,4%
Granja De Freitas	3	5,8%	3	8,1%	2	3,8%	3	8,1%	4	6,8%	15	6,3%
Jonas Veiga	0	0,0%	0	0,0%	1	1,9%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,4%
Pirineus	1	1,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Taquaril	3	5,8%	4	10,8%	4	7,5%	0	0,0%	6	10,2%	17	7,1%
Vera Cruz	1	1,9%	0	0,0%	2	3,8%	1	2,7%	2	3,4%	6	2,5%
Outros	9	17,3%	7	18,9%	20	37,7%	10	27,0%	18	30,5%	65	27,3%
Total	52	100,0%	37	100,0%	53	100,0%	37	100,0%	59	100,0%	238	100,0%

Fonte: Vara Infracional/Suase/DOPCAD



O ECA estabelece em seu Art. 98 que sempre que os direitos de crianças e adolescentes forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão da conduta dos próprios sujeitos. Verificadas estas condições, a autoridade competente pode determinar um rol de medidas protetivas, descritas no Art. 101 do ECA.

Observando a distribuição das ocorrências filtradas pelas medidas protetivas a elas relacionadas, nota-se um total de 150 medidas protetivas em toda série histórica analisada, sendo que 54% destas determinam a "matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental" (Art. 101, III). Ainda sobre o total de ocorrências da série histórica analisada, percebe-se que 19,3% das medidas protetivas determinaram a "requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial" (Art. 101, V), 12,7% determinaram a "inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras

e toxicômanos" (Art. 101, VI) e 12% determinaram a medida protetiva descrita no inciso IV do Art. 101 do ECA: "inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente". Juntas estas quatro medidas protetivas correspondem a 98% das medidas determinadas no período entre 2018 e 2022.

Sobre a distribuição ano a ano das medidas protetivas determinadas percebe-se que entre os anos de 2019 e 2020 há uma variação negativa de 46,4% no total de medidas. No ano de 2021, verifica-se o piso da série histórica do recorte analisado: foram determinadas apenas 13 medidas protetivas. Já no ano de 2022, há uma reversão da tendência de queda das determinações das medidas protetivas e estas atingem o maior patamar da série histórica analisada. O total de medidas protetivas determinadas em 2022 é 84,8% maior do que o total das medidas determinadas em 2018. Esse dado nos convida a pensar sobre as consequências da pandemia sobre as populações alvo do Sistema de Justiça Juvenil.

Tabela 5 - Distribuição das medidas protetivas associadas aos atos infracionais análogos ao crime de tráfico de drogas cometidos nos bairros da L4 ou contíguos, 2018 - 2022

Medida	2018		2019		2020		2021		2022		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Art. 101, II	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,6%	1	0,7%
Art. 101, III	16	48,5%	22	78,6%	7	46,7%	10	76,9%	26	42,6%	81	54,0%
Art. 101, IV	2	6,1%	1	3,6%	2	13,3%	0	0,0%	13	21,3%	18	12,0%
Art. 101, V	9	27,3%	4	14,3%	4	26,7%	1	7,7%	11	18,0%	29	19,3%
Art. 101, VI	6	18,2%	1	3,6%	2	13,3%	2	15,4%	8	13,1%	19	12,7%
Art. 101, VII	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	3,3%	2	1,3%
Total	33	100,0%	28	100,0%	15	100,0%	13	100,0%	61	100,0%	150	100,0%

Fonte: Vara Infracional/Suase/DOPCAD



No que tange às decisões em audiência preliminar, observa-se que das 424 decisões acumuladas ao longo da série histórica, 30,4% determinam a internação provisória dos adolescentes, 22,9% determinam que o adolescente deve responder o ato infracional em liberdade e 18,2% das decisões preliminares em audiência são de remissão suspensiva concomitante com a medida de liberdade

assistida.

Observando a distribuição ano a ano, nota-se que houve uma diminuição de internações provisórias entre 2019 e 2020, o que se justifica dado o contexto de pandemia. No entanto, no ano de 2022 a proporção de internações provisórias volta a crescer quando comparamos com o ano anterior.

Tabela 6 - Distribuição das decisões preliminares associadas aos atos infracionais análogos ao crime de tráfico de drogas cometidos nos bairros da L4 ou contíguos, 2018 - 2022

Decisão em Audiência Preliminar	2018		2019		2020		2021		2022		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Arquivamento	1	1,1%	3	3,0%	0	0,0%	1	1,9%	2	2,2%	7	1,7%
Instrução do Feito	0	0,0%	4	4,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	0,9%
Internação Provisória	42	45,2%	38	38,4%	14	16,1%	11	20,4%	24	26,4%	129	30,4%
Internação Provisória (Regime Domiciliar)	0	0,0%	0	0,0%	1	1,1%	2	3,7%	2	2,2%	5	1,2%
Remissão Extintiva	2	2,2%	1	1,0%	1	1,1%	0	0,0%	1	1,1%	5	1,2%
Remissão Extintiva c/c Advertência	10	10,8%	5	5,1%	5	5,7%	2	3,7%	6	6,6%	28	6,6%
Remissão Suspensiva c/c LA	12	12,9%	7	7,1%	20	23,0%	16	29,6%	22	24,2%	77	18,2%
Remissão Suspensiva c/c PSC	12	12,9%	16	16,2%	3	3,4%	0	0,0%	0	0,0%	31	7,3%
Responder em Liberdade	11	11,8%	23	23,2%	28	32,2%	13	24,1%	22	24,2%	97	22,9%
Retorno a LA	0	0,0%	0	0,0%	4	4,6%	6	11,1%	10	11,0%	20	4,7%
Retorno a LA/PSC	0	0,0%	0	0,0%	2	2,3%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,5%
Retorno a PSC	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,9%	0	0,0%	1	0,2%
Retorno a Semiliberdade	3	3,2%	1	1,0%	9	10,3%	0	0,0%	2	2,2%	15	3,5%
Retorno dos Autos a Delegacia	0	0,0%	1	1,0%	0	0,0%	2	3,7%	0	0,0%	3	0,7%
Total	93	1	99	100,0%	87	100,0%	54	100,0%	91	100,0%	424	100,0%

Fonte: Vara Infracional/Suase/DOPCAD

Sobre as sentenças relacionadas aos atos infracionais análogos ao crime de tráfico de drogas cometidos por adolescentes nos bairros que compõem a L4 e seus vizinhos, temos um total de 328 determinações judiciais ao longo da série histórica analisada. Destas, 34,8% se referem à sentenças de remissão extintiva, 10,7% à sentenças de semiliberdade, 7,9% se referem às remissões extintivas concomitantes com a medida socioeducativa de advertência e também 7,9% referem-se às remissões suspensivas concomitantes com a medida socioeducativa de liberdade assistida.

Comparando os anos de 2019 e 2020, percebe-se que a proporção de remissões extintivas praticamente dobrou entre estes anos, mantendo-se em um patamar acima do

verificado no período pré-pandemia até o ano de 2021. A medida de liberdade assistida se destaca no ano de 2021, quando sua proporção em relação ao total de sentenças encontra o maior valor da série histórica analisada. Finalmente, chama a atenção a evolução da proporção das sentenças relativas às medidas socioeducativas de semiliberdade. Em 2018, estas medidas representavam 15,2% do volume total, já em 2020, as medidas socioeducativas de semiliberdade passam a representar somente 2,4%. Porém, com a passagem da situação de emergência sanitária ocasionada pela pandemia de covid 19, observa-se que no ano de 2022, a medida de semiliberdade foi aplicada a 22% dos casos, sendo a sentença mais frequente neste ano.



Tabela 7 - Distribuição das sentenças associadas aos atos infracionais análogos ao crime de tráfico de drogas cometidos nos bairros da L4 ou contíguos, 2018 - 2022

Sentença	2018		2019		2020		2021		2022		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Absolvição	3	4,5%	6	8,7%	2	2,4%	4	7,8%	6	10,2%	21	6,4%
Advertência	6	9,1%	3	4,3%	4	4,8%	1	2,0%	2	3,4%	16	4,9%
Arquivamento	2	3,0%	1	1,4%	7	8,4%	3	5,9%	1	1,7%	14	4,3%
Extinção do Processo	1	1,5%	0	0,0%	3	3,6%	0	0,0%	0	0,0%	4	1,2%
Extinção por Morte	1	1,5%	0	0,0%	2	2,4%	0	0,0%	0	0,0%	3	0,9%
Internação	4	6,1%	3	4,3%	2	2,4%	1	2,0%	1	1,7%	11	3,4%
LA	1	1,5%	1	1,4%	3	3,6%	8	15,7%	5	8,5%	18	5,5%
PSC	13	19,7%	8	11,6%	2	2,4%	1	2,0%	1	1,7%	25	7,6%
Remissão Extintiva	8	12,1%	21	30,4%	51	61,4%	22	43,1%	12	20,3%	114	34,8%
Remissão Extintiva c/c Advertência	0	0,0%	5	7,2%	4	4,8%	8	15,7%	9	15,3%	26	7,9%
Remissão Suspensiva c/c LA	7	10,6%	8	11,6%	1	1,2%	1	2,0%	9	15,3%	26	7,9%
Remissão Suspensiva c/c PSC	10	15,2%	5	7,2%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	15	4,6%
Semiliberdade	10	15,2%	8	11,6%	2	2,4%	2	3,9%	13	22,0%	35	10,7%
Total	66	100,0%	69	100,0%	83	100,0%	51	100,0%	59	100,0%	328	100,0%

Fonte: Vara Infracional/Suase/DOPCAD





6. A LENTE DOS GESTORES E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

A fim de deixar a análise dos dados mais didática, tendo em vista o perfil dos participantes, optou-se por iniciar a apresentação dos resultados a partir das falas dos gestores e lideranças comunitárias. Em conversas e entrevistas com os gestores municipais, diretores e professores das escolas, bem como com lideranças comunitárias, diversas foram as temáticas que aparecem nas narrativas. As temáticas perpassam pela discussão da relação entre o território e luta por moradia, a caracterização e conceituação de família, a escola enquanto instituição de educação formal, o papel das demais instituições como importantes para construção de parcerias. Os interlocutores dizem também sobre como percebem os atravessamentos de gênero, raça e corpo nos espaços públicos, além de narrarem sobre as várias formas de trabalho infantil e como percebem a dinâmica do tráfico no território, sobretudo, na vida das crianças e adolescentes.

6.1. TERRITÓRIO E LUTA POR MORADIA

O tema território e luta por moradias foi constantemente abordado nas entrevistas realizadas com os gestores, sendo que, em suas declarações destacaram a integração entre as escolas municipais e a comunidade dos bairros, sendo que a escola apresenta um papel ativo como uma rede de apoio para adolescentes e seus familiares.

Ela desempenha diversas funções, suprimindo formas de lazer e cultura que são escassas dentro do território, bem como atendendo a demandas alimentares e materiais. Consequentemente, se configura como um espaço comunitário de extrema relevância para os adolescentes, contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento, para construção de identidades e para a formação formal. Ademais, ressaltam uma sensação de isolamento de outras partes da cidade, que vai além das barreiras geográficas, cravada pelo estigma de criminalização associado a essas regiões que foram privadas de espaços e equipamentos públicos.



O que fica patente na fala de trabalhadores da política é que há um desinvestimento em políticas públicas na região, que termina por ilhar estes sujeitos em seus territórios, fazendo com que o tráfico de drogas seja, muitas vezes, a possibilidade de inclusão laboral de muitos jovens

A) GRANJA DE FREITAS

O bairro Granja de Freitas é um bairro da região leste de Belo Horizonte formado por grandes conjuntos habitacionais criados por meio do orçamento participativo de Belo Horizonte, para famílias removidas em função de situação de risco ou implantação de obras públicas e encaminhadas através dos programas das políticas sociais da prefeitura. O bairro faz limite ao sul com o Conjunto Taquaril, a leste divisa do município de Sabará, oeste com os bairros Alto Vera Cruz e Saudade, e ao norte com a Vila da Área, à margem do Ribeirão Arrudas.

O terreno do bairro, que durante anos foi reconhecido como pertencente ao município de Sabará, antes pertencia a uma antiga família de proprietários de uma fazenda. Anterior à formação do bairro, havia na região um povoamento de baixa intensidade ao redor de chácaras, nas quais havia cultivo de hortaliças, e da existência de áreas de mata preservada, o que garantia ao lugar aspectos de vida rural.

O primeiro conjunto habitacional, o Conjunto Granja de Freitas I, foi construído em 1997 com 85 unidades de casas geminadas, na antiga fazenda Freitas. O segundo conjunto habitacional, o Conjunto Granja de Freitas II, foi

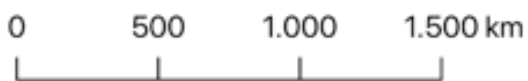
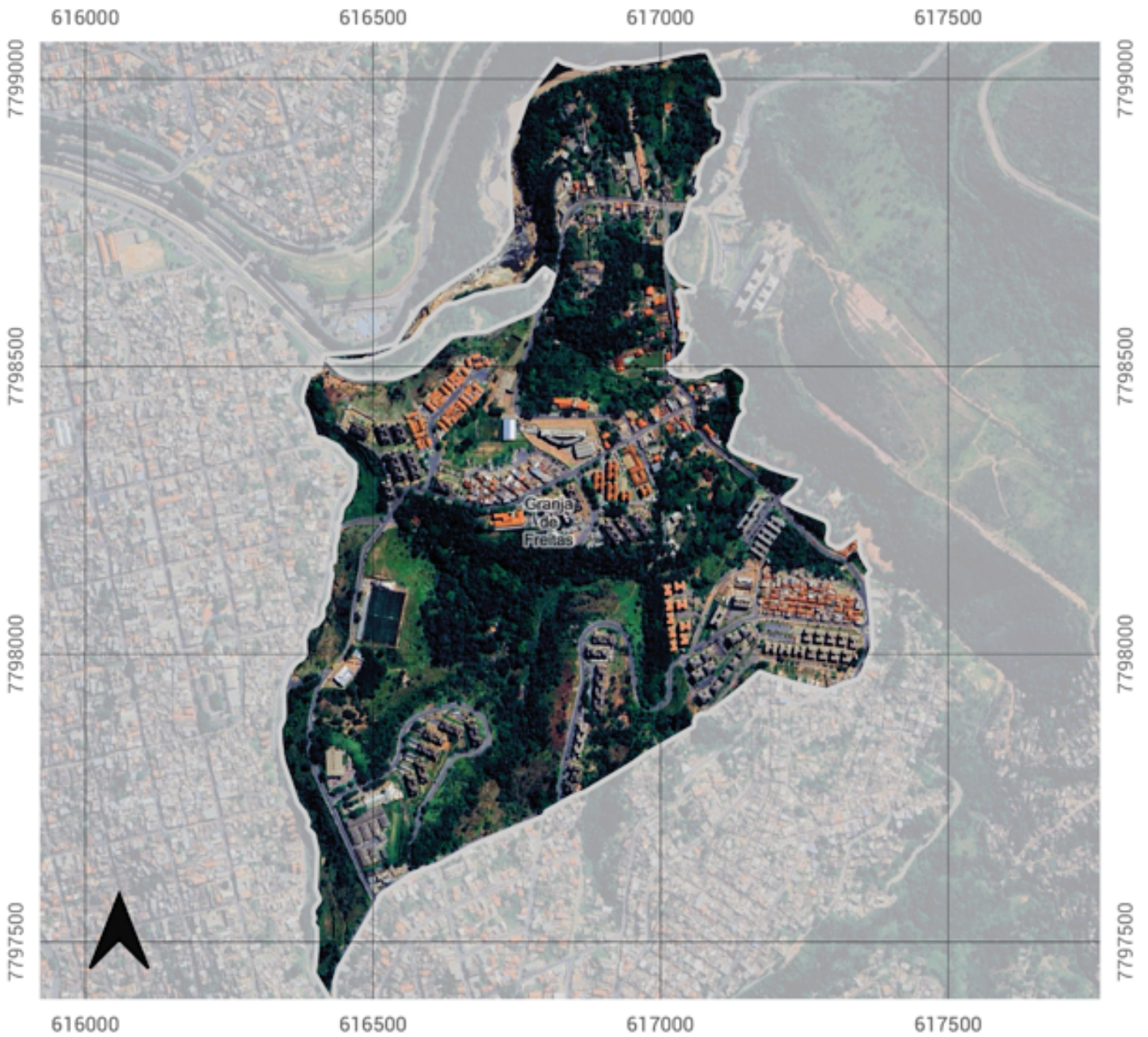
inaugurado em dezembro de 2001 com 544 unidades habitacionais. O terceiro conjunto, Conjunto Habitacional Granja de Freitas III, denominado Residencial Jardim das Orquídeas, inaugurado em 2001 com 146 unidades habitacionais. O quarto conjunto habitacional, o Conjunto Granja de Freitas IV, foi inaugurado em 2004. Atualmente, estes conjuntos habitacionais formam todo o bairro Granja de Freitas.

O terreno, além das regiões de mata preservada, possui relevo acidentado e com muitas áreas de risco geológico, principalmente, ligado às chuvas, o que dificultou a ocupação. Nos anos 90, com o adensamento populacional a partir de políticas habitacionais, o bairro iniciou um processo de ocupação desorganizada, com uma infraestrutura precária, que levou à dependência da comunidade em relação aos bairros vizinhos. Inclusive, foi destacado que as pessoas que moram em áreas de risco geológico são encaminhadas para o abrigo que se encontra instalado no território desde 1996. Além dessas famílias, aquelas cadastradas no sistema da assistência social também são encaminhadas para o abrigo.

Há escassez de políticas públicas e uma limitação dos meios de transporte que aumentam o isolamento do bairro e a sua precariedade.



Figura 3 - Bairro Granja de Freitas





Durante a entrevista realizada no CRAS localizado no bairro Granja de Freitas, ao compartilharem suas experiências e projetos desenvolvidos no bairro, os técnicos ressaltam a diversidade e a riqueza da região. Eles reconhecem que o bairro é um espaço repleto de potencial a ser explorado. Nesse sentido, mencionam-se pesquisas prévias realizadas na localidade, como o Plano de Desenvolvimento Sócio-Territorial. Esse plano conduziu uma pesquisa no bairro, a qual é considerada de grande importância, pois identifica e destaca a potência política da comunidade local.

Ademais, citam o estudo intitulado "Mapeamento Socioafetivo", o qual busca explorar aspectos para além da violência, enfocando as histórias emocionais das pessoas, objetos e lugares, junto às suas conexões comunitárias. Ao capturar as narrativas das pessoas e suas histórias, o estudo realça as próprias referências intrínsecas ao bairro. Os técnicos sociais da prefeitura de Belo Horizonte afirmam que embora o "*caminho óbvio do Granja, talvez seja o caminho do abrigo ao CRAS*", onde estão localizados os equipamentos públicos, existem outras narrativas e experiências específicas espalhadas pelo bairro, que se distanciam desses pontos centrais e que merecem atenção.

Outrossim, os técnicos expõem a falta de locais de convivência e de lazer no bairro, além de destacarem importantes projetos que foram interrompidos por falta de verbas. No que se refere aos espaços designados para a juventude na área, são citadas as oficinas disponibilizadas através do programa Fica Vivo e a escola local.

Nesse contexto, uma das questões discutidas está relacionada à municipalização da escola. Esse processo resultou na

necessidade de deslocamento dos adolescentes do bairro para outras localidades a fim de frequentar o ensino médio. Isso resultou na evasão escolar já durante o ensino fundamental. No entanto, os técnicos destacam que a evasão não é causada pelos alunos que abandonam a escola, mas sim pela escola que se distancia dos alunos, de suas famílias e do próprio território.

A territorialização das políticas públicas é um problema. Neste território encontramos uma grande quantidade de pessoas que para lá, movidas por políticas de remanejamentos habitacionais, operado pela prefeitura. Por conseguinte, a ocupação desorganizada do bairro Granja de Freitas provoca uma série de tensões no que tange ao convívio familiar, comunitário e instituições, sendo destacada a partir da fala de uma das entrevistadas que disse: "*O Granja de Freitas, a história dele é assim, tudo que precisou sair da cidade, as desapropriações, vai para o aluguel social e depois vai para os prédios. Então aqui são várias histórias complicadas que se juntam*" (Júlia, E1).

As pessoas foram desterritorializadas de seus territórios originais, que perdem assim as referências simbólicas e políticas que organizam sua vida nestes espaços. Neste território atual, há uma escassez de políticas públicas, fazendo com que, como nos diz um técnico, entre o abrigo e o CRAS, há apenas a escola. Esta frase pode ser tomada em seu sentido real e metafórico, mostrando que entre a desproteção e a proteção, há apenas a escola acumulando funções protetivas neste território, sem no entanto, conseguir responder por ela. Não há uma rede pública organizada neste espaço, mostrando que há lacunas no território e na própria rede.

Dito isso, o bairro enfrenta problemas



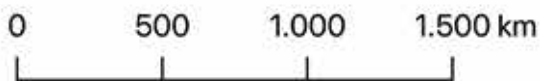
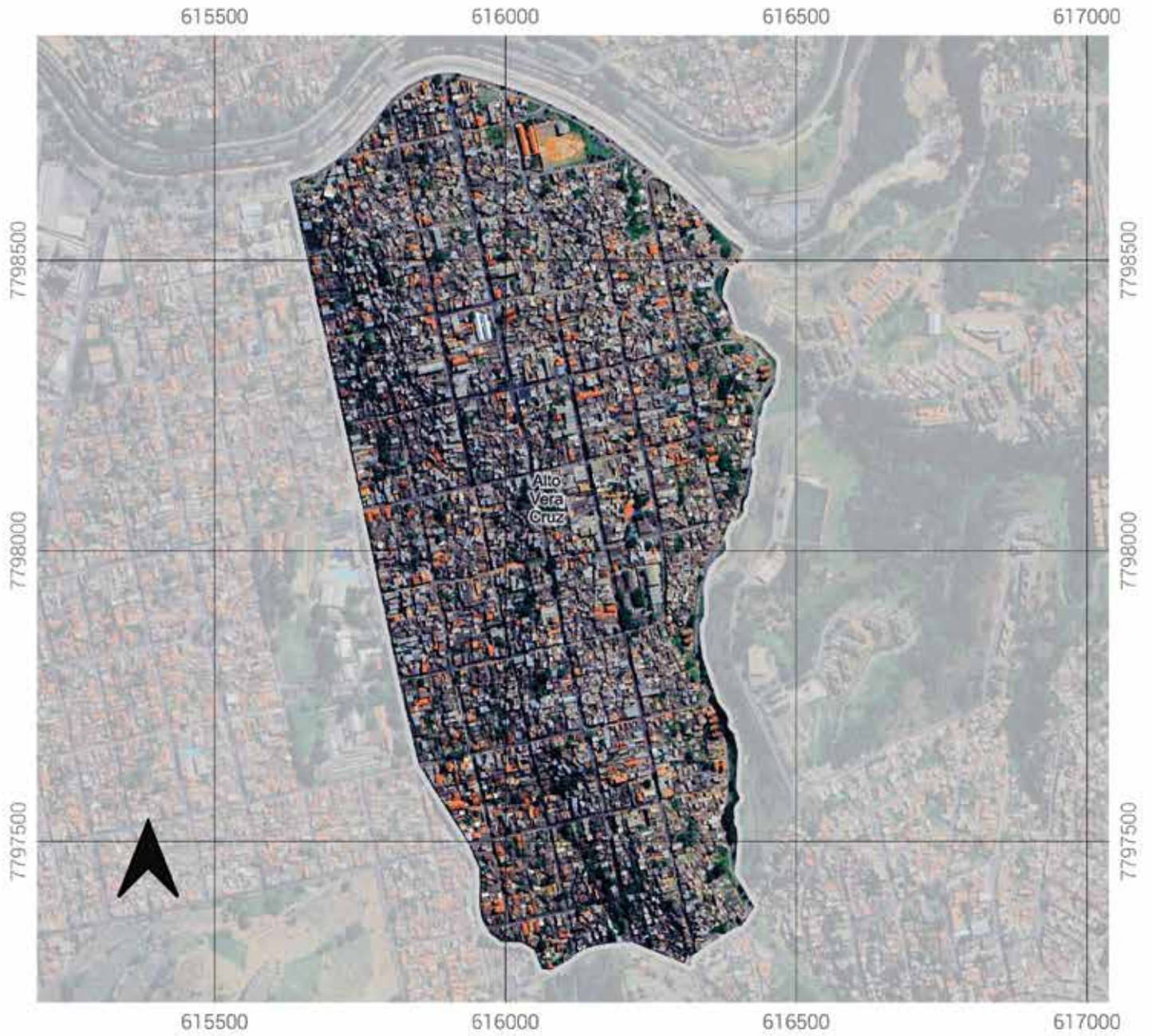
que englobam desde a carências de espaços de lazer e culturais, ausência de escolas que atendem alunos do ensino médio, bem como, de equipamentos que possam dar suporte aos conflitos comunitários. Por outro lado, uma das lideranças entrevistadas disse que o bairro faz parte de uma rede articulada, em que o diálogo com a rede socioassistencial e as lideranças comunitárias, bem como, oficinairos do Fica Vivo, facilita com que todos se juntem e tomem conhecimento sobre os conflitos e pontos de intervenção necessários no território.

B) ALTO VERA CRUZ

Parte-se através de entrevista com um líder comunitário que realiza um trabalho bastante antigo na região para fazer o recorte quanto ao Alto Vera Cruz. Nessa seara, o Alto Vera Cruz enquanto "unidade", e não aglomerado, é a maior favela de Belo Horizonte, com 47 mil pessoas, composta por 54 quarteirões, 4743 casas e 120 becos. Estando densamente ocupado, percebe-se que atualmente se inicia um processo de crescimento vertical do espaço, composto por vasta população jovem e mulheres chefes de família, que diz ser "*o grosso da população (...), mulheres chefes de família, mães e avós. Que é quem fica*" (João, E4).



Figura 4- Bairro Alto Vera Cruz





O bairro começa a ser ocupado em 1940 pela população negra e periférica, em meio ao contexto segregacionista e higienista em que se iniciou o crescimento populacional e o fomento do trabalho nas cidades. Até 1970 - década em que o Movimento Sem Casa chega ao bairro - existiam as ocupações, mas sem nenhuma intervenção ou assistência governamental. No limiar dessa década, há influência da Ditadura Militar na criação de uma imagem de melhor qualidade de vida nos centros urbanos, o que favoreceu a migração e a ocupação de espaços como esse. De Jucuruçu - BA, o entrevistado diz que há histórico de imigração do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e da Bahia, não somente para o Alto Vera Cruz, mas também para os demais bairros da região.

Assim, diversas organizações e movimentos sociais de luta por moradia passam a atuar no território, que não deixam de estar articuladas com entidades que trabalham na zona mais central de Belo Horizonte. Dentre elas estão a União Nacional de Luta por Moradia, o Movimento Nacional de Luta por Moradia, a Central dos Movimentos Populares e a CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores, da qual uma das lideranças entrevistadas é diretora, cargo que também ocupa na Central Única de Favelas. Pode-se dizer que o bairro, dentro do enquadramento da L4, é o mais antigo a se estabelecer, contribuindo muito para a construção dos demais, sendo fundamental o engajamento dos movimentos locais para a ocupação do Taquaril. Nesse sentido, o Centro de Ação Comunitária do Vera Cruz (CACVC) se mostra um espaço histórico para a organização dessas ações - a exemplo, em 1982, a partir desses movimentos surge o Conjunto Mariano de Abreu.

Dado o histórico da atuação de movimentos

como esses, nutridos também de associações partidárias, é preciso atentar-se aos processos políticos que acontecem nesse sentido. Desde 1970 havia base do PCdoB no bairro, que chega a compor a maior base do partido no país, rompida nos últimos anos devido à migração da liderança comunitária para o PT. Nesse contexto, existem personalidades eleitas como vereadoras diversas vezes, sendo comum a parceria com a igreja católica. Posto isso, o crescimento das igrejas evangélicas, que atualmente ocupam um lugar relevante no bairro, passam a competir elegendo seus vereadores.

Em entrevista com outro interlocutor do bairro é enfatizado que o território é autossuficiente e abriga uma comunidade potente, que vai além dos estereótipos ligados à violência. Esse interlocutor compartilha que sua escolha de atuar no bairro tem motivações políticas, dadas as significativas taxas de vulnerabilidade presentes nesse local. Além do mais, é afirmado que as questões de natureza econômica e estruturais têm contribuído para um certo isolamento do bairro em si, resultando na percepção de que os moradores do Alto Vera Cruz não desfrutam plenamente de seu direito de ocupar a cidade. Nesse contexto, o entrevistado enfatiza sua visão de uma escola articulada profundamente com a comunidade que trabalha no sentido de fazer os jovens circularem dentro e fora do bairro.

Alguns dos entrevistados relatam que o território conta com diversas atividades, espaços culturais e bibliotecas, porém, percebem que há uma baixa adesão dos jovens nas atividades propostas. Parte dessa baixa vinculação da juventude deve-se às condições socioeconômicas que vivenciam, algumas das atividades ofertadas se mostram distante da realidade e do interesse dos jovens, eis que, não



promovem geração de renda ou acesso a lazer correspondente aos que desejam. Nessa seara, ponderam-se a importância de ter um olhar e uma escuta atenta à juventude de forma que possam exercer seus direitos de escolhas, de opinião e possam vincular àquelas atividades que irão agregar ao seu potencial formativo, econômico e social.

Por fim, destaca-se a fala de uma das lideranças comunitárias do bairro, cujo moradores têm uma relação de vivência comunitária agradável, em que, os espaços destinados para ensinar crianças e adolescentes pertencem à comunidade. Destacou-se, também, a capacidade da autogestão do território independentemente do Estado, que, funcionando a essa maneira, poderiam fechar os muros da comunidade e funcionarem por conta própria, fazerem a própria educação, eis que, conseguem sobreviver à sua maneira, principalmente, no período de pandemia em que os recursos foram escassos e foi declarado o isolamento social.

C) CONJUNTO TAQUARIL

O Conjunto Taquaril encontra-se na porção leste de Belo Horizonte, situado entre os bairros Alto Vera Cruz, Granja de Freitas, além de fazer fronteira com o município de Sabará. Sua história de ocupação teve início em 1981, quando uma área que pertencia à CODEURB – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de Minas Gerais – foi dividida em lotes e parcelada em sítios. De acordo com o Plano Global da Urbel, o Conjunto Taquaril é composto por 14 setores, sendo que os setores 12, 13 e 14 pertencem à região conhecida como Castanheiras, situada no município de Sabará.



Figura 5- Bairro Taquaril

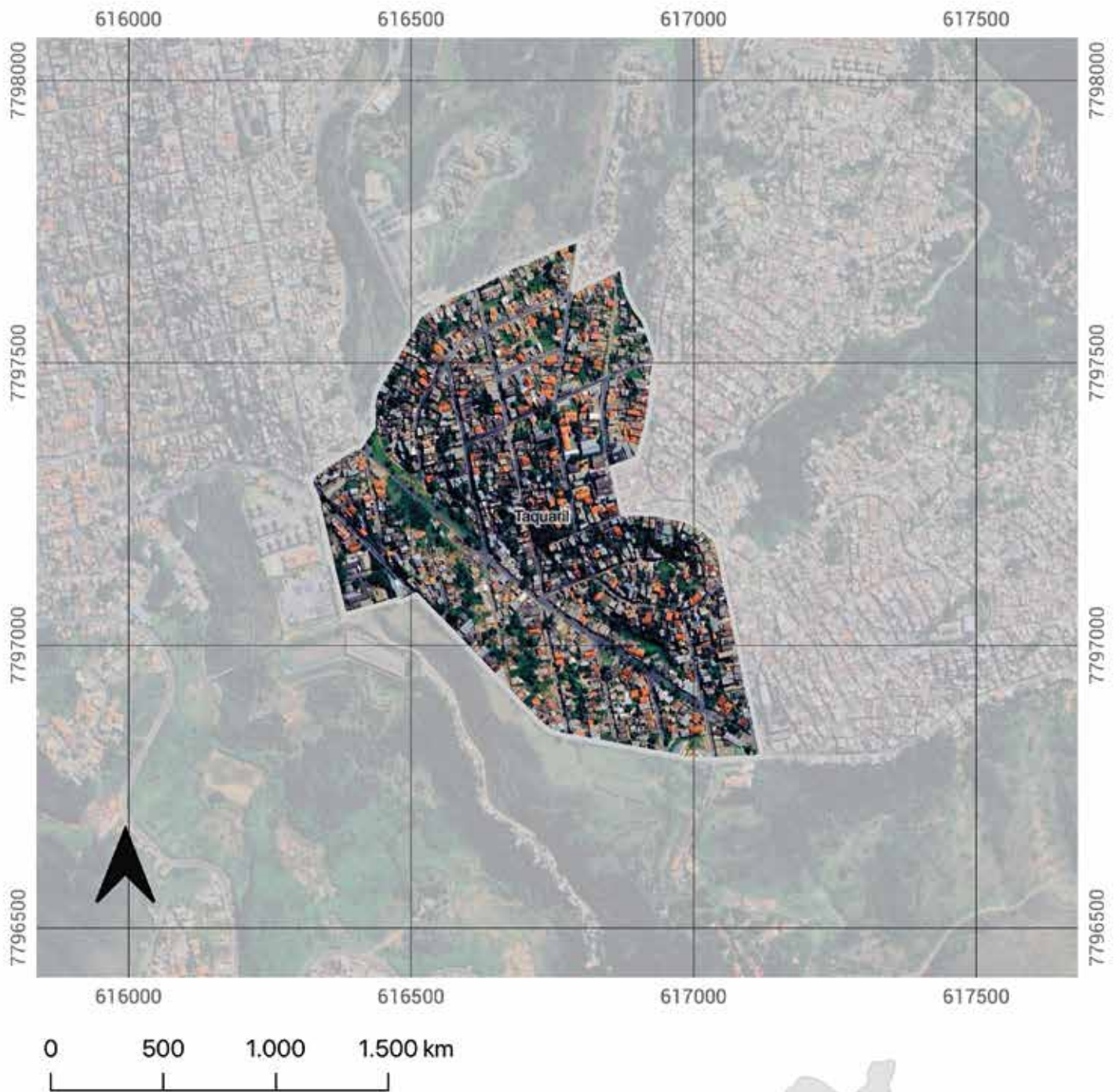
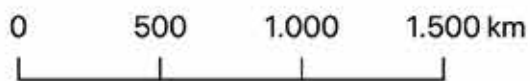
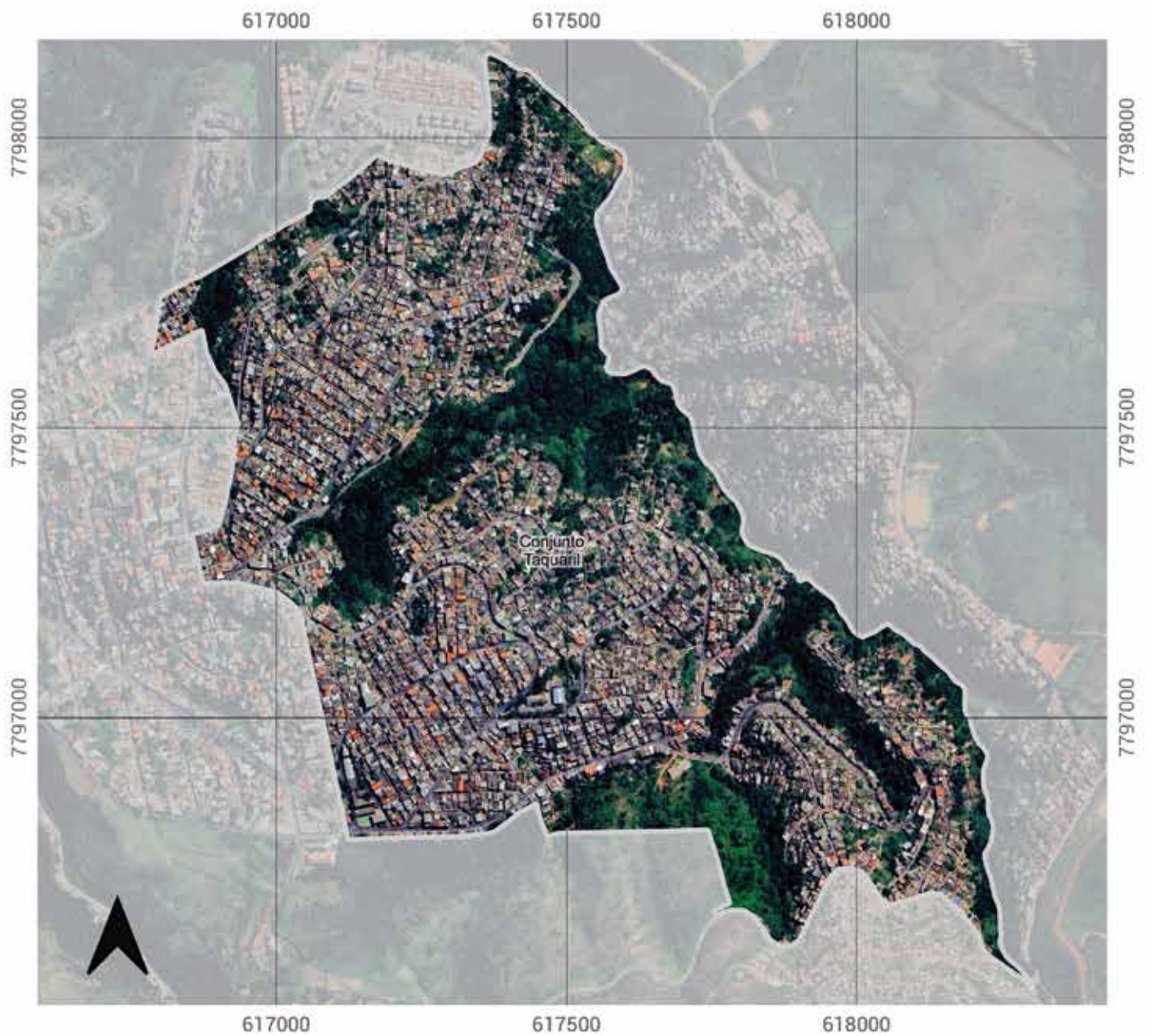




Figura 6 - Bairro Conjunto Taquaril





Segundo relatos de moradores mais antigos da comunidade, foi na década de 80 que teve início um amplo movimento de defesa pela moradia no bairro Alto Vera Cruz. Esse movimento uniu cerca de oito mil famílias oriundas de diferentes regiões de Belo Horizonte. Ao longo de meses, o grupo realizou protestos e marchas, percorrendo a pé o trajeto entre o Alto Vera Cruz e os edifícios da Prefeitura Municipal e do Palácio da Liberdade. Líderes comunitários recordam que durante essas caminhadas, os manifestantes enfrentaram repressão policial e passaram por situações de sofrimento. Na tentativa de regulamentar as obras do bairro Alto Vera Cruz, diante da resistência da prefeitura, muitas famílias começaram a ocupar a região do Taquaril. Após o início da ocupação, a região do Conjunto Taquaril experimentou um crescimento não planejado, com expansão para áreas verdes, zonas institucionais e às margens de córregos, incluindo regiões identificadas como de risco geológico iminente.

O bairro hoje conta com um comércio robusto e possui equipamentos públicos de saúde, assistência social e educação. No entanto, percebemos que nem sempre a comunidade lança mão destes equipamentos. No CRAS percebemos que há uma biblioteca moderna, equipada, que poderia ser um recurso importante para a comunidade em geral, bem como a escolar. No entanto, tal recurso encontrava-se inacessível à população, já que o CRAS não possuía bibliotecária no momento da realização do campo.

Chama-se a atenção a entrevista de uma das lideranças do bairro, cuja adolescência sentia que tinha um muro que cercava a comunidade, não via do lado de fora, evidenciando a discrepância que existe entre um bairro de periferia com bairros da região nobre da cidade.

6.2. FAMÍLIA

Em relação aos aspectos familiares, ressalta-se que a família é uma das principais, senão a principal, instituição formadora do indivíduo. Sendo a responsável pela propagação de normas, valores, comportamento e habilidades sociais (Pereira, 2023, p. 111). Apesar da importância do seio familiar para a constituição e desenvolvimento das crianças e adolescentes, muitos são os entraves vivenciados por essa parcela populacional no território.

Destaca-se a partir das fala dos gestores, que são territórios marcados pela forte presença da mãe, sendo que normalmente as famílias são monoparentais maternas, inclusive, a escola ou outros espaços socioassistenciais são o polo de circulação dessas a fim de conseguirem um suporte, apoio ou orientação sobre como proceder com os filhos.

A vulnerabilidade socioeconômica familiar aparece atrelada a vulnerabilidade emocional, sendo determinantes no desenvolvimento dos jovens, vez que, “embora os laços afetivos sejam fortes, as condições de precariedade e as violências afetam a convivência familiar e comunitária, aprofundando as desigualdades” (Galdeano, 2018, p. 35). Por conseguinte, para alguns dos gestores, é justamente essa vulnerabilidade que faz com que “*as famílias perdem o controle dos meninos muito cedo*” (Iêda, E2), isso porque, trabalham muito e não conseguem acompanhar a rotina e as atividades de seus filhos. Apesar dessa aparência de ausência de controle por parte dos responsáveis, muitas das vezes são reativos e tentam dissuadir os filhos das atividades ilícitas e até mesmo a entrada no



tráfico de drogas, porém, em alguns dos casos desistem de reprimi-los ante às necessidade que vivenciam aliada à carência de recursos financeiros.

Apesar desse cenário desanimador, algumas das lideranças comunitárias destacam a importância da família como agentes de prevenção à criminalidade e ao envolvimento infracional, bem como, de seu papel de alfabetizadores. Além dos pais, os irmãos também aparecem como sujeitos de cuidado, inspiração e afeto.

6.3. ESCOLA, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

A escola, sendo outra instituição vital para o crescimento e formação das crianças e adolescentes aparece com recorrência nas falas dos gestores de políticas públicas e lideranças comunitárias, em grande parte, por transitarem em ambientes educacionais e formativos. É dado um papel de destaque para a escola como uma instituição fomentadora de garantias e direitos do público infanto-juvenil, além de reconhecerem-na como um ambiente fundamental para o ensino formal além de ser um espaço de viabilização da interação social, juntamente com sua contribuição para o cultivo das competências basilares para a entrada no mercado de trabalho.

Por outro lado, a escola entra como uma caixa de ressonância das questões do território, eis que, todas as questões dos alunos, seus familiares e possíveis conflitos ou violações chegam primeiramente à escola para depois serem repassadas aos demais atores da rede. Essa repercussão de questões nos espaços

escolares fazem com que as escolas e suas equipes relatem estar sobrecarregadas com tarefas que excedem atividades tipicamente educacionais.

Ademais, destacaram-se as parcerias existentes entre as escolas com projetos sociais e ONG locais - tais como SMSP, SESC, PRODABEL, PROERD, Projeto Brota, Aurora, Descubra e Sargento Johny, além do trabalho conjunto com a rede, tais como CRAS, CREAMS, ASSPROM, UBS e Conselho Tutelar a fim de melhor monitorar e acompanhar os adolescentes atendidos. Para uma melhor execução de política, o trabalho em conjunto deve ser articulado para elaboração de estratégias que possam vincular os adolescentes nas instituições ganham espaço sendo que a escola aparece, na visão dos entrevistados, como a principal articuladora entre as diversas redes.

Percebeu-se que as instituições escolares, entendem o trabalho protegido como uma solução para a questão do trabalho infantil e o tráfico de drogas. Uma das entrevistadas destaca como uma das possibilidades para a erradicação do trabalho infantil no tráfico de drogas a oferta de inserção profissional e qualificada dos adolescentes sugerindo, então, uma formalização de parcerias e/ou convênios das escolas diretamente com programas de iniciação profissional. Acrescenta que, essa possibilidade de oferta de emprego poderia, também, contribuir para a vinculação do adolescente com o ambiente escolar.

Para além do vislumbre de futuro ou de entrada no mercado de trabalho, contrariamente, uma das entrevistadas tem a visão dos estudantes como meninos e meninas que não sonham, que não criam muitas perspectivas de futuro, nem de trabalho ou de estudo em uma instituição de ensino superior.



Em suas palavras:



Eu vejo algumas barreiras de mostrar para os estudantes de que se eles estudarem, não é uma garantia de sucesso, mas é uma chance de ter um caminho menos árduo para conquistar as coisas da vida dele, vejo essa dificuldade de mostrar que essas decisões tomadas hoje podem refletir ou não de maneira complicada no futuro, ou não, porque tem alguns vem com o caminho certo na cabeça de fazer uma faculdade ou um curso técnico ou não ou ir trabalhar pra ajudar a família, mas eu sinto muita essa falta de perspectiva, de não saber o que vai fazer do futuro e não se preocupar com isso agora (Heitor, E8).



Nessa seara, acredita que a falta de perspectiva de futuro advém também de um contexto de vulnerabilidade, cujas crianças e adolescentes possuem trajetórias de vida marcadas por dificuldades financeiras, por falta de afeto dos responsáveis e por uma série de violações de direito. Sendo que no final a dinâmica infracional aparece para alguns como uma saída encontrada para lidar com as questões conflituosas de suas trajetórias.

Ainda sobre a importância do papel da escola no território, foi dito por um dos entrevistados como ponto de fragilidade a falta de participação popular na municipalização de uma das escolas da região, o que gerou desconforto e perdas para os moradores deste território. Destaca-se que para situações que possam (e vão) mudar a dinâmica local a participação popular local deve ser estimulada, eis que, serão estes os principais usuários dessa mudança.

Ademais, ao dizerem sobre o fato do ensino médio ter passado a ser ofertado em outro local, lamentam que *"a escola evadiu do território"* (Técnicos do CRAS), assim, apontam que o território deve possuir ampla oferta de cursos que dialoguem com a realidade e o desejo dos adolescentes de modo a evitar que estes evadam do ambiente escolar por ter que transitar e/ou deslocar para outro território a fim de frequentar as aulas, o que por vezes é moroso e difícil. Essa opinião contrapõe-se ao fato de que na região do Taquaril e Granja de Freitas não possuem escolas estaduais, o que vai de contra com os direitos e garantias previstos nas diversas legislações nacionais e internacionais.

Um outro ponto de fragilidade apontando por um dos entrevistados seria o fato de as escolas não trabalharem abertamente como conteúdo a temática do trabalho infantil, outrossim, na relação direta entre os adolescentes e a Escola Integrada, a temática é abordada de forma protetiva. Nesse sentido, é afirmado sobre o *"jogo de forças"* (Angélica) entre as instituições formais e a instituição informal do tráfico de drogas, sendo que as políticas públicas deveriam ser mais efetivas para ganhar este jogo.

Para além da Escola, o tema política pública foi bastante recorrente nos grupos de conversação, sobretudo, nas entrevistas realizadas com os gestores, eis que, este seria um dos, se não, o principal mecanismo de garantia e efetivação dos direitos, bem como, para a tutela dos direitos do público infante-juvenil previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Nº 8.069/90) além de outros documentos e convenções internacionais. Além do fato de que, crianças e os adolescentes são sujeitos de

direitos e em formação, merecendo proteção especial e prioritária nas atuais execuções de políticas públicas. Desse modo, almeja-se sua efetividade e, principalmente, uma atuação universalizada de modo a alcançar todo o público infanto-juvenil.

Apesar das diversas parcerias existentes, uma das entrevistadas apontou que nem sempre a rede socioassistencial é presente ou efetiva, a atuação da equipe vai depender muito do território em que atua além do fato de que às vezes trabalham na construção de estratégias junto ao adolescente para uma melhor inserção social. No entanto, a própria dinâmica do território aliada à realidade do adolescente é bastante desafiadora para efetivação dessas estratégias previamente articuladas. Também, é dito sobre a volatilidade dessas parcerias o que dificulta a análise dessas parcerias em termos de dados estatísticos.

No caso, aponta-se na maioria das vezes a política pública quando existente é bastante frágil e desarticulada em diversos aspectos nestes territórios periféricos deixando esse público bastante desprotegido. Neste sentido, uma das entrevistadas apontou que quando é enfraquecida a presença do poder público no território, a igreja e o tráfico de drogas ocupam um lugar de proeminência na vida dos adolescentes, seja porque precisam sobreviver ou porque precisam constituir laços locais para transpor a própria realidade que é marcada por diversas violações sociais.

Essa mesma entrevistada menciona sobre a existência de parcerias entre as escolas e ONG, outrossim, essas parcerias têm pouca durabilidade. Por fim, enfoca que as políticas públicas devem ir para além do olhar sob o adolescente, deve englobar seus familiares além de efetivar oferta de espaços para

fortalecimento de vínculos entre adolescente, família e instituições sociais.

Como possibilidade de melhoria, os entrevistados destacam a importância da realização de pesquisas, em especial, sobre a política pública no território para verificar sua efetividade e/ou necessidade de aprimoração. Nessa seara, as pesquisas devem "*dar relevo ao aspecto socio-comunitário do território e suas nuances, para além dos aspectos da criminalidade*" (Técnicos do CRAS).

Assim, deve-se compreender como se espalham os equipamentos públicos e quais são as lógicas de seus serviços ofertados e, para isso, deve-se ouvir as referências comunitárias a fim de verificar como os usuários avaliam os serviços e o que gostariam que melhorassem. Foi através dessa metodologia que se conhece sobre a falta de espaços de convivência em um dos bairros da L4 e somente a partir dela e do orçamento participativo que se iniciou a construção de um centro poliesportivo, outrossim, "*por problemas financeiro, se perdeu e ficou pela metade*" (Técnicos do CRAS). Por conseguinte, questões como política pública de habitação, encaminhamento para o trabalho protegido e projetos voláteis que não promovem o empoderamento e nem a transformação social são temáticas comuns na fala dos participantes e merecem maior cuidado por parte dos elaboradores de políticas públicas.

6.4. CORPO: RAÇA, GÊNERO E VIOLÊNCIA

A dimensão do corpo aparece de maneira sutil nas falas dos gestores e lideranças comunitárias, algumas das vezes expressando como a raça negra faz com que



sejam facilmente abordados pela polícia mesmo que sejam grupos de trabalhadores. Em outras narrativas destaca-se o fato de que duas escolas do território contam com mulheres negras na direção, inclusive, essas diretoras são percebidas como ponto de referência e de exemplo para a comunidade.

Em relação ao gênero, é comum na fala dos gestores, bem como, das lideranças comunitárias de que existe uma diferença na relação entre meninos e meninas com o trabalho, sendo que normalmente as meninas ficam responsáveis com os afazeres domésticos ou cuidando de irmãos menores, enquanto os meninos trabalham na rua. Além disso, é dito sobre essa diferença inclusive para adolescentes trans, cujo trabalho envolve vendas de gêneros alimentícios, cuidado de crianças ou até mesmo prostituição.

Ainda sobre a discriminação em relação ao gênero, uma das lideranças narra a existência pretérita de uma diferença de tratamento nas Oficinas do Fica Vivo!. A partir de sua vivência em que sendo uma adolescente; queria participar de oficinas esportivas e de danças de rap, sendo que não tinha sua participação autorizada sob a justificativa de que eram atividades destinadas ao público masculino. A partir disso, vem lutando contra as discriminações de gênero além de proporcionar atividades mistas para as crianças e adolescentes do território, porém ressaltou, que se deve ter um cuidado com as meninas que são um público que pouco procuram as atividades esportivas e quando procuram, em grande parte, seria para acompanhar os companheiros. Ademais, também é necessário ter atenção com os(as) adolescentes trans, em que precisa continuamente sensibilizar os demais em relação às escolhas e identificação de gênero, eis que, são alvos de perguntas

maldosas.

Inclusive, destacou que essa discriminação de gênero existe até fora da comunidade, citando como as eleições, já que muitas vezes, as mulheres são preteridas em relação aos homens, apesar de em muitas situações serem mais competentes e qualificadas para o exercício de cargos públicos. Por sua vez, menciona que alguns adolescentes questionam a capacidade de mulheres se envolverem na dinâmica do tráfico de drogas e que tentam romper com essa visão preconceituosa.

Essa mesma liderança afirma a importância de conhecer e saber falar a linguagem da juventude, pois, foi a partir de uma referência por quem nutre admiração, que foi ouvida e incluída nas atividades e pôde contribuir para a comunidade. Acrescentou que é difícil ser mulher em determinados espaços, mas que "*Não admito me diminuir por ser mulher*" (Gabriela, E14).

Em relação ao corpo, sobretudo, os gestores relacionados aos ambientes educativos relatam a importância de querer o melhor para os alunos, de forma que sejam bem atendidos, nessa esteira inclui-se o vestuário, eis que, é importante andarem bem-vestidos e cuidados. Por outro lado, uma das lideranças comunitárias destaca que "*a estética levou os nossos jovens para um lugar muito perigoso. Porque a gente precisa estar sempre muito belo. Pra gente ser aceito num shopping, pra gente ser aceito num cinema, num lugar que é público-privado*" (Líbia, E12).

Emenda ainda que existe uma estética e aparência típicas de adolescentes da periferia, sendo que as adolescentes andam com unhas postiças enquanto os adolescentes "*querem ter cabelo chavoso*" ou seja, desejam ter os cabelos da cor do "*louro pivete, que é um 'louro*



periférico" (Líbia, E12). Disse que a questão da estética é algo perigoso e difícil de controlar, ainda mais se tratando de corpos juvenis *"estamos falando de um adolescente... é tudo muito novo, é tudo muito intenso, e a probabilidade de um corpo de um adolescente se viciar nessa coisa intensa é muito maior"* (Líbia, E12), sendo que essa aparência muito presente nos adolescentes do território é bem destoante das aparências dos jovens brancos de classe média e alta dos bairros nobres da cidade.

Ainda nesse raciocínio, sobre essa aparência periférica, bem como, o desejo de atrair atenção, sobretudo das meninas, um dos gestores afirmou que *"Tem gente usando tornozeleira para pegar menina. E as meninas gostam"* (João, E4).

Ultrapassadas essas questões ligadas especificamente em relação à raça e gênero e território, os participantes relatam questões ligadas à relação entre corpo e violência policial, tais como, o fato de um dos entrevistados já ter levado tiro na perna, o fato de serem alvos corriqueiros das abordagens policiais violentas por conta da raça, sendo que eles são comumente associados às coisas erradas, em outras palavras *"pra variar um negão"* (João). Outrossim, essas abordagens são justificadas pelos policiais como uma *"abordagem comum"* (Líbia), sendo que uma das lideranças lhes responde que não se trata de uma abordagem comum e sim, *"de uma abordagem racista"* (Líbia, E12).

Mencionam também o encaminhamento para as delegacias, as revistas e abordagens policiais violentas, que já associam os adolescentes com a ilicitude. Nessa seara, destacam que a polícia é violenta em todo lugar e visa estereótipos. Uma das lideranças elenca situações que precisou

intervir em defesa de adolescentes da comunidade durante as abordagens policiais, acrescentando que por ser alguém que sabe ler, que conhece os direitos previstos nas legislações é recorrentemente procurada para intervir em favor dos membros da comunidade, em suas palavras:

“

Os cara chega já dando botinada... Nós tivemos uma experiência outro dia... Os meninos estavam sentados, tipo, quatro meninos sentados [...], moradores da comunidade, assim, chegou um cara de polícia e 'vrum!', já começou 'cadê num sei quê, cadê num sei quê?!'. Gente, cê quer buscar vai na onde que tem, uai! Querendo pegar no lugar errado... A vizinha foi e me gritou, 'oh, vem cá, vem cá!', peguei e fui e tal, fui tentar entender. Aí o policial virou pros meninos e falou 'que feio, mulher tem que vir te defender' [...]. Não, eu não vim defender, eu vim tentar entender o seu trabalho, que talvez não é esse. 'Quem é você?'. Uma pessoa que lê" (Líbia, E12).

”

Acrescenta que infelizmente muitos deles desconhecem seus direitos e, por conta disso, são incapazes de se defenderem em casos de violência ou de abuso de autoridade por parte da polícia. Por fim, essas são as visões dos gestores e lideranças, sendo que mais adiante tratar-se-ão essas questões do ponto de vista dos próprios adolescentes que são as maiores vítimas tanto do preconceito quanto das violências e abordagens policiais.



6.5. TRABALHO PROTEGIDO, TRABALHO INFORMAL E TRABALHO ILEGAL — TRABALHO INFANTIL NO TRÁFICO DE DROGAS

A temática trabalho aparece em diferentes versões e formas na fala dos gestores de política pública e de lideranças comunitárias. Foi bastante comum na fala dos gestores o conhecimento acerca do trabalho infantil, eis que, alguns relataram ter visto adolescentes e/ou alunos de escolas nas ruas dos bairros da zona leste e centro sul, seja trabalhando em comércio ou vendendo produtos alimentícios no sinal, tais como bala, amendoim, seja trabalhando em obras ou lavando carros.

Ademais, é unísono o conhecimento de forma por parte dos gestores sobre as necessidades quanto o desejo de trabalhar dos adolescentes, especialmente, a partir dos 14 anos, até mesmo mencionam sobre como estes se tornam adultos de forma cada vez mais precoce. Apesar desse interesse, afirmam que tem uma carência enorme de qualificação e preparação o que inviabiliza a inclusão desse público no mercado de trabalho.

Além do mais, alguns dos gestores mencionaram que acreditam que o trabalho infantil aumentou consideravelmente depois da pandemia, sendo que este período de quarentena forçou os meninos a irem para a rua para contribuir com o sustento familiar, vez que muitos pais perderam o emprego durante esse período.

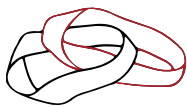
Uma das gestoras, inclusive, mencionou que já recebeu diversos pedidos de ajuda para

conseguir emprego e que faz o que está ao seu alcance como, por exemplo, orientando acerca da idade mínima exigida na lei e os locais em que poderá atuar como jovem aprendiz além de realizar alguns encaminhamentos para instituições que poderiam viabilizar o pedido do adolescente. Outrossim, é mais comum o encaminhamento para vagas de trabalho e cursos profissionalizantes aos alunos que cursam EJA, inclusive, contam com auxílio transporte custeado pela própria escola.

Os gestores relatam uma série de instituições que promovem o trabalho protegido e dizem que a escola busca sempre a interação com estas instituições, apesar de não ter uma parceria concreta. Por conseguinte, esses gestores acreditam que mais do que um desejo, o trabalho para esses adolescentes seria uma necessidade tanto particular quanto familiar.

Em relação ao trabalho formal, uma técnica do CREAS, nos diz que quanto mais novo, mais difícil é a inclusão. Para ela, meninos de 14 e 15 anos são mais difíceis de serem incluídos no mercado de trabalho por dois fatores: iniciando-se pela dificuldade de inclusão em uma vaga, já que a maioria das vagas pedem um perfil etário específico e, em segundo lugar é difícil manter este adolescente na vaga, pois, a adaptação destes no trabalho passam por uma série de empecilhos, tais como: rotina familiar, regras do ambiente de trabalho, conhecimento específico, sobretudo, a tentativa de combinação do trabalho com o tráfico, dentre outros. Ademais, a rotina do trabalho formal é diferente, menos rentável, tem maior cobrança, logo, menos atrativo para os adolescentes.

Por outro lado, uma das gestoras percebe que os jovens que vão para o trabalho protegido, apresentam um amadurecimento, um respeito às regras, têm mais tolerância e



responsabilidade. Em suas palavras:



Tudo que representa o trabalho formal, horário, regra, hierarquia.. Hierarquia que eu falo é organização. Se tem uma estrutura organizada, esse menino se organiza. Se organiza e muda. Aquele trabalho informal, tem a sua organização, mas não essa formalidade, então ele...apresenta até certo amadurecimento, mas é pouco (Júlia, E1).



Não somente nas falas dos gestores percebe-se que os adolescentes vivem em uma situação de impasse entre os conflitos familiares, o desejo de adentrar no mercado de trabalho e a dificuldade que é de ingressar nesse mundo, sendo que umas das lideranças comunitárias comentou que na sua visão a escola tem uma papel importante, mas o cenário das famílias é caótico de modo que muitos alunos precisam trabalhar. Para a entrevistada, os adolescentes deveriam se dedicar somente aos estudos. "A questão do trabalho quando vem é por necessidade. É muito difícil a gente falar assim 'não, você não pode trabalhar'. Aquele dinheiro conta dentro de casa" (Júlia, E1). Relata que isso é verdadeiro, inclusive, dentre os adolescentes que estão no tráfico de drogas.

Preliminarmente, afirma-se que existe um lapso temporal entre os 10 e 14 anos de idade, eis que, aos 10 anos param de vender gêneros alimentícios nas ruas já que estão mais velhos aos olhos dos possíveis compradores e aos 14 anos – segundo o ECA é a idade mínima permitida para trabalhar como aprendiz (ainda que mais difícil segundo o mercado de trabalho

brasileiro). Assim, através deste lapso percebe-se a existência de uma janela etária em que a dinâmica do tráfico de drogas parece seduzir estes adolescentes como uma possível saída para satisfazer suas necessidades e desejos de consumo.

Como já adiantado, alguns gestores afirmam ver frequentemente adolescentes que conhecem trabalhando, inclusive, são requisitados para auxiliar nessa busca pelo primeiro emprego seja onde for. Acerca disso, uma das gestoras ao dizer sobre o desejo de ter uma renda e a dificuldade em conseguir o primeiro emprego, afirmou que:



Eu vejo que a maioria não quer trabalhar com o tráfico. Eles sabem que é coisa errada. O menino, se você falar que você vai ganhar tanto no tráfico e tanto no trabalho formal, ele vai querer o trabalho formal. Ele não quer ir pro tráfico. Se você oferecer o trabalho de jovem aprendiz, é isso que eles querem. Todo mundo sabe o final que é [tráfico]. Isso é o que eu vejo aqui. Todo menino que vai pro tráfico, ele já fez de tudo, mas ali ele teve espaço. Aí ele colou lá. A sociedade, a família e a escola não deram conta dele. (Júlia, E1).



Nessa seara, concluiu-se que o tráfico acaba sendo uma "alça" para os adolescentes, ou melhor, uma saída encontrada diante dos empecilhos e limitações à entrada no mercado formal de trabalho. Ainda sobre os tipos de trabalho, essa mesma gestora destacou que o trabalho de cuidar de irmãos ou parentes menores, bem como, tarefas domésticas é invisibilizado, já que são tarefas necessárias já



que os responsáveis têm que trabalhar fora.

Outro gestor mencionou que a relação entre juventude e trabalho aparece de modo informal nas oficinas que realiza junto aos adolescentes. Acrescentou saber corriqueiramente de envolvimento do público infanto-juvenil no trabalho informal com vendas de balas e amendoim nos sinais ou no tráfico de drogas, menciona que a vida adulta chega mais cedo para eles. Inclusive, muitos adolescentes apresentam demanda de trabalho maior que demanda de outros direitos como escola e saúde por exemplo. Por fim, ressaltam que o desejo de trabalhar é diferente de sustentar o trabalho, vez que, possuem dificuldades em permanecer nesse mundo. Assim, até mesmo os adolescentes que estão no trabalho protegido apresentam dificuldades em compreender suas funções, não se adaptam ou ficam ansiosos durante o tempo ocioso.

Sobre o curso profissionalizante que os adolescentes costumam interessar é o de barbearia por estar mais próximo de suas realidades. Apontam que os cursos profissionalizantes do SENAI são exigentes em relação às tarefas diárias, bem como, em relação à escolaridade sendo que essa é a principal dificuldade dos adolescentes, motivo pelo qual há muitas desistências durante o curso do SENAI. Por fim, disse que são poucos os adolescentes que se interessam pelo empreendedorismo, eis que, é uma das possibilidades atraentes porém difíceis de sustentar, sendo que preferem por um trabalho nos moldes CLT, ou melhor, de carteira assinada.

Salienta-se que foi dito por alguns dos participantes que a escola não realiza um trabalho específico em relação ao combate ao trabalho infantil, ela atua nessa área através de uma organização e diálogo com as lideranças

do bairro e a rede. Inclusive, um dos gestores afirma que há uma articulação entre educação, saúde, assistência social, conselho tutelar, segurança dentro do território que geralmente são acionados a partir do reconhecimento de situações de risco para a criança e adolescente. Apesar do que foi dito, por alguns entrevistados, a equipe de pesquisa tomou ciência da participação de uma das escolas do território estudado no projeto MPT na Escola. Este é um projeto realizado pelo Ministério Público do Trabalho e que busca levar informações às salas de aula sobre o combate ao trabalho infantil (para alunos do 4º e 5º anos) e a promoção da aprendizagem profissional de adolescentes (para alunos do 6º e 7º anos).

Em relação à dinâmica do tráfico de drogas, é uníssona a ideia de que o tráfico entra onde as políticas sociais encontram-se fragilizadas. Igualmente, possuem a ideia de que o trabalho no tráfico de drogas é um dos piores trabalhos infantil, especialmente, devido aos riscos envolvidos. A respeito disso, uma das lideranças elenca a dramaticidade do jovem envolvido com a criminalidade e ameaçado de espancamento procura ajuda para negociar uma dívida contraída com o tráfico, "*quer pagar a dívida para se manter no território*" (Gabriela, E14).

Por sua vez, os ganhos devido ao envolvimento no tráfico de drogas dependem da função e responsabilidade que possuem. Uma das participantes afirmou que tem meninos que ganham R\$200,00 reais por plantão, outros tiram R\$3.000,00 por semana. Acrescentou ainda que eles não possuem controle financeiro, pois, todo o dinheiro que ganham os adolescentes gastam, não conseguindo se organizar financeiramente. Sobre os gastos dos adolescentes, é mencionado o consumo de bebidas durante os bailes, compra de roupas,



chinelo, moto, ou até mesmo a compra de barracão para alugar.

É curioso o fato de uma das lideranças comunitárias, que além de ser uma referência no território, também trabalha com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, tendo ressaltado que a passagem pelo socioeducativo faz com que eles tendam a permanecer no tráfico. Além disso, continuam evadidos da escola, sendo comum dizerem: *"agora eu vou virar traficante, já fui preso mesmo"* (Gabriela, E14). Desse modo, a passagem pelo sistema socioeducativo faz com que os adolescentes assumam com mais rigor os rótulos que lhes são atribuídos, não tendo mais nada a temer.

Nesse aspecto, consolida-se assim o processo que Misse (2008) chama de sujeição criminal. Este conceito refere-se a um processo "pelo qual se dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, fazendo-os crer que essa expectativa não é só verdadeira como constitui parte integrante de sua subjetividade" (MISSE, 2014: 204).

Essas são as principais temáticas que apareceram durante as narrativas dos gestores de políticas públicas e de lideranças comunitárias. A seguir serão tratadas semelhantes temáticas além de outras inusitadas sob o ponto de vista das adolescentes das escolas, bem como, daqueles em cumprimento de medidas socioeducativas em Belo Horizonte.





7. A LENTE DOS ADOLESCENTES

A partir dos grupos de conversação e entrevistas realizadas com alunos das Escola Municipais Israel Pinheiro, Doutor Júlio Soares e Alcida Torres e das entrevistas realizadas com adolescentes que estavam em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e internação, elencamos, em torno de eixos, elementos importantes para a análise dos dados.

Dessa maneira, apresentamos as diversas temáticas que aparecem no discurso dos adolescentes, amarrando a discussão em torno dos seguintes eixos: território e desterritorialização, famílias, escolas e políticas públicas, trabalho e tráfico de drogas.

7.1. TERRITÓRIO E DESTERRITORIALIZAÇÃO

Com as devidas considerações sobre as diferenças entre os bairros abarcados pela pesquisa, é possível delinear similaridades nas perspectivas dos adolescentes quanto a diversos tópicos que englobam o tema território, a saber, quanto à maneira como ocupam os espaços e às dinâmicas que seus corpos têm de enfrentar.

7.1.1. RACISMO, VIOLÊNCIA E SUSPEIÇÃO

A raça se intersecciona a uma questão de classe e à geopolítica da cidade. Assim, a raça aparece muito ligada ao território, sendo determinante que o sujeito se entenda desde cedo como preto e como sujeito à discriminação, já que "*existe muito preconceito no mundo*". Um jovem do Taquaril, que estuda na Savassi, relata ter sofrido racismo quando foi em um aniversário no Sion, disse que as pessoas o tratavam "*como se ele fosse nada*". A raça se torna um marcador importante que, além de discriminar, imputa sobre o corpo desses adolescentes dinâmicas de violência, em especial a violência policial.

As estatísticas apontam recorrentemente para um padrão da vítima de violência no Brasil:



são os jovens, negros, pobres e moradores de periferia. Esses jovens precisam, em vida, serem nomeados como inimigos, para que haja a justificativa de sua contenção e morte. Esse jovem, que não interessa à lógica neoliberal do lucro, precisa ser contido, pelo bem da proteção da propriedade privada e da segurança. Dessa forma, percebemos que há toda uma gestão do medo que precisa ser implementada agindo através da construção de um inimigo necessário, que pela via das nomeações do pior tornam esse sujeito justificadamente descartável (Garland, 2008).

É o Estado que, em grande parte, instrumentaliza o seu monopólio da violência para fixar estes sujeitos jovens e negros em categorias de exclusão que culminam no que se chama de genocídio de jovens negros no Brasil. É esta a operação que faz com que, em relação à violência, o adolescente seja apenas responsabilizado e não reconhecido no seu lugar de violado em seus direitos constitucionais básicos, incluindo o direito à vida. Trata-se do adolescente no lugar do inimigo do Estado, permanente em sua situação de suspeito, que, como nos aponta Guerra (2022), encarna o *"olhar de indiferença ou ódio do Outro social sobre o jovem, retornando como suspeita sob fundo transferencial"*, configurando a permanência do *"sujeito suposto suspeito"* no lugar do *"sujeito de direito"*. É isso que os adolescentes no território nos dizem quando apontam que para o Estado são sempre suspeitos, principalmente a partir do marcador racial. As abordagens policiais recorrentes apontam como o Estado lê o território e os adolescentes como sempre em suspeição.

Dentre os enquadramentos que colocam os sujeitos com uma maior probabilidade de serem abordados, a negritude

aparece como fundamental para que aos jovens seja colada uma certa ideia de inimigo: *"A polícia só enquadra quem é preto. Tá na história"*. Os adolescentes ilustram com suas falas o racismo que sofrem desde a sua socialização familiar, até o racismo nas instituições e territórios nos quais circulam. Assim, afirmam, *"A nossa pele sempre foi prejudicada. Em tudo."*

A questão racial parece estar presente em casa e, por extensão, na escola, nos fenômenos de racismo e bullying. Sérgio [N2], adolescente aluno do EJA relata que sentia muito as questões relacionadas ao racismo, mas que hoje já não liga mais, que leva na brincadeira. Diz que existe racismo até dentro da própria casa, apesar de todos serem da mesma cor. Relata que um é mais claro que o outro e que isso é alvo de brincadeira, inclusive na escola. Nos grupos de conversação, outras alunas concordam que racismo acontece muito na escola. Uma delas relata um episódio de racismo e intolerância religiosa em que uma aluna estava cantando uma música da Umbanda e um outro aluno disse que era por isso que a vida dela era uma desgraça e disse que o cabelo da aluna era duro. Contudo, o racismo tende a ser mais prejudicial à sua segurança fora do território.

Para os jovens, a violência policial só aborda "preto" e "lombado" (tatuados). Todos apontam a polícia como um braço racista do Estado. *"- mesmo quando o policial é preto? - Não existe policial preto"*. Uma adolescente diz que a forma como se dá a abordagem também é influenciada pela maneira com a qual o abordado trata os policiais. *"Do que adianta ser trabalhador e vir na ignorância? Tem que falar direito"*.

É efervescente e quase unânime a confluência dos discursos que imputam a



principal agência da violência aos policiais. A violência policial está nas esquinas das favelas com seu comportamento racista, classista, estigmatizado. E mais, quando tratamos de adolescentes, estamos nos referindo a sujeitos vulneráveis, vistos como *"problema"* como uma *"ameaça potencial"*, enquanto seria devido enfatizar a defesa dos seus direitos e também ao acolhimento e provimento de condições básicas para o desenvolvimento em todos os sentidos.

De acordo com o depoimento de adolescentes que participaram dos grupos de conversação, ser polícia é um dos trabalhos que predominantemente não gostariam de realizar. Há diversos relatos de violência policial no território, principalmente entre os meninos, que relatam conviverem com abordagens policiais desde muito novos, como no caso de um jovem que tinha 12 anos e estava empinando pipa quando foi abordado pela primeira vez pela polícia. Dizem que *"polícia é folgado"* e relata diversas experiências de violência que envolvem policiais específicos.

Um jovem conta sorrindo sobre quando um policial bateu com uma arma no ombro de seu pai. O mesmo jovem conta outra experiência quando estava brincando de esconde-esconde na época em que estavam acontecendo tiroteios e os policiais pensaram que ele estava se escondendo deles. Nesses e em outros momentos o riso e o humor são utilizados para narrar cenas cotidianas de truculência, de violência física e psicológica perpetrados por policiais militares e guardas municipais. Como exemplo, citamos algumas questões que aparecem nos relatos dos jovens: enforcamento, ameaça de morte direcionada à mãe de um jovem, averiguação forçada de celulares.

As abordagens policiais parecem impregnar

uma ideia de periculosidade aos jovens do território devido a certos modos de vestir, de falar, de se portar e a presença de tatuagens que, no imaginário social, representam a figura do jovem fora da lei. Como exemplo, citamos o relato de um jovem que afirma ter sofrido uma abordagem policial devido às gírias que estava utilizando. Esses elementos constituem, também, uma forte composição racial na escolha dos policiais em relação aos sujeitos que irão abordar. Essa filtragem racial realizada pela polícia é colocada em diversos momentos em que os adolescentes apontam o racismo presente na atuação policial. Esse viés racista aparece, por exemplo na fala de uma das adolescentes quando afirma que seu namorado, um rapaz negro, foi abordado por estar portando um celular da marca iPhone: *"só porque a pessoa é pobre e tem iPhone, é bandido. Só porque a pessoa está usando uma roupa de 400 reais ou mais, a polícia acha que é bandido"*.

Essas abordagens policiais têm um papel crucial para além da apreensão dos corpos juvenis, como também, servem para movimentar o ciclo violento inerente à dinâmica do tráfico de drogas e do território. Nesse sentido, concorda-se com Galdeano (2018, p. 99) que *"a polícia é a porta de entrada para o socioeducativo. Também é uma peça importante para o funcionamento do mercado ilegal – sem os "acertos" as bocas não funcionam. É ainda responsável por homicídios e espancamentos"*. Dito isso, a polícia além do papel preventivo por meio do monitoramento, do papel repreensivo por meio das abordagens, é também, em diversos momentos, corrupta. Os jovens narram situações de uma atuação da polícia que indica a corrupção. Por exemplo, nos diversos relatos em que os jovens afirmam que nas abordagens a polícia procura por armas



para que possam apreendê-las e utilizá-las em outras abordagens em que sujeitos estejam portando uma quantidade muito pequena de drogas ou quando estes não possuam dinheiro suficiente para pagar a extorsão.

Outro fator importante sobre a atuação policial no território diz respeito a uma certa conduta esperada por sujeitos que são abordados pela polícia. O vínculo trabalhista é um aspecto importante para a interrupção da ação policial, ilustrado pelo relato de uma jovem que contou uma situação em que seu namorado, durante uma abordagem, ao mostrar o crachá do programa de iniciação profissional em que estava inserido, foi prontamente liberado. Há certa problemática nesse sentido, pois a ausência ou a informalidade de trabalho é colada à ideia de envolvimento com o crime em um movimento de criminalizar questões estruturais como a pobreza, o desemprego e o pertencimento racial.

Ainda que o trabalho possa dar certa credibilidade aos jovens, não há garantias, já que os jovens que não estão envolvidos revelam serem abordados simplesmente por estarem andando na rua. Dois adolescentes afirmam que foram abordados por policiais enquanto estavam abrindo a barbearia em que trabalham. Os policiais os intimidaram dizendo que já sabiam que o local era ponto de droga e que os adolescentes estavam envolvidos. Além disso, há também o estigma de adolescentes que trabalharam ou trabalham no tráfico de drogas. Nos relatos, descrevem a si próprios como marcados, ficando ainda mais suscetíveis a abordagens violentas.

7.1.2. SEGREGAÇÃO

Nos relatos, poucos são os jovens que costumam circular para além de seu próprio bairro ou nos arredores, e dos poucos que saem raramente realizam atividades para além de uma demanda pontual como comprar uma roupa. Assim, é muito comum que eles permaneçam restritos para fora da zona central da cidade. Certamente isso se justifica a partir de índices próprios de uma discriminação marcadamente racista, que, segundo eles, é mais marcante no centro, pois são mais abordados por serem pretos. Há, portanto, uma impossibilidade de circulação pela cidade, pois há o risco de, ao saírem do território, sofrerem mais violência da polícia. Vê-se, assim, a polícia como um braço do Estado de contenção dos corpos desses sujeitos dentro de seus territórios, sendo impedidos de cruzar as fronteiras para o centro ou para a zona sul.

Ao mesmo tempo, o tráfico se mostra um agravante dessa imobilidade, sendo um ponto de ancoragem decisivo:



Igual, eu não falei.. depender ali.. você vende droga e ficar dando prejuízo, você não vai poder sair do crime nunca mais. Eu tenho um amigo lá, que está lá na favela, ele deve o patrão 33 mil. Pensa! Você não vai pagar 33 mil da noite para o dia. Você vai ficar o resto da sua vida até terminar de pagar sua dívida. (Jerônimo, N49).



É no tráfico que muitas vezes os adolescentes fazem uma recomposição familiar ou do seu núcleo de apoio, não havendo assim



uma extensão entre trabalho e vida privada. O tráfico ganha assim um contorno de integralidade nas experiências de muitos adolescentes. É lá que ele trabalha, ganha dinheiro, socializa, faz amizades, tem relacionamentos, cria uma suposta rede de proteção e apoio. Essa vivência integral do tráfico, que estrangula a possibilidade de circulação dos adolescentes por outros espaços e de construção de outras redes, termina por os vulnerabilizar ainda mais. De filiado ao tráfico, que tem no traficante a figura do paizão, muitos se tornarão reféns do tráfico, perpetuando-se encurralados nessa dinâmica.

Em contrapartida, não é incomum apresentar-se uma vontade de sair do território, justificada pela violência nele presente, pela falta de atividades e por vezes por uma sensação de não pertencimento: "Aqui não tem nada não, só gente invejosa. Ninguém quer seu bem. Não tem nada. Podia ter uma sorveteria, uma praça. Não tem lazer. Se pudesse mudaria de lá. Queria morar onde nasci, em Casa Branca, Esmeralda." (João, N13).

7.1.3. MIGRAÇÃO

Os grupos e as entrevistas com os adolescentes revelam aspectos sobre a mobilidade de suas famílias através de diferentes territórios e por motivações também diversas. As histórias de êxodo rural geralmente aparecem associadas à geração dos avós dos adolescentes entrevistados, de modo que uma parcela relevante das famílias encontra-se no território há uma ou duas gerações. No entanto, há também famílias que vivenciaram a experiência do êxodo rural de maneira mais recente. De todo modo, além da busca por oportunidades, as narrativas dos jovens

também demonstram que o movimento das famílias do campo para os bairros que compõem a L4 é perpassado por situações de violência doméstica e até mesmo de experiências de trabalho análogo à escravidão, como relatado em:



Minha avó morava no interior, trabalhava em plantações. Aos poucos toda a família veio para BH. Minha avó ficou sabendo que ele estava gritando no meio da rua e descobriu que ele estava dormindo com uma faca embaixo da cama para matar ela.. Ela teve a coragem de sair do relacionamento e vir para BH. (Robson, N1);



Primeiro, eu não era exatamente daqui... Meus pais não eram, eles eram da Bahia e vieram pra cá procurando melhores oportunidades de emprego. Era Bahia, no interior, um buraco sem muita coisa. Aí eles vieram cá e tiveram a outra irmã e me tiveram, e aí a gente mudou de casa porque a gente morava em um buraco, buraco mesmo. Não tem outro nome. Fomos morar em uma outra casa onde meu pai construiu e era nossa mesmo. Aí a minha avó começou a cobrar a casa como se fosse dela, encheu a cabeça da gente de coisas, daí a gente mudou, meu pai construiu outra casa e a gente foi morar lá [...]. Minha mãe, ela começou mais nova, largou a escola e ficou cuidando dos outros irmãos, ajudar a mãe dela, meu pai começou desde pequeno em roça, em plantação de cacau e minha mãe depois de um tempo também foi trabalhar lá. Ele começou a trabalhar pra ter onde morar: meu pai foi pra ter um lugar pra



onde morar, meu avô sempre trabalhou nisso pra ter onde morar, trabalhava para um dono que dava trabalho em troca da casa. Trabalhavam e tinham casa. minha mãe foi um pouco depois do meu pai, porque ele começou bem novo, ela foi pra lá também e aconteceu muita coisa, depois ela cuidou dos irmãos, não conseguiu terminar o ensino fundamental. (Jéssica, N28).



Outro tipo de mobilidade territorial que aparece nas entrevistas é o trânsito das famílias por diferentes lugares da cidade de Belo Horizonte ou da Região Metropolitana. Geralmente as motivações se dão por questões relacionadas ao envolvimento dos pais, em especial do pai, com a dinâmica criminal:



A gente morava no São José, mas teve que sair do lugar porque meu pai estava sendo acusado de algo que forjaram pra ele. Eu era filho único nessa época.. Deu 24 horas para sair, senão ia matar a mãe dele [...] teve que sair num táxi com a cabeça baixa, ele escondido, minha mãe estava grávida. A gente foi pra casa de uma tia e depois morar com meu avô. Nessa época o pai saiu da cadeia, foram morar no Pompeia, num abrigo, mas o pai rodou de novo, mudou bastante de território (Ulisses, N39).



7.1.4. PARES E TERRITÓRIO

Robson (N1) é um jovem morador do Granja de Freitas e suas maiores aspirações giram em torno de abrir uma barbearia, o que culminaria, a partir de sua narrativa, em ter um carrão e pegar a mulher que quiser, Um de seus melhores amigos, do qual sente saudade até hoje, morreu de overdose e tinha uma barbearia. O sonho seria reabrir a barbearia do amigo. Eram sete amigos, a 'gangue do coringa', mas "todo mundo foi morrendo" e ficaram apenas ele e mais um. De fato, a maioria morreu e um deles foi embora para São Paulo pela preocupação da mãe ao notar que todos estavam morrendo. Já com alguma experiência com a barbearia à época, Robson 'desanima' de cortar cabelo dada a morte dos amigos, mas atualmente retornou ao ofício. Apesar de querer abrir a barbearia do amigo, sempre que chega na porta 'trava': "Porque ele foi cheirar aquela merda, essa droga nem devia existir. Até hoje eu escuto a voz dele, ele foi inspiração pra mim na quebrada. (...) Eu começo a falar dessas fita e travo".

O decorrer da tragédia e do processo traumático, que acontece integralmente dentro do território, perdura com o sujeito, estagnado às voltas da busca de algum desfecho, que diz "Eu tento esquecer, já tentei conversar com psicólogo pra esquecer..." e "Pensava em matar os cara que mataram meus mano". Para ele, a saída parece se encontrar dentro da própria trama, em resoluções mais ou menos trágicas como o assassinato de quem o fez perder seus amigos ou finalmente conseguir reabrir a barbearia do amigo. Aspectos da vida desse jovem perpassam as singularidades de outros adolescentes do território. Suas aspirações, que se fazem aos pares, pois ver que um colega se consolidou financeiramente e alcançou



determinados padrões de consumo o motiva a persistir, são similares às observações feitas por outros jovens em relação aos seus amigos que trabalham no tráfico de drogas, como Pedro (N3), que conta que um amigo em um mês havia conseguido fazer o dinheiro de uma moto. Por vezes é por via dos pares que ocorre a proximidade com a realidade do tráfico ou mesmo a entrada, como Luísa (N15), adolescente do Alto Vera Cruz, que entra no tráfico por influência de uma amiga, é pega pela polícia e depois sai e se afasta dela. Evidentemente, as confluências da dinâmica do tráfico perpassam os adolescentes que vivem no território, ainda que não sejam diretamente envolvidos, mas existem outros tipos de conflitos que permeiam as relações entre pares:

“

Eu tenho amigos, eu não tenho amigas. Eu me dou bem mais com meninos que com meninas, mas quando eles começam a me zoar eu perco a paciência e saio de perto. Por isso que eu fico mais isolada do que o normal. Eu me sinto excluída, mas entre ter um círculo de amizades e ficar sozinha, eu prefiro ficar sozinha. Eu não gosto muito de pessoas, de muita amizade, sabe. Eu converso o básico, eu brinco o básico, mas quando eu vejo que tem muita menina, muita conversa, eu me isolo e fico sozinha, só eu e eu. Com meninos eu converso sobre futebol, mas quando eu falo alguma coisa com uma menina, ela fala pra todo mundo e aí surge uma fofoca. Eu já tive uma briga nessa escola porque eu falei com a menina do meu lado que o cadarço da outra tava desamarrado, ela foi lá e falou que eu tinha falado que a calça dela tava suja. Não tinha nada a ver com nada, aí a menina veio tirar satisfação, disse que antes de eu falar qualquer coisa eu tinha que olhar pra minha mãe (Carolina, N43).

.....”

Relatos como esse admitem uma complexidade quanto ao desenvolvimento dos jovens que englobam instituições a que eles respondem, como a própria escola. No entanto, dificilmente elas aparecem como participantes ativas em seus discursos. A resolução dessa jovem, dada pela vontade de se engajar em uma atividade coletiva e suas dificuldades de socialização, começa e termina consigo mesma.

Já quanto aos relacionamentos e escolhas amorosas dos jovens, percebe-se uma grande permeabilidade de expectativas sociais em torno de uma performance masculina e feminina, assim como grande engajamento familiar nesse circuito, inclusive na reafirmação dessa ordem em um sentido hétero-normativo. Thalita [N9] fala que tem duas pessoas na escola gostando muito dela e que ela se sente confusa porque não sabe de quem gosta, mas que os dois são muito bacanas com ela:

“

O namoro que eu penso, é um namoro muito criança, muito inocente. Eu não sou daquelas pessoas que gosta de avançar, fazer tudo cedo. Eu quero ir com calma. Eu sou uma pessoa bem assim... Sabe aquele namorinho de criança? Pegar na mão, abraquinho, beijinho na bochecha. Pra mim, é esse o tipo de namoro que eu quero agora. Não é esse tipo de namoro muito pesado que tem.

.....”

Disse ainda que a avó conhece os dois "pretendentes" e dá todo o apoio, mas acredita que a mãe diria que ela está com "sem vergonhice", ao mesmo tempo em que o



padrasto é receptivo e fala que ela pode ter namorados, mas sempre será a "menininha que ele conheceu". Luisa, [N15], por sua vez, namorava escondido uma menina quando tinha 15 anos. Quando conta à mãe, ela diz que já sabia e que a escolha era dela. "Minha mãe é muito pela ordi". No entanto, o pai da outra menina afastou as duas quando descobriu. Ela entrou em depressão quando a outra foi embora. Ficou muito triste, conta que elas moravam praticamente juntas: "Eu pensei que minha mãe que ia afastar a gente. O pai da menina bateu muito nela quando descobriu". E, quando a namorada foi embora, começou a se cortar. Depois dela teve várias namoradas e fazia pouco tempo que estava namorando uma menina, mas ela era muito ciumenta: "Não gosto de gente me amolando, quero paz".

Quanto aos relatos dos meninos, a tendência maior são narrativas de um maior fluxo de relações, sendo algumas mais marcantes. Como diz Plínio (N42), "Namorar dá certo não, quando você não tá namorando não tem ninguém, você começa a namorar aparece um monte. Queria pegar uma menina lá e ela não deu bola pra mim, comecei a namorar e ela começou a me chamar". Já Manoel (N45) fala com criticidade dos meninos do tráfico que fazem bullying para aparecer pras meninas mais novas, pois não conseguem ficar com as mais velhas por sua má fama, sendo que as meninas mais novas ficam impressionadas com os que vendem droga e ficam na rua até mais tarde: "Cê posta uma foto com arma na mão, vai aparecer três puta chamando ocê".

7.1.5. POLÍTICAS PÚBLICAS PROMOVEM UMA MOBILIDADE TERRITORIAL

O tema território e luta por moradias foi constantemente abordado pelos adolescentes, geralmente associado pelos estudantes à grande distância entre os bairros e o centro da cidade, bem como à escassez de formas de lazer. A maioria dos jovens trabalham e se divertem fora de sua área de residência, resultando na necessidade de constante utilização e gastos com transporte para se deslocarem. De forma geral, afirmam que os bairros da L4 são locais monótonos, habitados sempre pelas mesmas pessoas, e quando descrevem espaços destinados ao lazer, frequentemente destacam problemas de infraestrutura e de segurança. Um jovem afirma que costuma ficar mais dentro de seu território, mas às vezes vai em bailes da Serra, outro relata:

“

Antes de entrar eu morava em Valadares com minha vó e depois vim pra cá morar com minha mãe em BH e comecei a trabalhar em auto peças, né, peças usadas assim, carro roubado essas questões assim. aí conheci meu patrão que era do tráfico, aí ele arrumou um corre pra mim no tráfico. Lá eu trabalhava com ele lá no ferro velho desmanche de carro e ralava no corre também, aí depois de um tempo eu saí e trabalhava num serviço lá na Serra, no lava jato e saiu total, aí agora voltei pro corre e agora voltou (Jorge, N17).

”



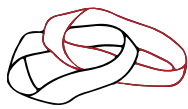
Parece ocorrer uma carência de atividades de lazer dentro do território, por sua escassez, assim como fora, pois elas são pouco acessadas. De maneira semelhante mostram-se as atividades laborais, sendo que os jovens se restringem a oportunidades precárias contidas nos bairros, sendo, neste âmbito, o tráfico uma escolha não dificilmente prestigiada. No entanto, existem programas e atividades dentro do território, tanto por iniciativa estatal quanto por parte de iniciativa civil, mas há falas como a de João (N13), que diz que nunca foi ao CRAS, não conhece o Fica Vivo! e nunca ouviu falar na Casa do Hiphop. Em contrapartida, Carolina (N43) fala que *"O futebol é o lugar que encontro alívio, onde eu esqueço tudo. Esqueço da minha mãe, dos meus irmãos, das minhas obrigações. Pra mim é tudo"*. Ela tem contato com o esporte aos 12 e começa a jogar aos 15, no projeto Providência e no time das meninas do taquaril. Ainda que esse discurso não demonstre efetivamente uma mobilidade social, emite o questionamento sobre os motivos da implementação de uma atividade atingir ou não seu alvo. Uma hipótese seria o momento em que os jovens têm acesso a elas.

Muitos adolescentes atestam em seus discursos o efeito da mobilidade urbana sobre suas famílias. Muitos moravam no interior de Minas Gerais e em Belo Horizonte vieram acompanhando sua família, para trabalho. Como Jorge (N17) nos conta, nasceu em Valadares, mas desde pequeno morava com a avó, por parte de mãe. Os pais são separados desde que ele tinha 6 ou 5 anos de idade, quando a mãe veio morar em Belo Horizonte, deixando ele com o avô até os 11 anos, quando veio morar com a mãe.

O papel do trabalho como um agente mobilizador na vida urbana é claramente

evidenciado quando observamos as trajetórias das pessoas em busca de oportunidades de emprego e melhores condições de vida. O relato do adolescente, cuja família possui uma história de deslocamentos em busca de trabalho, ilustra vividamente esse fenômeno. Inicialmente, seu avô mudou-se de São Paulo para Valadares devido às oportunidades de trabalho disponíveis na região. Em seguida, sua mãe seguiu o mesmo caminho, deixando Valadares e indo para Belo Horizonte em busca de novas oportunidades de emprego.

Esses deslocamentos não apenas refletem a busca por sustento econômico, mas também resultam em uma desterritorialização que pode desgastar os laços comunitários e as redes de apoio existentes. À medida que as famílias se mudam repetidamente em busca de trabalho, é possível que se afastem de suas comunidades de origem, perdendo o suporte social e a estabilidade que essas redes podem oferecer. Essa desterritorialização pode deixar os indivíduos e famílias mais vulneráveis a violações de direitos e a situações de precariedade, uma vez que podem se encontrar em ambientes desconhecidos, sem os recursos e apoios sociais necessários para enfrentar os desafios. Além disso, a fragmentação das comunidades de origem pode levar à perda de identidade cultural e ao enfraquecimento do senso de pertencimento, contribuindo para o isolamento social e emocional e adesão de comunidades substitutas como o "tráfico de drogas". Portanto, é essencial reconhecer o impacto da mobilidade urbana na vida das pessoas e implementar políticas que busquem mitigar os efeitos negativos da desterritorialização, fortalecendo as redes de apoio comunitário e garantindo o acesso a serviços e proteção social em diferentes contextos urbanos. Somente assim poderemos



enfrentar efetivamente as vulnerabilidades associadas à busca por trabalho e oportunidades de vida nas áreas urbanas.

7.2. FAMÍLIAS

Na visão de Fonseca (2002) as camadas mais abastadas adotaram ao longo das últimas décadas a família nuclear conjugal como norma hegemônica, fazendo com que qualquer desvio dessa norma seja visto como algo problemático. No entanto, esta autora aponta em sua pesquisa etnográfica que a hegemonia dessa norma não é verificada entre todas as camadas sociais, uma vez que, dinâmicas familiares não hegemônicas são populares e legítimas entre certos setores da sociedade. No contexto de jovens moradores de periferia, a família contemporânea realiza seu lugar de transmissão e filiação através de uma lógica processual, na qual os sujeitos se deslocam por variadas configurações familiares que vão desde famílias nucleares, passando por famílias monoparentais, homoafetivas, extensas, reconstituídas, adotivas e outras várias possibilidades (Guerra et al, 2019).

Segundo dados da PnadC, existem no Brasil 12,7 milhões famílias monoparentais, sendo que 87% delas são chefiadas por mulheres. Para Salem (2006), a prevalência da matrifocalidade entre famílias das classes populares está associada a formas específicas de socialização no que tange ao papel e às expectativas de gênero. Enquanto a socialização feminina é voltada para vínculo, a permanência e a continuidade; a socialização

dos homens, nas classes populares, seria dialeticamente oposta, baseada na constituição de alianças sucessivas e contingentes com várias parceiras ao longo do ciclo de vida.

As pressões para que o homem da classe popular cumpra o papel de provedor podem ser tão intensas quanto inalcançáveis num contexto de ocupações precárias e baixos salários (Salem, 2006). Desse modo, a evitação e mesmo o abandono dos vínculos podem ser entendidos como estratégias para contornar o sentimento de fracasso. Na interpretação de Salem (2006), esse sentimento pode levar a uma espécie de compensação na qual esses homens elegem a virilidade, o risco e a sexualidade como instâncias simbólicas de afirmação da masculinidade. Neste cenário, as mulheres das classes populares habituaram-se a sobreviver sem contar com a presença contínua do homem ou sob a sucessão de vários deles.

Essa tendência masculina de circular entre as mulheres pode ser aceita quando não coloca em risco a continuidade da aliança, mas pode ganhar contornos dramáticos quando culmina no abandono afetivo e econômico da parceira e dos filhos (Salem, 2006). Em acréscimo à Salem (2006), é preciso frisar o papel de eventos como o encarceramento em massa e o fenômeno da violência na chamada "circulação dos homens". Situações desse tipo podem se traduzir em uma sobrecarga de responsabilidades sobre a mulher e na vulnerabilização da família, uma vez que uma única pessoa deve dar conta de sustentar a casa e exercer um papel de supervisão. Também é possível que diante desse cenário, os filhos se sintam na obrigação de ocupar o lugar do pai, o que precipita a inserção destes nas esferas de sociabilidades adultas, especialmente no mundo do trabalho. Esse



fenômeno pode ser compreendido à luz da expressão "filhos parentais", que denota a responsabilidade assumida pelos filhos na ausência ou incapacidade dos pais de desempenharem papéis normativos no âmbito familiar.

Para Fonseca (2002), além da circulação dos homens, também é necessário ter um olhar especial para o fenômeno da circulação de crianças. A autora ressalta que esta não é uma prática exclusiva das classes populares, mas uma das várias normalidades possíveis entre as práticas familiares na sociedade contemporânea. O cuidado com uma criança é uma questão que não diz respeito somente à mãe ou ao casal, mas mobiliza uma rede que muitas vezes se estende para além do próprio grupo de parentesco. Assim, a circulação das crianças pode ser motivada por situações de crise como o divórcio dos pais, conflitos com novos parceiros dos pais, o falecimento ou a prisão de um tutor, mas também pode se dar de maneira voluntária. Alguns passam a morar com a avó, com um tio ou até mesmo com pessoas não aparentadas. Dessa maneira, um elemento fundamental da circulação de crianças é o princípio da bifiliação, no qual está enraizado expressões como "mãe de criação" ou "pai de consideração".

Em resumo, as dinâmicas familiares contemporâneas abrangem uma variedade de arranjos, além da família nuclear tradicional. Nas camadas sociais menos favorecidas, há uma prevalência de famílias monoparentais, muitas lideradas por mulheres, enfrentando pressões de gênero e desafios econômicos. A "circulação dos homens", devido a fatores como encarceramento em massa e violência, sobrecarrega as mulheres e vulnerabiliza a família. Além disso, a "circulação das crianças" reflete a complexidade das relações familiares

contemporâneas, evidenciando o papel da bifiliação e a ampliação dos conceitos tradicionais de parentalidade.

Em suma, intenta-se entender as dinâmicas familiares atuais que requer uma visão ampla e sensível, reconhecendo a diversidade e as formas de sobreviver às adversidades adotadas por diferentes grupos familiares.

7.2.1. RECONFIGURAÇÃO FAMILIAR

Na realidade vivenciada pelos adolescentes da L4, foi possível observar o deslizamento destes por diferentes configurações familiares. O caso de Helena (N47), de 13 anos, é emblemático nesse sentido. A adolescente relata que seus pais biológicos brigaram quando sua mãe engravidou e que seu pai "não queria casar, sempre teve muita amante e minha mãe não gostava disso". Segundo ela, seu pai já tinha outros filhos, sendo que ele "nunca foi de assumir os filhos, só paga pensão, mas não paga direito. Nunca me deu afeto nem nada". Com a separação dos pais, a mãe veio grávida da adolescente morar na casa de um tio na L4. Posteriormente a mãe iniciou um novo relacionamento, que é descrito pela adolescente como conflituoso já que "eles bebiam e brigavam muito e eu ficava muito perturbada". Apesar disso, Helena relata que possuía uma boa relação com o padrasto, a quem define como "um anjo em sua vida". Com o adoecimento de sua avó, ela e a mãe se mudam para o interior da Bahia para então retornar a Belo Horizonte em busca de trabalho, onde atualmente mora com sua mãe, o padrasto e um irmão mais velho.

O caso de Jasmim (N27) ilustra uma



dinâmica complexa de reconfiguração familiar. A adolescente conta que foi dada pela mãe para a tia. “minha mãe fala que ela tomava tarja preta e que não sabia quando eu tava com fome, e pensava que me dava comida e não dava, pensava que trocava minha fralda e não trocava, aí ela foi lá e por isso ela me deu pra uma tia minha”. Quando a adolescente tinha um ano e seis meses, seu pai que estava em um novo relacionamento foi provocado por sua companheira a assumir a adolescente, chegando a realizar um teste de DNA. Jasmim relata que desde então estabeleceu um intenso vínculo com sua madrasta, que se mantém ainda hoje, apesar dela e seu pai não terem mais um relacionamento. A adolescente relata inclusive que a madrasta “cuida de mim como se fosse minha mãe de verdade, ela manda dinheiro pra mim todo mês como se fosse pensão”. Seu pai teve um novo relacionamento que lhe deu uma meia irmã. Atualmente residem apenas a adolescente e seu pai.

Nos relatos dos adolescentes internados o deslizamento por diferentes configurações familiares também é verificado. Em alguns casos, estes aparecem inclusive como um dos pontos de virada para o desenvolvimento de uma trajetória infracional. O relato de Silas (N58) de 17 anos traz este marcador de maneira inequívoca. O adolescente conta que tinha uma boa vida e uma infância normal até a separação dos seus pais, aos 11 anos de idade. Avalia tal evento como uma experiência negativa em sua vida, a partir da qual teria começado o envolvimento infracional a partir do uso abusivo de drogas, inclusive, levando o irmão mais velho junto.

É interessante a dinâmica na qual as reconfigurações familiares levam os adolescentes (notadamente os internos), a “morarem sozinhos”. Apesar da expressão

“sozinho” no discurso, na verdade os adolescentes se referem a constituição de um domicílio com seus pares - as chamadas repúblicas - onde os adolescentes podem desfrutar de maior liberdade, do apoio afetivo e financeiro de seus amigos, longe da supervisão de seus responsáveis. A formação de repúblicas também aparece como uma estratégia para preservar a família de ações da polícia.

No caso de Heitor (N40), adolescente de 15 anos e residente da L4, foi justamente essa liberdade que encontrou ao se mudar para a casa de um “tio de consideração”. Heitor é o quinto de seis irmãos. Em seu relato, diz que seu pai morreu antes dele nascer e que deslizou entre a casa da bisavó e a avó durante a infância. A relação com seus irmãos e sua mãe era conflituosa, até o ponto em que, empregado em programa de aprendizagem, decidiu se mudar depois que um irmão acusou ele de roubar. Apesar de ter a irmã da mãe como referência familiar, Heitor decidiu ir morar na casa do “tio de consideração” que segundo sua fala abriga também outros adolescentes.

O caso de Heitor é exceção entre os adolescentes entrevistados na L4. Já entre os jovens internos do socioeducativo, a constituição destas repúblicas é uma experiência mais disseminada. Neste quadro, o caso de Jerônimo (N49) é muito elucidativo. O adolescente relata que viveu com a avó e a tia, em função do vício em crack e as passagens pela prisão de seus pais. Após sair da casa da tia, teve uma breve passagem em um abrigo. Foi nesse período que Jerônimo iniciou seu envolvimento infracional indo residir com a gerente do tráfico de uma favela de Belo Horizonte. Até sua internação, sua “mãe de consideração”, ele e outro adolescente envolvido alugavam um barracão, dividiam as contas e responsabilidades no cuidado com a



casa.

Observando comparativamente os relatos dos adolescentes da L4 e dos adolescentes internados, percebemos que somente aqueles que se encontram nas unidades de semiliberdade e internação se disseram casados ou afirmaram terem filhos. Desse modo, é possível que o ingresso no trabalho no tráfico precipite experiências tipicamente associadas ao mundo adulto, como a parentalidade e o matrimônio. Este é o caso de Jorge (N17) de 17 anos, que relata:



Tenho 2 filhos, nascido só 1. Tem um pra nascer agora, mulher diferente. Eu sou casado, minha mulher mora comigo na casa da minha mãe, junto com minha menina. [...] A que engravidou é porque eu dei uma pulada de cerca, ai a mulher engravidou. Agora, a que mora comigo, é a mãe da minha menina mesmo, ela tem 9 meses.



Estes casos carregam fortes aspectos relacionados à repetição das histórias vinculadas às reconfigurações familiares, à circulação de homens e de crianças.

7.2.2. CONFLITOS FAMILIARES E VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS

Relatos de conflitos familiares aparecem mais na fala dos adolescentes da L4. Alguns destes se dão entre os adolescentes e seus responsáveis, em função da busca por maior autonomia e liberdade dos primeiros. Especialmente no caso das adolescentes,

nota-se uma preocupação com a questão da sexualidade por parte dos responsáveis. Também há relatos de conflitos associados à orientação sexual de adolescentes.



Quando cresci dei muito trabalho pra minha mãe. Saía muito escondida, ia muito pra baile, comecei a namorar cedo. Minha mãe escondia a chave mas eu pegava pra sair. Ela não me deixava sair por medo de perder a virgindade, mas depois que perdi ela soltou mais ou menos. Eu falava pra minha mãe que era pior prender, porque se não prender iria contar pra onde estava indo, com quem estava indo. Mas se ficar prendendo ia continuar saindo escondido. Foi então que ela começou a liberar. (Joana, N44).



Mas também são relevantes os relatos de conflitos interpessoais entre os membros da família dos adolescentes. Muitas dessas, são histórias de esgarçamento ou rompimento de vínculos. Luzia (N8) conta que aconteceram várias brigas em sua família e que essa situação a "machucou muito". Relata então de uma briga que resultou no rompimento dos vínculos entre sua avó e sua mãe, o que também a afetou:



A gente estava numa festa e o namorado da minha mãe... Minha tia costuma beber e acaba se transformando. Sai fora de si. Aí aconteceu mo BO lá e acabou que minha mãe foi conversar com minha avó e acabou jogando um tanto de coisa na cara dela e da minha tia. Acabou que minha mãe perdeu a cabeça e explodiu. Minha



avó falou que não tava aguentando mais e mandou minha mãe embora (Luzia, N8).

..... ”

Luzia (N8) conta que atualmente ela e sua mãe estão morando na casa do padrasto e que raramente vê sua avó, de quem era próxima. Relata também que essa situação vivenciada em casa afeta também a sua rotina na escola; “não consigo prestar atenção nas coisas, porque eu fico pensando nas coisas que acontecem lá em casa”. Luzia se diz incomodada com esse estado de coisas, mas relata não ter com que conversar sobre o assunto.

Em geral, os relatos dos adolescentes da L4 sobre seus conflitos familiares trazem sobre as repercussões emocionais que estes lhe provocam. Um exemplo ilustrativo é a história de Talia (N10), que diante da situação em que o pai se encontrava preso e a mãe desempregada, a família passou por dificuldades. Seu avô materno, apesar de morar acima da sua casa, não ajudava sua mãe e ainda a criticava:

“.....

Isso começou a me chatear, entendeu? Ver minha mãe chorar por não ter uma coisa melhor em casa [...] uma coisa melhor pra mim e pra minha irmã... aí isso começou a mexer comigo e com minha irmã demais. Aí eu comecei a ficar muito triste por causa disso. Fui ficando mais quieta na minha. Não fui muito mais de sorrir, comecei a ficar muito no quarto. Tipo muito, muito mesmo no quarto. Aí ela começou a achar estranho que eu estava ficando muito triste. De madrugada eu tinha tipo aquelas crises de ansiedade... Até que eu achei uma forma... Não sei porque isso saiu da minha

cabeça, mas eu achei uma forma que eu pensava assim, se eu fizer isso, vai doer mais do que tá doendo. Vai doer mais e eu vou esquecer a dor que tá me machucando. Então, eu comecei a me cortar. Eu pegava a gilete sem minha mãe ver, ia para o quarto e começava a me cortar quando eu tinha crise de ansiedade. Aí minha mãe começou a perceber que eu estava andando apenas de blusa de frio, porque eu não queria mostrar pra ninguém. Eu só saía de blusa de frio, até quando o sol estava rachando. Só de blusa de frio. Aí, teve um dia que eu e minha mãe estava dentro do quarto e viu... que eu estava sem blusa de frio dentro do meu quarto. Ela foi lá falar comigo.. eu não lembro o que ela falou e viu que meu braço tava cortado. Ela me perguntou o motivo e eu falei que não gostava de ver ela triste, que isso estava me chateando demais. Ela falou que eu não precisava ficar assim, que tudo ia ficar bem (Talia, N10).

..... ”

Já no caso dos adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas em meio fechado, os conflitos familiares relatados, relacionam-se com a precariedade social:

“.....

O que eu pedia, minha mãe não tinha condições de me dar. Eu quis comprar roupas de marca, boné, as coisas assim. Aí eu fui e entrei para o crime. [...] Eu ficava vendo meus manos usar os trem pela ordi e eu nem usava as roupas boas. Boa tipo assim... As roupas de marca e esses trem assim. MCD, Lost. Eu fui e entrei na boca para me sustentar e sustentar minha família também, porque eu ajudava (Luan, N61).



Também são relatados conflitos relacionados com o início do trabalho no tráfico de drogas por parte dos adolescentes. Nesse sentido, a figura da mãe aparece como principal ator a dissuadir os adolescentes da trajetória no tráfico de drogas. Abrãao (N54), por exemplo, relata que sua mãe, que é pastora, chegou a trancá-lo dentro de casa para que ele não se envolvesse. Por conta disso, o adolescente passou a residir em uma república com um outro colega.

Situações de violência doméstica também aparecem de forma relevante no relato dos adolescentes da L4. Nesse sentido, o caso de Jaqueline (N48) e Ulisses (N39) retratam aspectos dramáticos dessas situações. Jaqueline conta que seu pai batia em sua mãe e que após o assassinato de seu pai - que era envolvido no tráfico de drogas - sua mãe se casou novamente. Seu atual padrasto reatualiza a experiência com o pai, já que também é envolvido e também pratica violência doméstica contra sua mãe e sua meia irmã. Jaqueline diz que o padrasto já a ameaçou e que tem medo, uma vez que, já encontrou armas debaixo do travesseiro, até mesmo da própria cama. Diante da complexa situação vivenciada, a adolescente decidiu se afastar e atualmente mora com a avó.

Ulisses (N39) conta que teve pouca convivência com o pai, já que ele passou a maior parte de sua adolescência preso. Com a saída de seu pai da prisão e a separação da sua mãe e seu padrasto, seus pais retomaram o vínculo. O adolescente relata então que testemunhou o pai ameaçando sua mãe de morte e decidiu reagir: "meu pai é grande, como eu não ia aguentar ele na mão ia na bala, na faca, na paulada, mas não ia deixar ele por a mão na minha mãe não". O adolescente contou que pegou um revólver emprestado com um

amigo e disse ao pai que iriam matá-lo caso ele encostasse em sua mãe. No seu relato, fica evidente o desgosto pela figura do seu pai e sua aversão pelo universo do mundo do crime associado a ele.

No caso dos adolescentes institucionalizados, há apenas dois relatos de situação de violência doméstica, sendo os dois tendo como vítimas os próprios adolescentes e associados por estes ao início de suas trajetórias no tráfico. César (N31) de 16 anos, relata que sua infância não foi boa, porque seu pai gostava de beber e quando chegava em casa o agredia. Conta ainda que ajudava o pai em seu serviço, mas se sentia injustiçado com o quanto recebia e por isso decidiu-se por se iniciar no trabalho no tráfico. Atualmente reside com o pai, a irmã e a sobrinha, sendo o principal responsável pelas despesas da família.

7.2.3. PRISÕES ASSASSINATOS E MORTES

No país que hoje possui a terceira maior população carcerária do mundo, ainda são poucos os estudos que discutem os efeitos do fenômeno do encarceramento em massa sobre crianças e adolescentes. No contexto estadunidense, a literatura aponta que o aprisionamento, geralmente masculino, provoca reconfigurações na família, nas quais normalmente a figura da mulher é obrigada a desempenhar papéis que antes eram minimamente divididos (Chesney-Lind e Mauer, 2003). Além disso, esta literatura aponta que o encarceramento de um dos genitores representa a perda de uma parcela da renda e



de uma figura que exerce algum *controle social* sobre os demais membros da família. Dessa maneira, é possível afirmar que os efeitos mais perversos do encarceramento em massa se dão sobre os filhos de pais encarcerados. Wildeman (2014) encontrou em sua pesquisa que nos EUA, que filhos de pais recentemente presos têm 65% mais chances de passarem pela experiência de morar na rua. A prisão e o estigma decorrente dela afetam as possibilidades de realização profissional, educacional e salarial daqueles que são ou foram presos. A prisão exacerba a marginalização das crianças desfavorecidas, uma vez que filhos de presos estão mais propensos a abusos e negligências com efeitos intergeracionais, como o alcance de baixos ativos educacionais e experiências de abuso, de pobreza e envolvimento com a criminalidade. Esse fato acaba colaborando para uma transmissão intergeracional de desvantagens sociais, reproduzindo ciclos de exclusão e marginalização (Doob et al, 2014).

Durante a pesquisa de campo, verificou-se que entre os adolescentes da L4 que relataram sobre a prisão de algum familiar, contaram justamente sobre o encarceramento da figura paterna. Nestes relatos, os adolescentes dizem sobre a ausência da figura paterna que vivenciaram ao longo da sua infância por conta do aprisionamento: "Desde novinha eu tenho meu pai ausente porque desde novinha ele sempre ficou preso. Ele foi solto por esses dias, mas voltou pra cadeia" (Carolina, N43). Porém, mais do que sobre esta ausência, os adolescentes relatam sobre os efeitos da circulação de seus pais entre a prisão e a "rua". É o que mostra o relato de Carolina:



.....

Eu convivi com meu pai muito pouco. Era só briga atrás de briga. Eu e minha mãe, nós nos damos bem, mas eu e meu pai não. Ele pode fazer o que for que ela não larga dele. [...] [Quando o pai sair da prisão] Eu espero que ele não venha morar com a gente e nem me procure. Porque ele disse na minha cara que amava todas as meninas, mas que eu não era filha dela. Eu vou te falar, tudo que eu posso fazer para minha mãe e para os meus irmãos, eu faço. Ele participou do aniversário dos meus irmãos, viu meus irmãos crescerem, só que eu, ele nunca... O único aniversário que ele pode participar, ele preferiu ir para a rua, do que ficar comigo e cantar um parabéns. Eu não tenho uma lembrança boa do meu pai. [...] Ele tinha que ter um pouco de consciência, porque quando a neném está sem leite, sem fralda, eu me viro. Nem que eu arrume dinheiro emprestado, chore com minha avó pra me dar dinheiro ou arrume uma bala pra eu vender. Eu deixo de fazer tudo para ver meus irmãos crescerem [...] Quando ele sai, ele acaba... Sabe o que é acabar com a rotina? Eu compro trem pra dentro de casa, ele vem... Quando minha mãe tava grávida a gente ganhou muito pacote de fralda e ele saiu da cadeia na fissura e vendeu tudo. Quando minha mãe foi ganhar neném tinha duas fraldas só. Ele não tem consciência. Quando ele chega, ele tira nossa rotina toda. A gente.. não é que a gente tem uma regra para comer. A gente levanta e toma café quando tem, quando não tem a gente vai direto para a escola [...] O tempo que a gente está na escola, ele come tudo, os biscoitos, os iogurtes...[...] ele não pensa, come tudo mesmo. Come três pães, é o café todo que vai embora. Pra nós que não temos uma condição boa, é complicado.





Por outro lado, há também entre os relatos dos adolescentes da L4 cujos os pais já foram encarcerados, histórias em que estes fazem questão de aconselhar seus filhos a não entrarem para o tráfico de drogas. Manoel (N45) relata que o pai diz que o maior arrependimento da vida é ter começado 'a mexer com essas coisa errada'. O adolescente conta que o pai foi preso aos 18 anos, na mesma época em que seu avô faleceu. Diz então de uma cena em que seu pai foi ver seu avô no hospital, mas que ele estava algemado e não puderam se abraçar. "Por isso que ele sempre passa essa história pra nós de que crime não compensa". Manoel, conta que após sair da prisão, a "maioria das pessoas não dava nada" para seu pai, mas que mesmo assim ele conseguiu "virar o jogo" e por isso sente muito orgulho dele. Relata então, que atualmente o pai é agiota e "catireiro" (comerciante) e que mora em um "casão".

Já entre os adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas em meio fechado, entre aqueles que relataram ter familiares que foram presos, observou-se a relevância dos casos de aprisionamento dos irmãos. Nos relatos deste tipo, os adolescente mencionam que iniciaram sua trajetória no tráfico e atuavam juntamente com estes. Nos demais relatos, que se referem à prisão da figura do pai e da mãe, ressalta-se, assim como entre os adolescentes da L4, o signo da ausência. Otaviano (N26) conta que morou com sua avó e sua tia dos 6 meses aos 13 anos, quando quis conhecer sua mãe que era envolvida no tráfico e passou dois anos presa.

Outro tipo de evento que deixa marcas profundas no curso de vida dos adolescentes entrevistados são os assassinatos e mortes de seus familiares. No caso dos adolescentes da L4, aqueles que relatam sobre eventos deste tipo, predominantemente, contam sobre a

morte do pai ou irmão. Este é o caso de Lorena (N11) que conta:



A gente tava chegando em casa, chegou dois caras pra matar meu pai dentro do quarto e eu presenciei esse acontecimento. Ele usava droga e aí deu overdose... que a boca fica toda branca. Quando os cara chegou no quarto pra matar ele, ele já tava morto. [...] Ele tinha 29 anos. [...] Aí ele morreu, eu entrei em depressão, não queria sair de casa mais, não queria comer, não queria fazer mais nada mais, nem ir pra escola mais... Por causa disso. Eu tinha 13 anos quando isso aconteceu.



O relato de Lorena (N11) se assemelha ao relato de Margareth (N19) sobre a morte de seu irmão por overdose:



Meu irmão morreu faz três anos, acho que foi overdose... Ele tinha uns 20 anos, eu convivia com ele, ele é dos irmãos mais ia em casa, fiquei muito triste e ficava me cortando, ansiosa e chorava, fiquei na minha e me afastei das pessoas, eu tinha 10 anos, ele é do meio. Na época da pandemia eu fiquei muito em casa e fiquei com isso, minha irmã teve até depressão pós parto.. Eles eram muito próximos.



A morte de um ente familiar também aparece como um evento associado à transição para a fase adulta. É o que nos mostra o relato de Nuno (N6) que conta que desde que o pai



morreu, "teve de virar homem e criar responsabilidade". Diz que "Antigamente chegava em casa, trocava de roupa e saía para a rua, hoje não mais. Agora chego em casa, ajudo minha mãe e depois vou para a rua". Conta que sua mãe fez uma cirurgia recentemente e que por conta disso faz comida, arruma a casa e ajuda a cuidar do irmão mais novo. Sobre sua família relata: "Somos 4, só que um está na Alemanha, o de 23 anos já tem até filho, ai tem o de 18 que começou a trabalhar. Eu sou mais ou menos e tem um de 10 anos". Nuno conta que o pai dos irmãos mais velhos morreu e deixou uma pensão no valor de R\$750,00 reais. Seu pai também já é falecido e também deixou uma pensão de R\$1.200,00 reais, sendo essas são as principais fontes de renda da família.

Já entre os adolescentes entrevistados no contexto das medidas socioeducativas em meio fechado, os relatos sobre assassinatos são mais frequentes. No caso de Euníce (N50), o assassinato do primo aparece em seu discurso como gatilho de seu envolvimento com o tráfico de drogas. No relato de Jerônimo (N49) surge o assassinato de seu irmão pela polícia quando este tinha apenas 15 anos. No entanto, o relato mais chocante é dado por Otaviano (N26) que conta que seu pai, dois tios e até mesmo seu avô paterno foram assassinados por conta de seu envolvimento com o tráfico de drogas.

Diante do exposto, assim como os resultados de Galdeano (2018, p. 35), conclui-se que "A qualidade dos vínculos familiares é fraturada tanto pela precariedade social como pela violência policial e a experiência do encarceramento". Desse modo, pode-se dizer que os vínculos familiares e sociais que os adolescentes possuem podem influenciar em suas escolhas e modo de viver. A seguir, tentar-se-á trazer as principais considerações

acerca da escola e seu papel (ou não) na vida dos adolescentes.

7.3. ESCOLA E POLÍTICAS PÚBLICAS

7.3.1. A ESCOLA NA LÓGICA NEOLIBERAL

A escola pode ser tomada como um local de competição econômica, com as forças do mercado influenciando mais diretamente a gestão escolar, os processos de ensino e, finalmente, as pressões colocadas sobre os jovens a adquirir mais qualificações e competências do que anteriormente.

À medida que os regimes de trabalho evoluíram ao longo do século XX e a demanda por mão de obra com habilidades mais avançadas e complexas aumentou, surgiu uma justificativa para a implementação da escolaridade obrigatória, acompanhada de um controle mais rigoroso sobre o comportamento dos jovens. A obrigatoriedade da educação atendeu à necessidade de uma força de trabalho mais instruída e qualificada, ao mesmo tempo em que acalmava as preocupações das classes dominantes em relação à potencial ameaça de uma classe trabalhadora cada vez mais organizada e politizada.

Conforme argumenta Cohen (2016), o sistema de escolas públicas desempenhou um papel crucial como agente de socialização secundária, transmitindo os códigos culturais dominantes para a futura força de trabalho e servindo como um espaço para a imposição de autoridade e obrigações morais sobre os novos cidadãos. Assim como as fábricas, asilos e



prisões, a escola se tornou mais uma instituição de controle social na sociedade industrial, onde a conformidade com a ordem social era reforçada, principalmente por meio da vigilância exercida pelas autoridades morais.

Essa visão enfatiza como a educação obrigatória não apenas visava à formação de uma força de trabalho qualificada, mas também desempenhava um papel fundamental na manutenção da ordem social e na perpetuação das hierarquias existentes na sociedade. A escolaridade obrigatória, portanto, não era apenas uma medida educacional, mas também um instrumento de controle social que moldava as atitudes, comportamentos e valores dos indivíduos desde uma idade precoce.

7.3.2. DE ALUNO A TRABALHADOR EM ESPERA

Cohen (2016) enfatiza a interconexão entre o sistema educacional e as exigências do capitalismo, destacando o conceito do aluno como "trabalhador em espera". Este conceito sugere que a escola desempenha um papel crucial na preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho, enquanto também perpetua os valores e normas sociais dominantes necessários para a sustentação do sistema econômico em vigor.

A instituição educacional é, assim, fundamentalmente moldada pelas demandas do mercado de trabalho, cujas necessidades e expectativas influenciam diretamente as práticas pedagógicas e os currículos. A ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências consideradas relevantes para o mercado de trabalho reflete essa dinâmica, com a escola sendo percebida como uma plataforma

para produzir uma força de trabalho capaz e adaptável.

No entanto, é importante notar que qualquer desvio ou resistência a esses padrões estabelecidos de autoridade e conformidade pode ser interpretado dentro do contexto escolar como "dificuldades de aprendizagem" ou até mesmo rotulado como patológico. Essa reação revela a estreita associação entre a lógica do desempenho, característica do neoliberalismo, e o ambiente escolar.

A pressão para atender às expectativas impostas pelo mercado de trabalho e pela sociedade em geral pode resultar em uma educação padronizada e centrada na avaliação de resultados, desconsiderando as necessidades individuais dos alunos e limitando sua capacidade de desenvolver habilidades criativas e críticas. Como tal, a escola torna-se um espaço onde as normas do sistema econômico dominante são internalizadas e reforçadas, perpetuando assim as estruturas de poder existentes.

Em suma, a análise de Cohen destaca a complexa relação entre a educação e o capitalismo, evidenciando como a escola desempenha simultaneamente um papel na preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho e na reprodução das normas sociais e econômicas dominantes.

A percepção de Dayrell (1996) sobre a instituição escolar ressalta sua importância como uma entidade unificada, destinada a proporcionar acesso aos conhecimentos acumulados pela sociedade. No entanto, essa valorização do conhecimento muitas vezes resulta em uma simplificação excessiva, transformando-o em produtos tangíveis e desconsiderando os processos envolvidos na sua construção e aplicação. Esta simplificação é evidenciada nos currículos e materiais



didáticos, nos quais o conhecimento é apresentado de maneira estática e transmitido de forma unilateral pelo ensino, enquanto a aprendizagem tende a ser passiva.

O foco exacerbado nos resultados de avaliação, como testes e notas, acaba por subestimar o propósito mais amplo da educação, reduzindo-o à mera progressão de ano letivo, como sinal de desempenho na lógica neoliberal. Nessa perspectiva, a integração entre as experiências dos alunos e o conteúdo escolar, assim como a conexão entre o ambiente escolar e o contexto extraescolar, são negligenciadas. O aluno que não se ajusta a esta lógica será responsabilizado individualmente pelo seu "desvio", como uma estratégia para contornar qualquer desafio à ordem estabelecida, garantindo assim a reprodução do status quo e a perpetuação das desigualdades sociais.

Essa falta de integração e articulação contribui para a distância entre o conhecimento adquirido na escola e a realidade vivenciada pelos estudantes, comprometendo a relevância e a aplicabilidade do aprendizado para suas vidas. A escola, distanciada de seu público, passa a ocupar um papel protocolar na vida dos alunos: *"Estudei e estudo até hoje, só não vou, é longe"*.

Uma adolescente, que está inserida no trabalho protegido, ao relacionar seu trabalho com a escola, nos diz que a escola a ajuda na internalização de regras necessárias ao seu trabalho "lá a gente tem hora para entrar, hora para sair e hora para lanchar. A escola é a mesma coisa, você entrou na sala, você só sai para o recreio e volta. A questão de cumprir regras.. Agora em questão de matéria, não faz muita diferença. Pra mim não, nada. Tudo que eu aprendi aqui na escola, quase nada eu usei lá. Não fez muita diferença." (Carolina, N43). O que

essa adolescente explicita é que ela não consegue relacionar o conteúdo aprendido na escola com seu dia a dia laboral, mas que a escola foi útil na transmissão e incorporação de regras e normas do mundo do trabalho.

Nesse sentido, as escolas atuam como agentes de reprodução ideológica, transmitindo e reforçando as ideias e valores que sustentam a ordem vigente. Por meio dos processos formais e informais de escolarização, os alunos são ensinados a aceitar como naturais as hierarquias sociais, a competição, o individualismo e a lógica do lucro. Eles aprendem a obedecer às autoridades, a seguir regras e a se adaptar aos requisitos do mercado de trabalho.

A separação entre a lógica do desempenho escolar e a realidade estrutural enfrentada pelos adolescentes ressalta a escola como um ambiente onde a competição econômica é reproduzida e intensificada. Nesse contexto, as forças do mercado exercem uma influência significativa sobre a gestão escolar, os métodos de ensino e, por consequência, as expectativas impostas aos jovens. Com a crescente pressão para produzir resultados quantificáveis e mensuráveis, as escolas muitas vezes se tornam reféns de uma cultura de avaliação baseada em rankings e testes padronizados. Essa abordagem prioriza a obtenção de altas pontuações em exames e avaliações, desvinculando-se das necessidades individuais dos alunos e das realidades socioeconômicas em que estão inseridos. Como resultado, os jovens são constantemente instigados a adquirir mais qualificações e competências do que nunca, a fim de se destacarem em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente. Essa pressão para se sobressair academicamente reflete a lógica do capitalismo, que valoriza a produtividade,



a eficiência e a capacidade de adaptação às demandas do mercado.

No entanto, essa abordagem tende a ignorar as desigualdades estruturais que afetam o acesso dos jovens a recursos educacionais adequados, como infraestrutura escolar, formação de professores e oportunidades de aprendizagem. Além disso, ela pode criar um ambiente de estresse e ansiedade entre os estudantes, exacerbando as disparidades sociais e contribuindo para a reprodução de desigualdades.

Assim, qualquer forma de dissidência ou resistência à ideologia dominante é frequentemente neutralizada ou excluída do ambiente escolar. Os adolescentes reclamam que há uma distância entre a lógica conteudista da escola e seus projetos de vida. É como se a Escola ensinasse para um tipo de aluno ideal de aluno, desconsiderando a grande maioria que dista deste modelo. Um adolescente nos diz:



Não é todo aluno que está aqui dentro da escola que vai querer trabalhar com essas coisas padrões que a escola ensina. Tem gente que às vezes tem vocação para alguma outra coisa. Que nem os meninos que gostam de futebol e essas coisas. Eu acho que a escola poderia abrir mais portas... para quem pensa para além dessas coisas que são mais comuns, tipo ser professor. Tem gente que quer outras coisas. Gostaria de ter mais atividades. (Luan, G8)



Estes adolescentes que não se encaixam no ideal de sujeito deste discurso demonstram grande crítica à escola, ao mesmo tempo que se sentem reféns dela. João (N13),

adolescente morador do Granja de Freitas, diz que "Já fiz o que tinha que fazer aqui, escola é difícil. Tenho muita dificuldade de aprender, mas minha mãe sempre fala que sem escola não vou ser nada". É um dilema de muitos adolescentes, não conseguem aprender e nem corresponder ao ideal de aluno ideal, mas ao mesmo tempo o receio de "ser nada", de não conseguir tomar a escola como aval de sua existência, pela via de sua inserção no mundo do trabalho.

Outros nos dizem de sua falta de vontade de permanecer na escola já que tomam suas dificuldades pedagógicas como fracassos individuais insuperáveis:



Não gosto de estudar, não consigo prestar atenção no que o professor fala. Só tiro 0 nas provas, não tenho concentração, tenho muita falta de interesse. Quando é alguma coisa que me agrada eu tenho muito interesse. Gosto muito de arte, onde eu posso me comunicar. Quando eu fico batendo naquelas coisas de música ou quando danço isso chama muito minha atenção. Mas ficar sentada ouvindo o professor falar, eu não consigo. Já me colocaram na aula de reforço, já vim dia de sábado, mas parece que meu cérebro não desenvolve, não desenvolve a questão. Eu fui aprender a escrever no sexto ano. Do primeiro ao sexto eu não sabia nem ler. Eu não tenho a leitura perfeita, mas eu tenho a base que eu consigo entender, somar as palavras. Quando o professor pede ler na frente eu começo a tremer, eu gaguejo. Não é por ter vergonha, é porque eu sei que minha leitura não é perfeita, então se eu gaguejar os meninos vão me zoar e questão de zoação eu não me dou bem com isso (Carolina, N43)





A ideia de reforçar as prerrogativas ideológicas, de modo a direcionar a atenção dos trabalhadores e de estudantes para suas supostas falhas individuais, em vez de questionarem a estrutura social que subjaz à sua exploração coletiva sob o capitalismo, é uma estratégia que visa preservar a ordem estabelecida e evitar uma conscientização coletiva sobre as injustiças sistêmicas.

Essa estratégia opera ao promover uma narrativa que atribui o sucesso ou fracasso individual exclusivamente às características pessoais, como habilidade, esforço ou falta dele. Ao enfatizar a responsabilidade individual, o sistema educacional desvia o foco das condições estruturais que limitam as oportunidades terminando por perpetuar a lógica das evasões e das desigualdades subsequentes. Aqueles que não conseguem se conformar com os imperativos do sistema escolar são muitas vezes marginalizados ou rotulados como problemáticos, tornando-se alvos de punição ou exclusão.

Dessa forma, os alunos e futuramente os trabalhadores são levados a acreditar que suas dificuldades são resultado de suas próprias deficiências, em vez de reconhecerem as injustiças inerentes ao sistema econômico e educacional em que estão inseridos.

Essa ideologia individualista serve aos interesses do capitalismo ao desencorajar a solidariedade de classe e a mobilização coletiva em busca de mudanças sociais significativas. Assim, individualizar as dificuldades de aprendizado é uma estratégia ideológica que serve como um mecanismo de controle social que perpetua a dominação e exploração capitalista.

O sistema educacional dentro da lógica capitalista funciona não apenas como um meio

de transmitir conhecimentos e habilidades, mas também como um instrumento de controle social que molda as atitudes, comportamentos e identidades dos indivíduos de acordo com os interesses do capitalismo. Assim, vemos em muitos adolescentes um empuxo a se engajar em múltiplas atividades complementares profissionalizantes, a fim de superar com eles, as desigualdades estruturais que o constituiu, substituindo espaços de sociabilidade pela exclusividade profissionalizante. Uma adolescente nos diz:

“

eu quase não saio de casa, venho pra escola, de lá pra casa, depois os cursos, faço curso de fotografia e um de empregabilidade do projeto providência. Vou pra casa da minha amiga, vivo lá, e é isso, pra igreja também. Gosto de encantar e de dançar, na igreja, mas procuro me profissionalizar, fazer aula de canto, fazer aula de dança (Jéssica, N28).

”

Portanto, a noção do aluno como "trabalhador em espera" destaca como o sistema educacional não apenas serve aos interesses econômicos do capitalismo, mas também funciona como um mecanismo de controle social que promove a conformidade e suprime a resistência dentro da estrutura hierárquica e autoritária da escola. Esse trabalhador em espera demanda uma moratória social. A escola, enquanto formadora do sujeito e de suas capacidades laborais, é concebida como um investimento no porvir, e seu significado no presente está intrinsecamente ligado à capacidade de vislumbrar, no futuro, uma recompensa potencial pelos esforços



empreendidos no presente. Contudo, para que a escola cumpra de forma eficaz a sua função, é imprescindível que tanto a família quanto o jovem nutram a convicção de que o engajamento escolar no presente efetivamente pavimentam o caminho para um futuro mais promissor. Essa convicção é fundamental para a internalização de uma disciplina necessária para perseverar na jornada educacional.

7.3.3. ENTRE A ESCOLA E O TRABALHO

No contexto brasileiro, boa parte da juventude não pode lançar mão dessa moratória social a qual a escola reivindica. O adolescente não pode se dar ao luxo nem mesmo de ser um trabalhador à espera, marca da educação na lógica neoliberal. Ao contrário desses contextos, uma parcela considerável dos jovens brasileiros ingressam cedo no mercado de trabalho. Essa realidade se deve a uma série de fatores socioeconômicos, como a necessidade de contribuir para a renda familiar, a falta de oportunidades educacionais adequadas e a precariedade do mercado de trabalho para os jovens.

O trabalho para os jovens brasileiros muitas vezes não é apenas uma opção, mas uma necessidade para garantir a subsistência própria e de suas famílias. Além de fornecer recursos financeiros para atividades de lazer, relacionamentos e consumo, o trabalho pode ser visto como um meio de alcançar independência financeira e status social. Nesse sentido, a vivência da juventude no Brasil está profundamente entrelaçada com as realidades econômicas e sociais do país.

Conforme destacado por Dayrell (2011), a juventude contemporânea é caracterizada pela busca incessante pelo presente, onde o trabalho desempenha um papel crucial na obtenção de uma renda essencial. Nesse estágio da vida, os jovens aspiram conquistar uma independência financeira que lhes permita arcar com despesas cotidianas e participar do consumo, ao mesmo tempo em que almejam uma mobilidade social condizente com sua idade e aspirações. Diante da dicotomia entre escola e trabalho, frequentemente é o trabalho que prevalece, proporcionando aos jovens uma ocupação, ainda que muitas vezes precária, que garante uma renda mínima satisfatória. Essa escolha é motivada pela necessidade imediata de sustento e pela busca por autonomia financeira, que se tornam prioridades para muitos jovens em um contexto socioeconômico desafiador. Esse é um ponto decisivo no envolvimento dos adolescentes com o tráfico de drogas, não há espaço para a conjugação escolar na busca imediata pelo sustento e pelo consumo. A escola, essa que exige uma temporalidade própria para preparar o sujeito para o mercado de trabalho, se torna ineficiente para as demandas urgentes destes jovens. Para a maioria dos adolescentes a escola é "perda de tempo", "estudar não dá em nada", "não ajuda em nada", além de "aterroriza".

Um adolescente, ao nos relatar sobre a sua decisão de parar de estudar, nos diz que parou porque começou "a ter mais coisa pra fazer(...) mais drogas para vender, mais dinheiro pra fazer, de repente eu comecei a pegar plantão demais" (Otaviano, N26).

É curioso que a imensa maioria dos adolescentes relatam trabalhar desde muito cedo e apenas um deles, um aluno do EJA, relata ter sua família convocada pelo conselho tutelar, "mas que não deu nada". Nesse sentido,



assim como aparece nos discursos dos gestores a questão da ausência e precariedade das atuais políticas públicas, também aparece nos discursos dos adolescentes quando é apontada a falta de estrutura de espaços, em relação à oferta de atividades culturais e sociais bem como a um acompanhamento pelas instituições formais.

A maioria também denota uma grande expectativa frustrada com a escola. Esperavam que a escola pudesse incluí-los no mundo do trabalho, através de uma formação profissionalizante e mais próxima do que se exige para garantir um emprego. Há uma distância entre a escola e o trabalho, que é denunciada recorrentemente por eles. Não vêem a escola como uma formação continuada, mas como uma etapa anterior ao mundo do trabalho, no mesmo sentido, foram os resultados apontados por Galdeano (2018, p. 107): "A escola, para esses adolescentes, é pouco atraente. De um modo geral, a ideia de se formar no primeiro e segundo graus não representa para eles uma possibilidade concreta de angariar melhores empregos no futuro, mas um esforço para encerrar um ciclo em suas vidas". Dito isso, há uma sobreposição do trabalho em detrimento dos estudos.

A continuidade dos estudos raramente é apontada, quando muito a formação no ensino médio. Ensino superior não figura no discurso dos adolescentes, com exceção de um deles gostaria de fazer faculdade para ser empresário, administração. *"Se a escola desse cursos, a gente não entraria para o "corre", "Escola ajuda a aprender as coisas, mas essas coisas não servem para arrumar trabalho. Tudo o que a gente aprende na escola, esquece quando sai de lá."* Este é um elemento que explica o grande interesse que os adolescentes possuem em ingressar em programas de trabalho protegido.

Assim, a inserção precoce no mercado de trabalho muitas vezes se torna uma realidade para os jovens, moldando suas experiências e perspectivas de vida. Embora a educação seja reconhecida como um caminho para o sucesso, as demandas urgentes e imediatas da vida cotidiana frequentemente levam os jovens a priorizarem o trabalho como uma fonte de sustento e estabilidade financeira, mesmo que temporária. Essa dinâmica evidencia as complexidades e desafios enfrentados pelos jovens na conciliação entre educação e trabalho em busca de uma vida digna e independente.

É importante ressaltar que essa participação precoce no mercado de trabalho não implica necessariamente no abandono da educação formal. Muitos jovens conciliam o trabalho com os estudos, embora essa conciliação possa ser desafiadora e influenciar significativamente seu percurso educacional.

Na pesquisa percebemos que os alunos que trabalham formalmente parecem ter uma outra relação com a escola. Estudar é uma condicionalidade do trabalho protegido. Talvez pela sobrecarga de rotina, ainda que cansados, esperam ter da escola algum tipo de formação profissional, fazendo com que eles fiquem incomodados com outros adolescentes que usam o espaço escolar apenas para socializar. Na EJA, um adolescente relata que para ele a escola é lugar de aprendizado, mas que a maioria das pessoas que a frequentam estão ali para brincar. Diz que às vezes tem vontade de ir embora, porque o pessoal mais brinca do que estuda. Diz querer aprender, mas diz não ter como porque o *"pessoal fica fazendo gracinha"*.

As interações entre trabalho e estudo são complexas e variadas, indo além da simples dicotomia entre esses dois domínios. Para alguns jovens, a escola e o trabalho são vistos como projetos que se complementam,



contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional. No entanto, para outros, o trabalho pode ser percebido como uma prioridade, o que pode resultar em uma menor dedicação aos estudos e, conseqüentemente, em dificuldades escolares.

Nesse contexto, o mundo do trabalho emerge não apenas como uma necessidade econômica, mas também como uma influência significativa na formação da identidade e na construção da experiência juvenil. A inserção no mercado de trabalho pode moldar as perspectivas, os valores e as aspirações dos jovens, influenciando suas escolhas educacionais e profissionais no presente e no futuro.

Se é tensa a relação entre escola e trabalho, essa relação se torna impossível como o trabalho é no tráfico. Como trabalhamos aqui, os adolescentes que engajam no tráfico não conseguem manter a escola devido às longas jornadas de trabalho, a turnos que se sobrepõem ao horário da escola e por acharem que "O que a escola ensina não serve para o tráfico". Um adolescente nos diz que tentou conjugar a escola com o tráfico, mas tudo ficou impossível:

“

Eu tinha que ficar de dia até sete horas, porque entrava a escola às sete horas, saia de lá às sete horas, já ia para a escola, chegava às onze, meia-noite, já chegava cansado, tinha que acordar às sete horas de novo, dormir meia-noite de novo por causa da escola. Era muita coisa. E eu falei, ah, vou parar de ir na escola. (César, N31)

”

Essa relação tensa entre escola e trabalho, parece anteceder a adolescência destes sujeitos. Ouvimos na nossa pesquisa uma marca transgeracional dessa relação entre baixa escolaridade e ou analfabetismo relacionado a entrada precoce no mercado de trabalho. A importância da educação e os desafios enfrentados pelas famílias de baixa escolaridade, especialmente aquelas oriundas das camadas populares e do meio rural, são temas cruciais na compreensão das dinâmicas sociais e educacionais no Brasil. A baixa escolaridade nessas famílias, muitas das quais têm histórico de migração recente ou foram moldadas pela transmissão intergeracional do trabalho infantil e escravo, contribui para a formação de uma distinção cultural marcante. Essa distinção cultural se manifesta principalmente através da cultura oral e de modalidades específicas de socialização, que transmitem valores e perspectivas de mundo distintas. Essas particularidades culturais exercem uma influência significativa nas interações familiares e no contexto escolar, moldando as expectativas e atitudes em relação à educação.

O fenômeno descrito revela as complexidades das relações entre educação, pobreza e trabalho no contexto brasileiro, onde a valorização da escolarização muitas vezes se choca com as necessidades econômicas urgentes enfrentadas por famílias de baixa renda. Enquanto muitos pais, mesmo sem terem tido acesso à educação formal, reconhecem o valor da escolarização como uma ferramenta essencial para romper o ciclo de desvantagens sociais, eles enfrentam uma difícil decisão entre priorizar a educação de seus filhos e contribuir para o sustento da família. Uma adolescente do território nos aponta da natureza inédita da escola na sua



cadeia geracional, na medida em que essa inserção é inaugurada com sua presença, sustentada pelos seus pais: “acho na minha família nenhuma fez faculdade, e eu quero muito fazer. eles não conversam tanto comigo sobre esse tipo de coisa, meus pais tiveram uma criação bem diferente serviu mudar algumas coisas agora em relação a minha criação, cuidar de mim, eu me esforçar dentro da escola, eles insistem muito nisso e é bom” (Jéssica, N28). Outra adolescente nos conta das expectativas de seus pais de que ela estude e faça faculdade, colocando-se como suporte para as dificuldades que ela pode vir a encontrar pelo caminho.

Essa dicotomia evidencia as pressões econômicas que permeiam as escolhas familiares, especialmente em comunidades onde a renda é escassa e as oportunidades de emprego são limitadas. O ingresso precoce no mercado de trabalho muitas vezes é encarado como uma necessidade urgente para garantir a subsistência familiar, deixando pouca margem para a continuidade dos estudos dos jovens. Essa realidade destaca a importância de políticas públicas integradas que abordem não apenas a exclusão educacional, mas também as questões estruturais subjacentes à desigualdade social e à pobreza. É essencial reconhecer os esforços das famílias em busca de uma vida melhor para seus filhos e, ao mesmo tempo, trabalhar para garantir oportunidades educacionais igualitárias e sustentáveis para todos os jovens, independentemente de sua origem socioeconômica.

Apesar de apontarem a escola como um local de passatempo, ou seja, como um local que não oferece grandes possibilidades de futuro e sim como um espaço que os “*aterroriza*”, muitos adolescentes entendem que

é a partir da escola que conseguirão acesso a outros espaços, tal como, a entrada em uma universidade e caso ela oferecesse cursos profissionalizantes não cogitariam a entrada na dinâmica do tráfico de drogas. São adolescentes que sustentam expectativas em relação à escola, ao que ela poderia oportunizar aos adolescentes, como cursos profissionalizantes e encaminhamentos para o trabalho. No entanto, a escola só permanece na trajetória de vida dos adolescentes até a demanda por trabalhos começar a aparecer, já que entre escola e trabalho, os adolescentes acabam ficando com o trabalho.

7.4. TRABALHO

Nesta seção serão tratadas as diferentes configurações de trabalho vivenciada pelos adolescentes, as suas particularidades que perpassam desde a conceituação do que seria um trabalho, às questões familiares e o trabalho doméstico que muitas das vezes é invisibilizado, a relação do trabalho com a idade, o corpo e o gênero. Além desses pontos, passar-se-á também pela transição entre o trabalho formal e o informal, sendo que especificamente o trabalho infantil no tráfico de drogas devido às suas especificidades e pertinência temática será trabalhado em uma seção específica.

De antemão, concordamos com Galdeano (2018, p. 37) que é presente no relato dos adolescentes a realização de serviços que vão desde o tráfico de drogas, lava-jato, descarga de caminhão, venda de produtos alimentícios em sinais, de construção, evidenciando as possibilidades de rendas às quais estes sujeitos se submetem. Ainda



segundo a autora, tanto os adolescentes quanto seus familiares assumem papéis precários no mundo do trabalho vivenciando, então, um ambiente marcado pela profunda miséria como condição social, além do alto grau de insegurança financeira e de emprego, conforme serão demonstrados nos tópicos a seguir.

7.4.1. AFINAL, O QUE É TRABALHO?

Na dinâmica inicial dos grupos de conversação realizados nas escolas municipais que receberam a pesquisa, os pesquisadores apresentaram cinco fotografias para os adolescentes como forma de iniciar uma discussão sobre o tema do trabalho. Em uma, temos uma criança lavando um prato em um tanque no cenário de uma casa humilde. A segunda imagem retrata um adolescente descansando no chão com um carrinho de mão ao fundo. A terceira imagem, mostra um rapaz transitando no meio de dois carros, segurando uma garrafa pet em uma mão e um rodo de limpar parabrisas em outro. A quarta fotografia traz duas crianças negras abraçadas; e finalmente, a última fotografia apresenta dois adolescentes segurando um saco em frente a uma pilha de material reciclado.

Quando confrontados com as fotografias, foi uníssono o posicionamento de que o serviço doméstico não poderia ser considerado um trabalho e sim como uma "obrigação". Nessa seara, o trabalho doméstico aparece como algo identificado como papel das mães, mas que devido aos outros afazeres não estaria dando conta. Então, seria a realização de algum apoio no ambiente doméstico ou como obrigação, sendo este último enfatizado pelas

adolescentes que participaram dos grupos.

Muitos adolescentes que participaram das conversações se reconheceram nas fotografias e relataram terem realizado alguns tipos de trabalhos. Os rapazes contaram das suas experiências como servente de pedreiro, capinando lotes, carregando tijolos, sendo estes trabalhos retratados como serviços pesados e que "mói" o corpo. Citaram, também, serviços de barbeiro, carreto, auxiliar de cozinha em restaurante, venda de produtos alimentícios, venda de balas e amendoim em sinal. Já as adolescentes afirmam terem trabalhado com informática, limpando sítio, cuidando de crianças e passeando com cachorros. Apenas alguns jovens contaram que estavam inseridos em trabalho protegido através de programas de iniciação profissional.

Explorando a distinção entre o trabalho doméstico, enxergado como uma "obrigação" pelos adolescentes e os relatos dos trabalhos que eles afirmaram ter realizado, indagamos a eles: "Afinal, o que é trabalho?". Na visão dos adolescentes, esse estaria relacionado principalmente com os diversos tipos de tarefas que envolvem responsabilidade e especialmente como algo que "dá dinheiro". Outrossim, apesar dessa concordância geral em relação à essa definição, também foi apontado outros tipos de trabalhos que não necessariamente envolvem pagamento em dinheiro, tais como, trabalho social e/ou voluntário, o trabalho escolar no sentido de atividade. Em síntese, "*trabalho pode envolver qualquer coisa*". Apesar disso, concluem que a maioria dos trabalhos estaria relacionado com o recebimento de renda, haja vista que os adolescentes em grande maioria querem trabalhar para "*ter seu próprio dinheiro*", ainda que isso signifique trabalhar com algo que não se gosta.



Desse modo, percebe-se que a concepção dos adolescentes sobre o trabalho parte de uma visão pragmática e utilitária, na qual o "dinheiro" é o fator predominante. Trata-se assim, de uma perspectiva conflitante com aquela que enxerga no trabalho como uma atividade eminentemente social, através do qual os indivíduos desenvolvem além de instrumentos técnicos, signos que capacitam as funções psicológicas para o pensamento, a memória e a atenção e permitem a construção da identidade individual e coletiva (Bortolozzi, 2014). Ao invés disso, percebe-se que no contexto destes adolescentes, o trabalho reduzido a "o que dá dinheiro", transforma-se em mera forma de garantir a subsistência.

7.4.2 TRABALHO E FAMÍLIA

No que tange à família dos adolescentes que participaram dos grupos de conversação, muitos destes tecem uma narrativa comum de que seus avós e pais nasceram no interior e vieram para a capital para poder "ganhar a vida". Vários relataram que seus pais começaram a trabalhar ainda crianças, com idades entre 7 e 11 anos, sendo que em muitos casos, essa iniciação no mundo do trabalho se deu através de seus avós.

Sobre os trabalhos realizados por suas mães, tias e avós, os adolescentes da L4 e os internados relataram que estas desempenham funções como faxineira, auxiliar de serviços gerais, cozinheira, confeiteira, catadora de materiais recicláveis, porteira, cabeleireira, cuidadora de idosos, enfermeira, babá, atendente e vendedora de roupas. Uma

adolescente da L4, durante um dos grupos de conversação, destaca a fragilidade dos laços de sua mãe com o mercado de trabalho: "às vezes ela é faxineira, às vezes ela é cozinheira, depende do trabalho". Há a percepção entre os adolescentes que suas figuras maternas trabalham excessivamente, sendo destacado por alguns deles a questão da dupla jornada, ou seja, a conjugação de um trabalho que traz renda para a família com os afazeres domésticos, sendo este exclusivamente associado às mães.

Com relação à figura paterna, observamos em algumas situações que as perguntas sobre qual o trabalho dos pais inseriu um clima de constrangimento, especialmente nas rodas de conversa. De forma geral, muitos são os adolescentes que relatam que suas famílias são sustentadas por suas mães e avós, sendo as figuras masculinas intermitentes e muitas vezes ausentes nas trajetórias familiares. Alguns relatam que os pais abandonaram a família, constituindo outra, acabaram presos ou estão mortos. Aqueles que relatam sobre o trabalho do pai ou do padrasto, dizem que estes desempenham funções como pedreiro, descarregador de caminhão, porteiro, pizzaiolo, segurança, montador de móveis e lavador de carros.

Deste quadro, desprende-se que em geral os pais ou responsáveis pelos adolescentes entrevistados seja no contexto da L4 ou das medidas socioeducativas em meio fechado vivenciaram situações de trabalho infantil e hoje estão inseridos - quando inseridos - de forma precária no mercado de trabalho, já que desempenham funções muitas vezes caracterizadas pela informalidade, instabilidade e baixos salários. Neste cenário, assim como Galdeano (2018, p. 41) observa-se que existe uma conexão entre o contexto histórico,



educacional e profissional dos familiares marcados pela baixa qualificação e remuneração; e a vivência de formas diferentes de trabalho infantil por estes adolescentes.

Dentre as possíveis formas de trabalho infantil, cita-se o trabalho doméstico que muitas das vezes é invisibilizado, porém, é uma realidade persistente no Brasil⁵, com implicações profundas para a vida e o bem-estar de milhares de crianças e adolescentes. Este trabalho está intrinsecamente ligado às dinâmicas históricas do colonialismo e à persistência das heranças da escravidão, particularmente em relação ao trabalho reprodutivo domiciliar, assunto a ser tratado no próximo tópico.

7.4.3 TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO

O trabalho infantil doméstico tem suas raízes históricas na escravidão e no patriarcado, que relegaram às mulheres negras e às crianças negras as tarefas domésticas e o cuidado de outras crianças. Essa herança colonial continua a se manifestar nas desigualdades de gênero e raça presentes no Brasil contemporâneo, onde as meninas negras são as mais afetadas pelo trabalho infantil doméstico. No contexto específico do trabalho infantil doméstico, observa-se uma predominância de meninas negras, o que reafirma as estruturas de desigualdade de gênero e evidencia a presença

do racismo estrutural.

De acordo com o relatório do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), elaborado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (Pnad), aproximadamente 84 mil crianças e adolescentes, com idade entre cinco e 17 anos, estavam envolvidos em atividades de trabalho doméstico em 2019. Suas ocupações primárias incluíam o cuidado de outras crianças (48,6%) e a realização de serviços domésticos (40,3%). Em 2019, 85,2% das crianças e adolescentes envolvidos nessas atividades eram do sexo feminino, enquanto 70,8% eram negras, e a maioria (63,3%) residia em domicílios onde o chefe da família não possuía nenhum nível de instrução.

Essa naturalização do trabalho doméstico feminino, fenômeno tomado como trabalho reprodutivo, perpetua um ciclo de desigualdade e exploração, comprometendo o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes envolvidos. Assim, se o trabalho reprodutivo foi a base no colonialismo, ele se estende no capitalismo tardio como uma mola necessária para a propulsão do capital.

Para Silvia Federici (2019), o trabalho reprodutivo refere-se ao conjunto de atividades e processos necessários para a reprodução diária da vida e da força de trabalho. Isso inclui tarefas domésticas, cuidado de crianças, idosos e enfermos, preparação de alimentos, limpeza, manutenção do lar e outras formas de trabalho que sustentam a vida cotidiana das pessoas e garantem a reprodução social. Federici destaca que o trabalho reprodutivo desempenha um

5 FNPETI. O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil: análises estatísticas. Brasília, 2022. Disponível em <https://tinyurl.com/252sar63>.



papel fundamental na manutenção do capitalismo, pois cria as condições materiais e emocionais para a produção e reprodução da força de trabalho. Para ela o trabalho reprodutivo está dentre os principais mecanismos utilizados pelo capitalismo para perpetuar seu poder e manter a classe trabalhadora dividida:

São eles a desvalorização de campos inteiros da atividade humana, a começar por aqueles que asseguram a reprodução da vida humana, e a capacidade de usar o salário para extrair o trabalho de uma grande parte da população de trabalhadores que parece estar fora da relação salarial: escravos, colonizados, prisioneiros, donas de casa e estudantes (2019, p.26).

Na leitura de Federici, o trabalho infantil tomado também como trabalho reprodutivo é ele mesmo uma estratégia de expansão do capitalismo e de divisão de classes, sustentando assim as desigualdades sociais e os ciclos de desvantagens perpetrados sistematicamente. Ela argumenta que o trabalho reprodutivo tem sido historicamente desvalorizado e invisibilizado, principalmente por ser realizado em grande parte por mulheres, contribuindo assim para a perpetuação das desigualdades de gênero e exploração econômica. Assim, para sustentar o cuidado interno de seus membros, as crianças sacrificam parte da dedicação à escolarização para se responsabilizar pela maternagem de filhos, irmãos, sobrinhos e em alguns casos até mesmo dos próprios pais. Como consequência pode se ter uma baixa escolaridade, o que faz com que essa adolescente, na entrada no mercado de trabalho, possa trocar o trabalho doméstico não pago para sua família por trabalho doméstico pago no mercado (Federici, 2019, p.95).

A questão do trabalho doméstico se faz mais presente no discurso das adolescentes do que dos adolescentes da L4, reproduzindo a associação do trabalho reprodutivo e os papéis de cuidado com a figura das mulheres. Na fala destas, o principal tipo de trabalho doméstico citado é o cuidado com os irmãos. Este muitas vezes é apresentado como uma necessidade, haja vista que em um contexto em que as mães precisam se ausentar durante o dia para trabalhar e não contam com uma rede de apoio formada por outros adultos ou com escolas de período integral.

Nos grupos de conversação, os adolescentes expressaram a crença que trabalhar em casa, ou para a família não seria considerado um trabalho infantil, pois, seria melhor trabalhar para a família em casa já que *"é mais protegido mesmo quando é criança"* além do fato de que teriam a obrigação de ajudar os pais. Nesse registro, em meio às entrevistas das adolescentes da L4, dois casos de meninas negras chamam atenção. O primeiro é o caso de Jasmim (N27) que vive apenas com seu pai. Em sua narrativa, a relação atual com seu genitor aparece apenas sob o signo do serviço doméstico: *"Meu pai só chega em casa a noite cansado e deita e dorme, toma um banho, aí eu faço comida e ele come e dorme, a gente quase não tem conversa"*. O segundo caso é o de Carolina (N43). A adolescente de 16 anos, assume uma tripla jornada, na qual frequenta a escola na parte da manhã, trabalha à tarde e à noite toma conta de seus irmãos. Em sua fala, a adolescente se entende como responsável por sua família, uma vez que, sua mãe lida com o vício em crack e seu pai atualmente encontra-se preso.



A gente levanta, toma café quando tem e



quando não tem a gente vai direto pra escola. Almoço aqui e vou direto pro serviço. Quando saio do serviço venho aqui buscar os dois [irmãos], aí eu chego ou minha mãe fez a janta ou eu faço a janta. Eu saio de lá, busco os meninos na escola, aí chego lá tenho que separar a roupa do Marcos, que tem 7 anos, arrumo nosso quarto, falo pra Maria ir tomar banho, dou um jeito no cabelo dele, aí ficamos na rua conversando (Carolina, N43).



Em suma, o trabalho infantil doméstico é um problema complexo e multifacetado, que embora esteja enraizado em dinâmicas históricas associadas ao colonialismo e à escravidão, é reproduzido na vida cotidiana através das dinâmicas familiares, onde muitas vezes a sobrecarga de responsabilidades e a falta de recursos econômicos “obrigam” crianças e adolescentes ao exercício do trabalho reprodutivo de forma precoce.

7.4.4 TRABALHO INFANTIL

Dado o relato dos adolescentes participantes do grupos de conversação de que seus pais e familiares começaram a trabalhar muito cedo, provocamos a discussão sobre a idade ideal para se começar a trabalhar. Assim, os adolescentes elaboraram diversos posicionamentos, que nem sempre estavam em consonância com o quadro legal atualmente vigente, apesar de muitos deles demonstrarem conhecer as normativas que regem as relações entre adolescência e trabalho no Brasil.

Um dos argumentos levantados nos

grupos de conversação e que encontra consonância nas entrevistas realizadas junto aos adolescentes da L4 é que “criança não pode trabalhar”. É isso que podemos observar no relato de Talia (N10), de 15 anos: “Criança, pra mim é errado. Porque é criança. [O que é uma criança para você?] A criança não tem que trabalhar, a criança tem que brincar e viver a infância dela. [Até quantos anos se é criança] Até uns doze”. Segundo ela, os adolescentes podem começar a trabalhar a partir dos 12, mas que idealmente a idade ideal seria a partir dos 14 anos. Isso se daria, segundo ela, porque a partir dessa idade “você vai entendendo mais as coisas, que você entende a importância do dinheiro, a responsabilidade começa a vir. A partir dos 14 anos que isso começa”.

Por outro lado, houve adolescentes que argumentaram que a partir dos 10 anos seria uma idade ideal e outros ainda afirmaram não haver problemas em uma criança trabalhar. Fato é que entre os adolescentes que participaram dos grupos de conversação, alguns começaram a trabalhar ou conheciam pares que haviam se iniciado no mundo do trabalho desde novos, por volta dos 06, 09 ou 10 anos de idade.

Nos grupos de conversação, alguns adolescentes relatam que iniciaram suas trajetórias laborais ajudando ou com a ajuda de seus familiares. Quanto ao início, este pode se dar por conta das condições financeiras da família, como no relato de Carolina (43): “Sempre vendi bala ou paçoca no sinal. Minha avó me levava para catar latinha. Às vezes dá vergonha quando encontrava com alguém da escola, mas prefiro ficar com o nome falado do que ver um irmão passando fome”.

Outras dimensões importantes que motivam a iniciação precoce no mundo do trabalho tem haver com a vontade particular ou



com pressões familiares, como no relato de um adolescente cuja mãe teria dito para ele saísse “*das custas dela*” quando tinha 9 anos. A vontade de conquistar alguma independência em relação aos pais aparece assim como forte motivador para o início precoce no mundo do trabalho, como conta um adolescente em um grupo de conversação: “*se você quer uma coisa e sua mãe não pode te dar, você pode trabalhar para conseguir*”. Dessa forma, o movimento de “sair das custas” dos familiares também se apresenta como um ato moral na visão dos adolescentes, até mesmo entre aqueles que não estão inseridos no mundo do trabalho, como Talia (N10):



Na minha opinião, eu não vou querer ficar nas costas da minha mãe para sempre. Eu não vou querer que ela fica me bancando para sempre. Então eu vou correr atrás das coisas. Correr atrás de arrumar serviço, até você arrumar um outro bom. Uma certa idade você arruma uma casa para você morar sozinha. É isso que eu vejo. [Tem haver com sair de casa então?] Não tem haver com sair de casa... mas sair das costas da mãe, para a mãe não ficar te bancando a vida inteira, até você ficar da idade dela e ela estar te bancando ainda.



Dessa maneira, é interessante notar que mesmo entre os adolescentes da L4 que disseram que seus pais não necessitavam ou nunca haviam exigido que estes trabalhassem desde cedo, há relatos nos quais se manifesta o incômodo em pedir dinheiro para acessar bens

de consumo que desejavam, como tênis, roupas, dinheiro pros “rolês”.

Entre os rapazes, alguns disseram ter trabalhado junto aos pais ou padrastos como serventes de pedreiro, descarregando caminhões ou lavando carros. O relato mais comum foi de adolescentes que comercializavam gêneros alimentícios como amendoins, balas ou itens como pão de queijo, chup chup, bolo no pote e bombons produzidos por suas mães e ou tias.

Neste registro, o caso de Isaías (N20) é bastante ilustrativo. O adolescente de 15 anos relata que aos 8 anos ganhou um cavalo e que para sustentá-lo começou a vender balas: “Eu estudava e ia pra rua e só voltava 10 da noite, não cansava não. Vendi bala no sinal durante muito tempo, até os 11 anos. Parei porque cresci e ninguém comprou mais de mim”. O relato de Isaías, demarca assim, a transição entre a infância e a adolescência e a sua mediação por uma forma de trabalho infantil. Segundo os adolescentes que desempenham esse tipo de atividade, a venda de balas dá bastante dinheiro pela comoção causada por ter uma criança na rua trabalhando. No entanto, com a entrada da adolescência, este trabalho deixa de ser rentável, já que as pessoas “preferem comprar na mão dos mais novinhos”. Entrar na adolescência acaba exigindo que estes adolescentes encontrem outra forma de ganho financeiro, já que a rua deixa de ser rentável.

Neste cenário, chama a atenção que entre os adolescentes da L4, o relato de Manoel (N45) de 16 anos, que apesar de romper com o desempenho das funções mais comuns desempenhadas por seus colegas, ainda está inserido na lógica do trabalho desprotegido:



“

Trabalho no centro há muito pouco tempo, em frente ao serviço da minha mãe. Ela que me arrumou esse trampo. É uma banca onde troca película de celular, vende capinha, cigarro. Eu ganho R\$1.400 por mês e recebo toda semana. [...] É cansativo. Não atrapalha os estudos, mas depende da disposição. [...] Como eu gosto de gastar, preciso ter o meu próprio corre para não depender da mãe.

”

Ao contrário das entrevistas realizadas junto aos adolescentes da L4, na escuta dos adolescentes acautelados no sistema socioeducativo soa quase uníssono a presença de outras formas de trabalho infantil pregressas ao trabalho no tráfico de drogas. Se na narrativa dos adolescentes da L4, nem todo adolescente que teve experiência de trabalho infantil entrou para o tráfico, o que observamos nos jovens internados é uma correlação mais direta: todo adolescente entrevistado que se vinculou com o tráfico de drogas teve experiências anteriores de trabalho infantil.

Os adolescentes entrevistados no contexto das unidades de semiliberdade e internação relatam experiências de trabalho infantil, tendo se engajando nelas a partir dos 6 anos de idade. São relatados experiências de trabalho doméstico (especialmente para as meninas), trabalho em empresa familiar, trabalho com vendas de gêneros alimentícios nas ruas, ajudante de pedreiro, vendedor de bala, babá, faxineira, recicláveis, lava jato, carga e descarga, entrega de água e gás. Muitos adolescentes relatam a experiência pregressa da venda nas ruas, sempre parando na entrada da adolescência por não conseguirem mais o mesmo lucro de quando eram crianças mais

novas.

A precariedade material do núcleo familiar da imensa maioria desses adolescentes faz com que muitos deles tenham experiências de trabalho infantil em idade muito precoce, como forma de complementar a renda familiar ou dar suporte para que a família possa trabalhar. Neste quadro, os relatos das situações de trabalho infantil indicam a naturalização familiar do trabalho como forma de auxiliar na renda familiar: “Desde os 10 anos eu tava trabalhando com pão de queijo pro moço da igreja que eu considero como pai, mas ele morreu [...]. eu comprava trem pra mim e ajudava a minha mãe e minha avó” (Murilo, N4).

Abraão (N54) relata que antes de se envolver no tráfico vendia doces nos fins de semana na região do Barreiro, atividade com a qual conseguia tirar cerca de R\$400 por mês. O adolescente também relata que por volta dos 13 anos começou a ajudar o pai de seu padrasto a descarregar caminhões no CEASA. Sobre este trabalho conta que chegava ao local de madrugada e que para cada caminhão descarregado ganhava R\$150.

Já César (N31) conta que antes de trabalhar para o tráfico de drogas, trabalhava junto com seu pai como servente de pedreiro: “Só que eu pegava muito pesado para ganhar muito pouco. Eu ganhava R\$50 o dia de ajudante. O dia de ajudante era R\$70 ou R\$80 o dia”. O adolescente relata que questionou o pai sobre o valor recebido e que este teria dito que não lhe daria mais. César conta que se revoltou com essa situação e por conta disso teria procurado o chefe da boca para saber se o convite para vender drogas ainda estava de pé, iniciando assim sua inserção como trabalhador do tráfico.



7.4.5 TRABALHO PROTEGIDO

Durante os grupos de conversação e entrevistas realizadas na L4, muitos adolescentes relatam a vontade de ingressar no trabalho protegido via programas de iniciação profissional, sendo que alguns deles vêm estes programas como uma porta de entrada para a realização de planos profissionais. No entanto, chama a atenção que, embora alguns adolescentes tenham a idade para se inscreverem nestes programas, percebe-se que há o desconhecimento sobre os processos necessários para efetivar a inscrição. É isso que pode-se perceber a partir do relato de Talia (N10), de 15 anos de idade:



Eu vou começar a trabalhar na Cruz Vermelha. Já conversei até com minha mãe. [E tem uma prova, alguma coisa assim?] Não.. eu acho que é só você se inscrever, fazer uma entrevista e ir. Acho que não precisa nem de currículo. [...] Eu vou me manter com a Cruz Vermelha, depois eu pretendo fazer um curso de enfermagem e ir trabalhar com isso, porque é isso que eu quero trabalhar.



Os adolescentes da L4 inseridos em programas de iniciação profissional relatam que o trabalho proporciona a oportunidade de se qualificar em cursos, que em geral, são melhor avaliados do que a escola. Também há relatos sobre a oportunidade de se aprender a utilizar ferramentas como o word, excel e o power point. Por outro lado, aqueles que estão inseridos nesses programas relatam algumas

dificuldades que enfrentam na sua rotina, especialmente na relação com seus chefes ou com clientes dos estabelecimentos em que trabalham. Essas situações têm como efeito a desmotivação dos adolescentes com o trabalho protegido.

No relato de Heitor (N40), o adolescente conta que está inserido no trabalho protegido e atualmente trabalha no açougue de um grande supermercado. Diz que seus supervisores são muito exigentes e que pedem coisas que não estão de acordo com a função que desempenha e que por isso não as faz. O adolescente conta que gosta das relações que cultivou no espaço de trabalho e das aulas que fez no SENAC por meio do programa de iniciação profissional no qual está inserido. Sobre o seu dia a dia no trabalho relata que:



Tem clientes que são tranquilos, conversam, tratam bem, mas outros destratam muito, ignorantes [...] a gente também não é escravo dos outros, não tem que aguentar tudo. Igual no dia que a veia comprou e chegou no caixa, pegou a notinha e pediu pra ele jogar no lixo pra ela. Isso não é folga não? Tá achando que eu sou quem.



Outros adolescentes da L4, inseridos no trabalho formal, apontam para um desconhecimento do que fazem, se dedicando muitas vezes a atividades repetitivas que contam muito pouco com as estratégias e capacidades do sujeito. É o que nos mostra o relato de Carolina (N43) que diz trabalhar em meio período para receber R\$650, além do auxílio transporte: "Eu chego lá, bato o ponto e



fico na secretaria cadastrando CPF de todo mundo que entra".

Entre os adolescentes internados, somente Jerônimo (N48) passou pela inserção no trabalho protegido. O adolescente trabalhou durante 6 meses em uma repartição pública durante o cumprimento de uma medida de internação. Porém, com a evasão da medida socioeducativa acabou deixando o trabalho. Jerônimo conta ter gostado da experiência com o trabalho protegido, chegando a voltar ao local, mesmo evadido da medida, para conversar com seus colegas. No entanto, diz que este não é um trabalho para ele, já que não gosta de esperar o mês inteiro para receber, ao contrário do tráfico, onde se recebe por dia trabalhado.

Em relação aos benefícios ligados ao trabalho formal, os adolescentes que participaram dos grupos de conversação citam que alguns possuem melhor flexibilidade de horários, cartão alimentação e vale-transporte. Afirmam que de certo modo, o trabalho formal é um trabalho protegido no qual se o adolescente machucar será bem assistido, ou melhor, nas palavras de um dos participantes *"Então no jovem aprendiz qualquer coisa, é melhor assim porque você tem garantia de se machucar ali, você tem gente ali. Que tem um contrato ali assinado"*.

Por outro lado, os adolescentes inseridos no trabalho protegido relatam a dificuldade que é ter duas jornadas: trabalhar e estudar, principalmente, devido à falta de tempo. Nessa seara, um adolescente relata em um dos grupos de conversação que sai de casa às 7 da manhã e só retorna às 10 da noite, ao chegar em casa janta e dorme para recomeçar a rotina no outro dia. Este adolescente trabalha 6 horas por dia, porém, perde 4 horas no trânsito para ir e voltar de casa para o trabalho.

7.4.6 DISCRIMINAÇÕES E MERCADO DE TRABALHO

No discurso dos adolescentes da L4 é possível perceber como os marcadores sociais da diferença como a raça, a classe e o gênero, determinam também o tipo de trabalho que alguém pode conseguir.

Nas conversações, as adolescentes relatam sobre as relações entre gênero e trabalho. De maneira geral, afirmaram que a mulher quem *"corre atrás de serviço"* na mesma medida em que os homens têm mais oportunidades. Em continuidade, afirmaram que existem muitas profissões que quase não se vê mulheres, tais como, motorista de ônibus, servente de obra, pois, são serviços que as pessoas acreditam que seria *"lugar de homem, pois, é mais pesado"*. Por outro lado, dizem que alguns lugares *"contratam vendedoras bonitas para atrair clientes"*, o que na visão delas é uma forma de machismo.

Além disso, muitos jovens nos dizem que há uma associação entre trabalhos como faxineiro e pedreiro com 'pessoas da favela' e cargos de chefia e gerência com pessoas de classe média. A precarização do trabalho influenciada pela raça é relatada como uma maneira cruel de subalternização. Uma jovem diz não querer passar pelas humilhações que já viu a mãe e outros familiares sofrendo nos trabalhos. Um outro jovem diz da violência que viu uma prima sofrer ao trabalhar em uma rede de fast food em uma *"área que só vai rico"*.

Nas conversações, uma garota negra relata que no mercado de trabalho o branco é privilegiado por conta da cor e que mesmo se não tiver tanta experiência ele será escolhido em detrimento do preto: *"escolhem o branco só"*



por conta da cor, o negro pode ser até mais qualificado, tem preconceito sim". Elas falam de outras coisas que influenciam além da cor da pele como o jeito que a pessoa veste, como anda e como falam, mas reafirmam a questão do preconceito racial.

Há uma associação entre raça e classe que se conclui no favelado. Ser favelado parece ser uma marca, um ethos ou um habitus. "O cara, ele é favelado, ele pode virar a pessoa mais rica do mundo, a gente reconhece ele.". A raça, a forma como os adolescentes se vestem, como usam seu cabelo, que música escutam, tudo isso aponta para um estilo, que se torna estigma fora da favela. Sob o corpo do adolescente favelado, a cidade perscruta uma inspeção através de signos que ela acredita dar pistas sobre o nível de instrução, de capacidade e de periculosidade destes sujeitos. Nos seus territórios estes signos podem colocá-los em riscos de violência policial.

Jovens relataram que se estiverem com os cabelos pintados ficam mais suscetíveis à violência policial. Relatam que seu estilo pode ser confundido preconceituosamente com o estilo de quem trabalha no tráfico. Dizem que sabem reconhecer quando alguém 'é da favela'. Um dos jovens estuda na Savassi e diz ter medo do trajeto, diz que qualquer lugar que ele vá tem gente o olhando, por ele ser diferente. "Quando um cara é favelado e vai pra um lugar diferente é sempre a mesma coisa".

Outro aluno relata que foi ameaçado em uma abordagem policial simplesmente por usar gíria. Para alguns adolescentes a polícia para as pessoas por causa do jeito delas e que olham até o jeito que se anda. Quem está vestido igual a "maloqueiro", bermuda, correntinha, boné é mais visado. Uma aluna relata que estava com o namorado quando foram abordados. Ela descreve o namorado como "moreno e estava

com iPhone" e disse que os policiais vieram "fazer graça". Na sua visão, os policiais acham que "só porque a pessoa é pobre e tem Iphone, é bandido. Só porque a pessoa está usando uma roupa de 400 reais ou mais, a polícia já acha que é bandido". A mesma adolescente conta que em outra situação, o namorado foi abordado quando estava em uma moto indo buscar gasolina. Quando mostrou seu crachá do programa de iniciação profissional a abordagem foi interrompida sem maiores problemas.

Assim, a fala dos adolescentes nos mostram que o seu estilo e sua raça, seu modo de falar, de se vestir, de cortar o cabelo, afeta não só a relação com a polícia, mas o mundo do trabalho. Muitos deles têm a expectativa de entrar em programas de iniciação profissional, e estão advertidos de que "o adolescente que trabalha precisa ser mais formal". Os alunos fazem referência a um programa de iniciação profissional, afirmando que é um local em que os jovens almejam trabalhar por ter a oportunidade de serem contratados no futuro, além de receberem vale alimentação, vale transporte e acesso a psicólogos. Este também é visto como uma maneira de se diferenciarem do estigma de "favelados", uma vez que o vínculo concede certa legitimidade para que não sejam abordados pela polícia.



"Tipo o servente de pedreiro, ele vai trabalhar em favela e comunidade... ele vai falar que nem na favela. Já na ASSPROM, tem de ser mais formal." ; "Tem que saber conversar, tem que ir de cabelo cortado, não pode pintar cabelo. Se for com cabelo que nem ele vai, você é demitido na hora"; "Não pode andar com essas bermudas assim, chinelo.."; "Não pode ir de camisa



*estampada" ; "Tem que ir de calça e de tênis";
"Tem empresa que você pode viajar pra fora e
você não vai viajar que nem um favelado.";
"Risquinho na sobrancelha, tatuagem, calça
caindo, short de cria, chinelo havaiana,
bonézim".*



Uma aluna, que namora um garoto inserido em um programa de iniciação profissional, relata que antes ele andava *"que nem um favelado, Não é julgando mas é julgando.. antes ele ia com esses bonés, mas eles xingaram dizendo que não podia ir de boné. Tem que ir de cabelo cortado e preto, não pode fazer corte na sobrancelha. Não pode correntinha. Tem que ir de sapato. Pra tatuagem eles não ligam tanto assim.. depende da tatuagem. No pescoço é demissão[...]* Meu namorado trabalha na recepção, por isso ele tem que ir arrumado".

A lógica do trabalho formal conflita com os corpos dos adolescentes, apontando que para incluí-los, eles precisam submeter-se às normas e exigências deste espaço, que tocam não só o mundo das habilidades e saberes relacionados ao trabalho, mas a forma como se apresentam, falam, se vestem. *"Esse negócio de ASSPROM vai ter as próprias regras e você vai ter as suas totalmente diferente"*. Muitos adolescentes se empenham nesta adequação - mudando seus estilos, escondendo as tatuagens, modificando a forma como falam - outros denotam grande resistência em se enquadrarem. De toda forma, os programas de iniciação profissional parecem ser uma possibilidade de inclusão no trabalho formal que atenua sobre os corpos dos adolescentes, as marcas que o estigmatizam.

Nos seus discursos percebemos como a

cidade e o braço coercitivo do Estado é racista, segregador e que tentam operar uma docilização dos corpos, seja pela via da violência, seja pela via do mundo do trabalho formal. No entanto, os adolescentes não deixam de apontar com certa unanimidade que o tráfico não é, *"o corre não é racista"*. Segundo eles, o tráfico não segrega por raça, gênero ou classe. Se o mundo formal do trabalho devolve para estes adolescentes a raça como um organizador central do seu campo, o tráfico não. No tráfico não tem *"trabalho de branco"* ou *"trabalho de preto"*, *"trabalha quem tiver disposição"*.

Durante as conversações perguntamos qual trabalho os adolescentes gostariam de ter se pudessem escolher qualquer um. Muitos não souberam responder ou trataram a pergunta com indiferença ou mesmo descrença. Já outros mencionaram: confeitaria, barman, segurança, gari, *"o que dá mais dinheiro"*, tatuador, gerente geral, trancista, barbeiro, policial, jogador de futebol, empresário, ter uma marca de roupa. As adolescentes mencionaram manicure, empresária, advogada/defensora pública para *"ajudar quem não tem dinheiro"*.

De modo oposto, também perguntamos sobre quais os que não fariam sob nenhuma hipótese. Em um dos grupos de conversação realizado apenas do garotas apareceu a prostituição apesar de uma das participantes ter afirmado a possibilidade de ganhar dinheiro na rede social chamada *"OnlyFans"*. Em outros grupos os adolescentes disseram que não gostariam de desempenhar as seguintes ocupações: policial, pedreiro, carroceiro, cuidar de casa, de idosos e faxineira.



7.5. TRÁFICO

7.5.1. TRABALHO, TRÁFICO E A LÓGICA NEOLIBERAL

No Brasil, o tráfico de drogas é o segundo ato infracional que culmina na aplicação de medidas socioeducativas no Brasil segundo o último levantamento. Segundo Levantamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2023), o país teria aproximadamente 11 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em unidades de restrição e privação de liberdade. As infrações contra o patrimônio e o tráfico de drogas constituíram-se nos principais delitos praticados pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade no Brasil nos últimos seis anos. O tráfico é a segunda tipificação que mais encarcera os jovens no Brasil hoje. E é frente a este cenário que se vê a ligação entre tráfico, redução da maioria penal e privatização do sistema socioeducativo. A falta de medida protetiva parece responder a uma lógica neoliberal, calcada em uma herança colonial racista.

A grande maioria dos jovens capturados pelo sistema socioeducativo respondem a uma classe bem recortada no projeto neoliberal, são os jovens, negros, pobres, desempregados, autônomos e precarizados, moradores de periferia. E é sobre essa população - que é considerada inútil ao mercado, mas ao mesmo tempo potencialmente perigosa, já que podem ameaçar pela via da criminalidade o patrimônio e os bens - que devem se desdobrar o poder intervencionista do Estado. É sobre o jovem envolvido no tráfico que se desdobra a marca

classista e racista, que ao tomá-lo como traficante, justifica "o desenvolvimento de um conjunto de estratégias econômicas, políticas e ideológicas que o subalternizam, segregam, encarceram e fatalizam" (Costa & Teixeira, 2022). Assim, de "bom escravo a mau cidadão" (Moura, 2021), se desdobra o "de bom escravo a traficante".

Assim, se a economia neoliberal exige que o Estado se retraia e seja mínimo nas intervenções de impacto econômico, ao mesmo tempo exigirá deste mesmo Estado, para fins protecionistas, que ele expanda seu poder penal, sobretudo em relação às camadas populacionais que historicamente são perseguidas pela vertente punitivista e violenta do estado (Flauzina, 2006). Neste sentido, atualmente, o tráfico de drogas e o Estado são os maiores violadores dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil e, contraditoriamente, são os próprios adolescentes responsabilizados pelo trabalho no tráfico de drogas. A contradição está no fato de que, mesmo que essa forma de trabalho seja considerada uma das piores formas de trabalho infantil, o adolescente envolvido não é incluído em um sistema protetivo, mas é lançado no sistema punitivo.

Assim como qualquer outro campo de trabalho, a atividade no tráfico de drogas também é atravessada pelo discurso capitalista, em especial na sua vertente neoliberal que transforma os sujeitos em objetos em uma lógica que se sustenta em torno do consumo excessivo, da competitividade, da retração do Outro social como regulador e mediador do pacto civilizatório, da lucratividade, do ideal de felicidade e da ausência da falta (de bens, de exposição, de acúmulo, etc). Sabemos que essa lógica não se sustenta sem apelar para



solidariedade discursiva de outros campos de poder.

Nesse sentido, o Estado muitas das vezes se vê capturado por este discurso que, para sustentar um ideal de sujeito, esse sujeito concorrencial, bem sucedido e feliz precisa colaborar na construção do avesso deste ideal. Para tanto, as instituições estatais constroem a imagem do inimigo contemporâneo como aquele que ameaça o “bom andamento” do discurso, esse sujeito que encarna para nós o próprio mal estar da nossa civilização. É aqui que os campos prisional e socioeducativo muitas vezes são convocados a substancializar o avesso do sujeito ideal neoliberal. Trata-se dos processos de seleção e de criminalização, direcionados pela mesma lógica do capital, apontado por Zaffaroni (2012), que nos diz que “quanto mais próximo alguém estiver do poder – em especial, o econômico –, menos vulnerável estará à punição” (p. 421).

O valor econômico do sujeito e sua possibilidade de sustentação de trocas econômicas, passa a definir assim a sua humanidade e o grau de probabilidade de ser capturável ou não pela normatividade do Estado. As marcas desse laço social, que recrudescem seus efeitos de desigualdade social e econômica sem que se possa ensejar efetiva interferência do Estado, determina modos de segregação que se atualizam inclusive nos dados de tipificação do sistema prisional e socioeducativo. No prisional e no socioeducativo a tipificação dos crimes se repete: tráfico, furtos e roubos. A maioria dos sujeitos que passam pelo sistema, cometeram atos tipificados como tráfico ou crimes contra o patrimônio. Articulado a tipificação dos crimes que mais encarceram com os dados de superlotação e outras violações do sistema, o que se percebe é a vigência de um Estado que

expande continuamente seu poder penal em nome da proteção dos bens.

É também nessa lógica de hierarquização de subjetividades, modos de ser, raça, classe e território que, juntamente com a negação da humanidade, também é negado o direito de ser reconhecido como vítima, privilégio reservado à branquitude, principalmente quando proveniente de classes com maior poder aquisitivo (Flauzina e Freitas, 2017). De início pode parecer paradoxal nomear enquanto privilégio o direito de ser vítima, mas Flauzina e Freitas (2017) argumentam que ser reconhecido enquanto vítima aciona mecanismos protetivos e de reparação, uma vez que:



O acesso à posição de vítima - seja em qual for a posição teórica adotada - sempre exige algum nível de empatia, solidariedade e alteridade em dimensões que, no que se refere às pessoas negras, estão bloqueadas pelo racismo. A representação racializada das pessoas dentro da sociedade brasileira hierarquizou os sentidos do humano e construiu o lastro social para que narrativas sigam se reiterando na história a partir de um perverso itinerário de violência e discriminação (p. 67).



Sabemos que muitos destes adolescentes, sem melhores perspectivas sociais e econômicas, antes ou depois de seus desligamentos do cumprimento de medidas socioeducativas, acabam em sua maioria, compondo a massa permanente de inempregáveis, necessária à sustentação de um modo econômico neoliberal, para sustentar a lógica de exploração dos empregados. Assim, os ditos inempregáveis, uma classe bem



recortada no projeto neoliberal, são os jovens, negros, pobres, desempregados, autônomos e precarizados, moradores de periferia.

É sobre essa população - que é considerada inútil ao mercado, mas ao mesmo tempo potencialmente perigosa, já que podem ameaçar pela via da criminalidade o patrimônio e os bens de consumo - que devem se desdobrar o poder intervencionista do Estado. Há toda uma gestão do medo que para funcionar exige a construção de um inimigo necessário, através de um processo político, social e econômico complexo que envolve a anulação do sujeito sob uma nomeação generalista capaz de converter o sujeito descartável, improdutivo e inútil em lucro. É preciso construir um inimigo para garantir a segurança social e sanitária.

Nessa engrenagem é preciso projetar no outro a responsabilidade pela falência da promessa idílica. Trata-se de uma lógica meritocrática que responsabiliza ao sujeito tomado como inimigo toda a estrutura omissiva do Estado em relação à equidade de direitos. É a régua da paranoia que determinará tanto a construção do inimigo, quanto sua distância em relação ao cidadão de bem. Como nos aponta Zaffaroni (2012, p. 376), é sobre esse sujeito tomado como inimigo na lógica paranóica que vemos ser atribuído "uma periculosidade tão formidável, que apela-se ao pensamento mágico, ou seja, o velho recurso inquisitorial que permite atribuir todos os males sociais a um eles substancializado".

Assim, neste processo de substancialização, não se pune o agir, mas o ser, esse que se apresenta como o avesso do ideal neoliberal. É por isso que nesse processo, qualquer possibilidade de garantia de direitos humanos a essa população é tomada pelos "cidadãos de bem" como uma afronta, já que

nesse processo de substancialização do mal-estar opera-se uma desumanização do sujeito. Segue-se à seguinte lógica: direitos humanos para humanos direitos. Logo, esse acautelado pelo prisional ou socioeducativo é desumanizado a fim de garantir a distância segura entre o homem e seu mal-estar projetado externamente.

Zaffaroni (2012) nos diz que "é essencial uma preparação que instale o mundo paranoico e, por conseguinte, a convicção da necessidade de eliminar o bode expiatório para salvar a nação, o povo, o proletariado, a raça, o Ocidente ou seja lá o que for"(p.376). E é esta a lógica que estabelece a construção do "direito penal do inimigo", que outorga a possibilidade de retirar o estatuto humano, de sujeito de direitos de seus inimigos, para garantir a segurança dos cidadãos ditos de bem. É essa exclusão de humanidade que determina o sequestro de direitos de toda uma população, calculadamente delimitada pelo discurso neoliberal. Assim, podemos nos perguntar: O Estado lê como crianças esses sujeitos aliciados pelo tráfico?

7.5.2 DESUMANIZAÇÃO: "E EU NÃO SOU UMA CRIANÇA?"

Você considera que você teve infância?

Não. Não tive infância não.

Você acha que você já é adulto?

Não, eu sou adolescente, mas eu não tive aquela infância que outras crianças teve.

Por que você acha isso?

Porque não, gente. Eu tava vendendo droga. Isso é a infância de uma criança? (Jeronimo, N49)



Falar sobre tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil implica em duas perguntas centrais para essa pesquisa. Dando um passo a trás, a primeira pergunta se refere à consideração do tráfico como uma das piores formas de trabalho infantil, assim, nos perguntamos: O tráfico é, de fato, um trabalho? A segunda pergunta se refere ao estatuto de criança do sujeito aliciado no trabalho infantil por tráfico de drogas: É dado a esse sujeito o status de criança? Ou ele é desumanizado neste processo e, por isso, invisibilizado em sua violação de direitos? Se sua humanidade não é reconhecida, ele não será passível de proteção dos direitos humanos?.

A resposta para estas duas perguntas parece determinar o cenário catastrófico das crianças aliciadas pelo tráfico de drogas no Brasil hoje, pois, como nos alerta Gomes e Laborne (2018): "violar o direito à vida da nossa adolescência e juventude é condenar o nosso futuro à pena de morte" (p. 02)

Clóvis Moura (1983) identifica um processo de desumanização do sujeito negro que vigora desde o período escravista, no qual os negros eram tratados como objetos e mercadorias, sustentando um sistema baseado na exploração e na degradação humana. A desumanização do sujeito negro no Brasil, relegando-o a uma condição de subcidadania, justificaria uma série de formas de opressões físicas e sociais, incluindo tratamentos disciplinares e práticas que ecoam da escravidão, desde os primórdios da formação do país, uma vez que a noção de humanidade é um aspecto organizador da sociedade, da cultura e da política (Lima, 2020).

Este fenômeno, segundo Munanga (2012), está enraizado nas profundas raízes históricas da nação e persiste até os dias atuais,

refletindo a sistemática negação da humanidade, dignidade e direitos básicos às pessoas negras, em diversos níveis, desde atitudes individuais até estruturas sociais e políticas mais amplas. Não obstante, essa lógica persiste mesmo após a suposta abolição da escravidão, e se estabelece de maneira estrutural nas instituições sociais, políticas e econômicas, marginalizando e oprimindo as comunidades negras e periféricas. Essa realidade se evidencia nas disparidades raciais observadas em áreas cruciais como educação, emprego, moradia, saúde e sistema de justiça criminal.

Desta feita nos questionamos se a invisibilidade do tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil, não responde à desumanização da criança e do adolescente preto aliciados por esta lógica. Desumanizados e, como nos aponta Zaffaroni, substancializados no ato infracional, esse sujeito responde solitariamente pela sua própria violação pois encontra-se para além da regra de humanidade desenhada pela lógica de garantia de direitos no Brasil.

No seu provocativo ensaio "E eu não sou uma mulher?" bell hooks, ao utilizar a referência ao discurso de Sojourner Truth, empreende uma análise crítica das concepções tradicionais de feminilidade e identidade de gênero, especialmente no que se refere à vivência das mulheres negras. Ela investiga de que maneira as mulheres afrodescendentes são frequentemente relegadas à marginalização, invisibilidade e desumanização dentro do movimento feminista predominante, apontando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva que contemple as complexas interseções de identidade. Argumenta-se, assim, em favor de uma perspectiva feminista que reconheça não apenas as questões de



gênero, mas também as dimensões raciais, de classe e outras formas de opressão, visando efetivamente à libertação de todas as mulheres.

No campo do trabalho infantil no tráfico de drogas, estas crianças e adolescentes parecem repetir a pergunta de Sojourner Truth nos questionar “e eu não sou uma criança?”, questionando a desumanização a que estão relegadas em nossa sociedade, determinada pela herança colonial de um racismo estrutural que determina de saída um ciclo de vulnerabilidades que afetam de modo nada contingente a forma como elas se engajam no tráfico de drogas.

Se estes sujeitos não são crianças perante a sociedade, o tráfico seria um trabalho? Abaixo examinaremos a estrutura do tráfico e a forma de vinculação dos adolescentes a esta lógica a fim de entender a natureza dessa relação. A fim de entender se o tráfico é compreendido como um trabalho e qual seria o impacto desta constatação, examinaremos abaixo elementos da vinculação do adolescente ao tráfico de drogas, colhidos ao longo da pesquisa.

7.5.3. VINCULAÇÃO DO ADOLESCENTE AO TRÁFICO DE DROGAS

Nesta pesquisa foi possível perceber que a vinculação e permanência de adolescentes no contexto do tráfico de drogas pode ser atribuída a duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, muitos jovens optam por não abandonar essa atividade devido à sua função como meio de inserção social. O envolvimento com o tráfico proporciona-lhes um senso de

pertencimento e reconhecimento dentro de determinados círculos sociais, conferindo-lhes uma sensação de integração na comunidade.

Em segundo lugar, a motivação financeira também constitui um fator preponderante, eis que conforme apontado por Galdeano (2018): “do ponto de vista das condições de trabalho, o comércio de drogas oferece posições e remunerações similares ou, muitas vezes, mais vantajosas do que as profissões normalmente ocupadas por esses adolescentes e seus familiares” (p. 37). Assim, para muitos jovens, o tráfico de drogas representa uma oportunidade de trabalho desde muito cedo, além de uma fonte de renda substancial e, conseqüentemente, uma forma de sustento econômico de si e da família, bem como uma das formas de ter poder de consumo.

Em relação à sensação de pertencimento do adolescente no tráfico, percebemos que, para muitos, a entrada no tráfico responde a uma demanda de independência, de liberdade e de subsistência. Ouvimos adolescentes que alegavam não haver lugar para eles na estrutura familiar, sendo reiteradamente abrigados, e que encontraram no tráfico a possibilidade de sobrevivência e estabelecimento de laços sociais. Assim, a entrada no tráfico responde, para muitos adolescentes, como uma reparação em uma estrutura familiar na qual ele percebe que não consegue prover a ele seu lugar de filiação, seu sustento, sua posição no mundo.

A fragilidade das relações de pertencimento, as quais aqui já discutimos, bem como as relações de identificação imaginária pela via do grupo, típicas da adolescência, aparecem aqui também como um empuxo à entrada ao tráfico. Para além disso, contemporaneamente assistimos a queda das



identificações simbólicas em detrimento de uma pregnância maior da dimensão imaginária. É o que Maria Rita Kehl (2003) nos aponta ao dizer que para além da verticalidade dos referentes simbólicos oferecidos pela família, contemporaneamente há um maior apelo à fratria e às soluções horizontalizadas (Kehl, 2003). Assim, frente a impossibilidade de se localizarem a partir do lugar simbólico oferecido ou não pelos cuidadores no processo de transmissão e de filiação, os adolescentes podem compensar se fixando a um nome coletivo, capaz de o agrupar e de dar a ele, um nome, um lugar e uma função. Os amigos, colegas e grupos acabam ocupando o lugar de uma nomeação capaz de orientar o adolescente e suas escolhas. Assim, para nós, na escutas destes adolescentes soou preponderante a função de pertencimento e de enraizamento oferecida pelo tráfico em detrimento da fragilidade das relações simbólicas familiares e comunitárias.

Associada ao fator pertencimento, a motivação financeira aparece como grande motivador de engajamento no tráfico. As interações presentes no âmbito do tráfico de drogas são igualmente orientadas pela busca de lucro e pela perpetuação do controle e do poder estabelecidos. Alguns adolescentes relatam ainda como motivação a necessidade de complementação de renda familiar. Muitas famílias se vêm comprometidas financeiramente pela falta ou precariedade das oportunidades de trabalho e precisam da contribuição de todos os seus membros. Aqui, quase como um deslizamento do trabalho infantil anterior ao tráfico, o adolescente se engaja na atividade laboral como suplementação financeira necessária à sustentação do grupo. Além disso, a falta de oportunidade em trabalhos formais também é

citada como um dos motivos para a entrada e permanência no tráfico: *"O CIA falou que arruma serviço pra mim e até hoje não arrumou. Tenho que voltar pro corre. Esperar o CIA e a boa vontade deles pra cuidar das minhas crianças, cê é doído. Tô no corre, eu não, eu pretendo sair, mas não tem serviço pra mim fixo, menor aprendiz, nada. um trabalho, trabalhar normal, normal, honesto, um serviço pela ordem, qualquer serviço, trabalhando tá leke de mais, sair do corre, saindo do corre, nao quero ficar pelo corre a vida toda"*(Jorge, N17).

Para além da questão da subsistência familiar, ressalta no discurso dos adolescentes a questão do consumo. Os jovens envolvidos nesse contexto, influenciados pela homogeneização promovida pela lógica capitalista, aspiram alcançar reconhecimento e status social por meio da aquisição de bens materiais. O bem material aqui é o que condiciona a ideia de pertencimento. Esta aspiração reflete a constante mensagem da lógica neoliberal, na qual o consumo ostensivo é associado ao poder e, assim, corresponde às expectativas prevalentes na sociedade contemporânea. O pagamento diário recebido no tráfico de drogas, bem como o montante de dinheiro é apontado pelos adolescentes como possibilidade de consumo rápido e ostensivo. Há repetidas narrativas que relatam o gasto de todo o dinheiro recebido no mesmo dia com alimentação, lazer, roupas e celulares. Essa realidade é relatada por um dos adolescentes como liberdade de poder comprar o que quiser com seu próprio dinheiro, sem depender dos pais.

Como a equivalência entre bens de consumo e pertencimento é em si mesmo falaciosa, o sujeito se lança através dos mecanismos de compulsão e repetição, imprimindo uma lógica da adição, que se aplica



muitas vezes aos atos infracionais, e na repetição deles, onde o sujeito, na sua compulsiva atuação, espera no reencontro com o objeto adquirido, o lugar perdido no desejo do Outro social. Impõe-se ao sujeito, o que Miller (2011) chama de adição generalizada, onde a forma como os sujeitos se relacionam aos objetos para o próprio gozo aponta que o que anteriormente chamávamos de um uso abusivo da droga, hoje ultrapassa a dependência das substâncias psicoativas, elevando quaisquer objetos a este estatuto: "o modelo geral da vida cotidiana no século XXI é a adição. Se cada um goza sozinho com sua droga, toda atividade pode tornar-se droga: o esporte, o sexo, o trabalho, o *smartphone*, o *facebook*" (Miller, 2011).

Segundo Feffermann:

Os movimentos da "globalização" produzem efeitos paradoxais, uma vez que as relações objetivas entram em contradição com os conteúdos das promessas liberais nas quais todos possuem as mesmas oportunidades de ascensão social e de consumo. Ocorre, então, a exclusão (ou inclusão marginal) de uma massa cada vez significativa, de dimensão marcante nos intercâmbios simbólicos tal como estes se apresentam e são valorizados nas sociedades capitalistas. Quer dizer, o consumo possui dimensão simbólica com elevada significação social (2006, p. 31).

Nessa seara, a marca própria do discurso capitalista neoliberal, revestido de colonialismo, é o apagamento do sujeito através da massificação dos objetos que pretende abolir a dimensão da alteridade ao reduzir sujeitos a objetos, encobrindo a possibilidade de laço social, produzindo um sujeito hiperindividualista, ocupado em responder aos ideais de promoção e produtividade. Trata-se

para ele de um indivíduo autista e consumidor, que rechaça a dimensão constitutivamente política da existência, subalternizando-se pela alienação aos significantes-mestres, podemos acrescentar, dos imperativos de gozo capitalista neocoloniais.

Os adolescentes, diante do ganho ofertado pelo tráfico, lançam-se ao convite de consumo feito pelo discurso vigente, como forma de, pela via do objeto, reencontrar um lugar respeitável e de pertencimento na sociedade que os exclui reiteradamente. É pela via do tráfico que os adolescentes, para além de "ajudar em casa", podem ter acesso a bens de consumo, muitas vezes básicos, com os quais os adolescentes, pobres ou não, são instados a consumir: *Eu quis comprar as roupas de marca, boné, as coisas assim. Ai eu fui e entrei para o crime. [...] Eu ficava vendo meus manos usar os trem pela ordi e eu nem usava as roupas boas. Boa tipo assim... As roupas de marca e esses trem assim*" (Luan, N61)

A via do consumo se apresenta para estes adolescentes como uma possibilidade de neutralizar todas as desigualdades das quais eles são vítimas. Através do consumo - bonés, chinelos, tênis, óculos, bicicletas, motos, roupas de marca, motos, maquiagens - os adolescentes acreditam imaginariamente poderem circular de forma mais livre pela cidade. Ledo engano, já que como eles mesmos dizem: "uma vez favelado, sempre favelado."

O jovem do tráfico encarna assim, para além do próprio tráfico, o protótipo do sujeito do laço capitalista que é provocado a atestar seu valor pela lógica do consumo. Diante da ciência das poucas oportunidades de ganho material, da precariedade financeira de suas famílias, o adolescente vê no tráfico a única oportunidade de acesso ao dinheiro capaz de viabilizar seu pertencimento pela lógica do consumo: "*Entre*



pelo dinheiro, não tem revolta, não tem nada, é mil reais por dia, quem hoje ganha mil reais por dia? Ninguém, né?" (Jorge, N17).

Um aspecto marcante na narrativa sobre o tráfico é o atravessamento da masculinidade na subjetividade e estabelecimento dos laços sociais. Masculinidade, aqui, entendida como uma forma hegemônica de se tornar homem, a partir de um conjunto de valores, condutas, signos e significantes que moldam o que significa ser homem, o que, na cultura contemporânea, corresponde a obter poder, ainda que imaginariamente, e exercer controle sobre bens e corpos, numa tentativa (sempre fracassada) de alcançar um ideal de virilidade (Lima, 2020). Um adolescente relata esse controle no estigma colado às mulheres que se relacionam com homens envolvidos no tráfico de drogas: *"O próprio crime eles acolhe isso, eles mesmos os traficantes, por isso tem, eles usam aquele ditado, 'essa aí é mulher em bandido', que gosta de apanhar. Mas não é, porque eles usam esse termo 'mulher de bandido', porque o bandido mesmo é os que mais bate em mulher, né"* (Jonas, N25). Está presente também em algumas das narrativas a convivência com a violência masculina desde a infância, frequentemente atrelada ao uso abusivo de álcool. Marques (N31), por exemplo, relata que seu pai chegava em casa após beber e o agredia muito. Thalita (N9), por sua vez, relata que já presenciou agressões do padrasto contra a mãe e, no mesmo sentido, Murilo (N4) afirma que o pior dia de sua vida foi quando o padrasto bateu em sua mãe.

Um outro jovem narra sua própria experiência: *"Peguei uma maria da penha antes de ontem da minha ex mulher, que tá grávida agora, que eu nem pus a mão nela não, só por causa de ameaça, mas ameacei mesmo, cê é doido, se você tiver sentando pra outro eu vou*

explodir seus miolos, cê doido? Mulher tá grávida minha e vai ficar sentando pra outro homem?" (Jorge, N17). Essa narrativa demonstra não apenas uma ideia limitada do que seria violência, já que a ameaça não é compreendida como tal, mas também uma certa ideia de que o sujeito teria direito sobre o corpo e a sexualidade da mulher com quem se relaciona.

Na adolescência, esse aspecto ganha contornos específicos, uma vez que, como mencionado anteriormente, seguir exigências impostas pela cultura é uma das maneiras de pertencer a algum grupo, inclusive como forma de amenizar os efeitos das vulnerabilidades sociais às quais estão expostos (Nogueira et al, 2020). No caso dos meninos, o envolvimento com o tráfico traria mais facilidades na aproximação sexual com as meninas e, conseqüentemente, mais possibilidades de demonstração de virilidade junto aos pares, pois, segundo um deles, *"é muito mais fácil pegar mulher quando você está no tráfico, porque elas gostam de bandido; antes de eu ir pro tráfico eu nem pegava muita mulher não, agora que eu tô começando a ir para o tráfico eu tô pegando mulher demais."* (Otaviano, N26). A demonstração de virilidade pela via da vida sexual ativa e com diversas mulheres aparece também na exigência da heterossexualidade enquanto ideal de masculinidade. Essa dimensão é relatada por uma adolescente que diz que um dos códigos de conduta da organização que fazia parte é a proibição da homossexualidade. No caso dos meninos, essa proibição se relaciona com a tentativa de afastamento do sujeito de qualquer postura que seja interpretada como submissa, passiva e afeminada.

Esse cenário nos leva, conseqüentemente, a uma diferenciação das



posições ocupadas por meninos e meninas na própria dinâmica do tráfico, pois a masculinidade atravessa a dinâmica das organizações, a hierarquia das posições ocupadas e o risco que cada um dos sujeitos deverá assumir dentro do tráfico.

7.5.4. ROTINA E O ADOLESCENTE

A maioria dos adolescentes relatam o engajamento com o tráfico por volta dos 10 anos de idade, sendo que alguns adolescentes dizem ter começado até mesmo antes dessa idade. Os adolescentes começam inicialmente em funções de vigilância como olheiros e executando pequenos favores para os traficantes até demonstrarem perfil para o engajamento determinado no tráfico. No trabalho na pista, diretamente com a venda das drogas, os adolescentes precisam demonstrar responsabilidade com a "carga", com horários e com o dinheiro, capacidade de cumprir ordens e obedecer às regras estabelecidas sem questionar. Precisam ser jovens, menores de 18 anos, para poderem circular pela pista sem o risco de longa detenção no sistema prisional, mas não jovens demais capazes de comprometer o trabalho de vendas, uma vez que exige que tenham certa postura, habilidade para fazer contas e possibilidade de cumprir longas jornadas no trabalho:

Foi por causa que, foi uma vez que eu estava indo para a escola e um rapaz que era envolvido pegou e falou, vamos ali comigo fazer um corre ali. Eu falei, fechou. Ele falou, vou te dar vinte

real. Eu falei, tá bom então. Só que eu não entendia nada disso. (Ruan, N58)

..... ”
“

Na minha é dos 11 pra frente. [E o que você acha? Por que você acha que tem de ser dos 11 pra frente?] Porque, se a pessoa depender de um menino de 8 ou 9 anos, ele não sabe fazer conta. Se deixar ele na pista, ele vai te dar derrama e você vai ser obrigado a pegar a criança. [A condição é fazer conta?] Lógico! Você vai vender droga sem saber fazer conta? Você vai dar dinheiro a mais para os caras. (Jeronimo, N49)

..... ”
“

Eu ficava tipo 12h, pegava 6 horas da manhã e largava 6 horas da tarde, dava 12 horas de plantão. Com essas 12 horas eu fazia uns 700, 800 real, ainda tem que pagar os da atividade 120 real, e era eu e mais um na pista. (Márcio, N35)

..... ”

Os adolescentes, menores de idade, aparecem como escudo, "caras", dos traficantes mais velhos, expondo-se com maior frequência na pista: "Quando eu faço 17 e os caras vê que eu tô representando, que eu to vendendo muito, que eu não abandonei a boqueira independente do que aconteceu na biqueira, aí eles vai e dão uma cara pro seu plantão, proce colocar alguém pra vender pro cê, e não precisar colocar a cara. Sempre fui a cara de alguém" (Otaviano, N26).

A hierarquia no tráfico de drogas pode variar dependendo da organização criminosa, da região geográfica e de outros fatores



contextuais. No entanto, muitas vezes segue uma estrutura semelhante à de uma empresa, com diferentes níveis de deveres, direitos, responsabilidades e autoridade. Os adolescentes descrevem basicamente essa hierarquia:

1. Chefes, patrão, paizão, moço: São os responsáveis pela tomada de decisões estratégicas e pelo controle geral da organização criminosa. Eles determinam as operações, estabelecem políticas, gerenciam alianças com outros grupos e lidam com questões financeiras. Geralmente, esses líderes estão em um nível alto de anonimato e podem operar em locais distantes das áreas onde a droga é vendida: *"Ser dono de uma favela não é ser dono de uma boca. Então você tem que se preocupar com as drogas todas das bocas, não pode deixar as boca parar. Você tem que mandar o dinheiro para os cara para trazer mais mercadoria pra mandar para as favelas. Então é muita coisa"* (Jerônimo, N49)

2. Gerente Superior: São responsáveis por adquirir grandes quantidades de drogas diretamente dos fornecedores e distribuí-las para os pontos de venda. Eles mantêm contato com os fornecedores, negociam os preços e a quantidade de drogas e organizam a logística de transporte.

3. Sub-gerentes ou chefes de área: São responsáveis por supervisionar as operações em uma área geográfica específica, como uma cidade, bairro ou região. Eles coordenam as atividades de tráfico de drogas, supervisionam os pontos de venda de drogas, gerenciam os distribuidores e garantem o cumprimento

das metas de vendas. Como gerente se ganha menos, menor risco, mas tem maior responsabilidade: *"1500 por semana pra descer a droga e trazer. agora na boca é cabuloso, vc ganha 1000 por plantão, 7 às 7, ruim e cabuloso, xaina, correr de polícia toda hora."* (Jorge, N17)

4. Vendedores de rua, pista, guerreiro ou aviãozinho: São responsáveis por vender drogas diretamente aos usuários finais em pontos de venda de drogas nas ruas, praças públicas ou em locais designados. Eles trabalham em estreita colaboração com os distribuidores de nível superior e muitas vezes são os mais visíveis na operação do tráfico de drogas. Na pista se ganha mais, mas o risco é maior. O maior risco é sempre a polícia apreender a sua carga, ou a violência policial. A carga perdida ou apreendida gera normalmente uma dívida com a boca, que dificulta a saída deste adolescente da atividade. Em geral, a remuneração está atrelada a um percentual do "kit" que os adolescentes recebem para comercializar. Este normalmente é composto por drogas como maconha, cocaína e crack. É comum no relato dos adolescentes institucionalizados ganhos que giravam entre 750 e 1000 reais por turno trabalhado.

5. Vapor ou Olheiros: Observar a movimentação de pessoas e veículos nas proximidades dos pontos de venda de drogas ou de outras operações relacionadas ao tráfico. Identificar a presença de policiais, autoridades ou pessoas suspeitas e informar imediatamente os traficantes para que possam tomar medidas para evitar ações policiais ou confrontos. Garantir a segurança dos locais de operação,



prevenindo invasões de gangues rivais, roubos ou outras ameaças à segurança dos traficantes e do estoque de drogas. Manter contato constante com os traficantes por meio de dispositivos de comunicação, como telefones celulares ou rádios, para transmitir informações importantes em tempo real. Em geral recebem entre 100 e 200 reais

Os adolescentes começam como olheiros, ou vapor^{6t}, em regimes de plantão, recebendo uma diária de 100 a 200 reais. Depois, ao crescerem na organização, os adolescentes vão para a pista, ganhando nova rotina e outra modalidade de remuneração: "Vapor, primeiro você começa a vender, aí depois você vira gerente, você começa a servir os caras. Aí depois você mesmo tem a sua própria droga para vender. Então eu era vapor, gerente e patroa, praticamente." (Eunice, N50). Um adolescente nos relata que começou com a função de olheiro, trabalhando todos os dias de 07 às 23h, momento em que parou de estudar e ganhava duzentos reais por dia. Ao completar 11 anos, foi encaminhado para vender droga: "e já me soltou na boca que é vender a droga". Conta que trabalhava todos os dias de 08 às 22:30, que vendia todo tipo de droga, mas a melhor para vender era o "pó". Diz ainda que ia gente de todo lugar comprar a droga, inclusive, os policiais. Muitos possuem conjugação criminosa com outras atividades como roubo, furto e receptação. Dentro do próprio tráfico muitos são demandados a fazerem outras infrações como ameaça, agressões ou homicídios. Aderem a estas demandas por respeito, medo e fidelidade ao patrão.



(...) lá tem a cadeia do paizão. paizão deu a ordem a gente faz senão a gente toma também; o paizão deixa a gente mais forte, agora que a gente tá na melhor a gente vai deixar o paizão falando? Ele que deu o corre pra nos fazer, a moto eu tenho peguei na mão dele, conheci ele antes dele ser preso lá na favela (Jorge, N17).



Uma pontuação importante a se fazer é em relação à divisão de gênero na dinâmica do tráfico de drogas. As meninas costumam ocupar o lugar de gerente das bocas, por ser uma função menos expositiva, mas que exige maior escolaridade: "Eu acho que as meninas que estão na gerência, eu acho que elas querem ficar na gerência porque é menos risco, né? Porque elas já chega, só entrega a droga e vai embora. Só aparece lá pra saber se está faltando alguma droga e para recolher o dinheiro. Então para elas é muito melhor a gerência que a pista." (Jeronimo, N49). Esse aspecto coincide com as responsabilidades assumidas pelas meninas com cuidados com familiares, filhos e casa, uma vez que ocupar cargos de menor risco possibilita a manutenção do trabalho reprodutivo no círculo familiar.

A rotina de trabalho no tráfico de drogas parece variar dependendo de vários fatores, incluindo a área geográfica, a organização criminosa envolvida e a estrutura do mercado local de drogas. No entanto, na escuta das narrativas os adolescentes apontam as seguintes atividades como pertinentes de um vendedor:



- **Os turnos:** os adolescentes que trabalham na pista relatam, em sua maioria, rotinas de turnos de 12 hs por 36 hs. Essa lógica de escala faz com que os adolescentes não tenham dias fixos na boca, podendo alterar inclusive o plantão noturno ou diurno. Toda essa temporalidade de turnos do tráfico impossibilita a permanência desse sujeito na escola na medida em que independente do plantão, seja ele manhã ou tarde, ele interfere no horário escolar: (...) dia sim dia não na biqueira, um dia vendendo, um dia em casa deitado, de noite saia pra dar role mesmo e comer alguma coisa, saia 7 da manha as 16 da tarde, trabalhava e ia pra casa, no outro dia ficava descansando. eu achava puxado, dormia de vez em quando, é cansativo o trabalho na pista porque toda hora tem que esticar a mão quando não tem que correr, aí você fica cansado quando você corre, da polícia. sempre tive lucro. (Otávio, N24)

- **Preparação:** Antes de iniciar o turno, o vendedor de drogas da pista deve realizar tarefas de preparação, como conferir o estoque de drogas disponível, garantir que haja o necessário para a distribuição e transações.

- O posicionamento deste vendedor vai depender da dinâmica de venda daquele local: se é varejo ou atacado; se é ponto fixo em uma biqueira, se é tele entrega, uber, drive Thru.

- **Finalização de turno:** Na entrega dos turnos, os adolescentes precisam entregar o valor vendido, a arma e a droga remanescente para o estoque e dar baixa na sua "carga".

- A gerência da boca passa em horários específicos para entregar a droga para o próximo plantão e retirar o dinheiro. A maioria relata que esse cargo é ocupado normalmente por mulheres vinculadas ao tráfico, por ser um trabalho menos expositivo.

- A maioria dos adolescentes, quando

estão em função, não consomem drogas, com exceção da maconha.

Neste contexto, alinhamo-nos com a perspectiva de Feffermann (2008) ao afirmar que o tráfico de drogas apresenta uma estrutura análoga àquela encontrada em atividades laborais lícitas. Este sistema operacional é caracterizado por uma divisão de tarefas que permeia as relações entre os agentes envolvidos e o produto em questão. As responsabilidades são atribuídas e devem ser executadas com rigor, uma vez que as consequências por falhas na execução podem ser severas e acarretarem prejuízo e punição do responsável. O fornecedor, por exemplo, confia a mercadoria ao intermediário sob o regime de consignação, com a expectativa de prestação de contas ao final do dia ou no subsequente. Este intermediário, por sua vez, distribui o produto aos pontos de venda, os quais são obrigados a reportar suas transações no mesmo dia. Após este processo, o intermediário separa a porção destinada ao fornecedor e remunera os demais envolvidos:



Ganhava mil real por dia, mano. Lá é mais organizado, é igual um serviço, uma empresa. Porque é organizado, tipo é 7 às 7. Se você chegar atrasado, ou você toma balão ou você toma multa. Balão você não vende droga no dia. Você vai pegar plantão só no outro dia cedo. E multa, o cara fala ' vou deixar você vender hoje, mas no final do plantão você tem que dar 500 reais seu, porque chegou atrasado'. Eu já vendi à noite e já vendi de manhã, mas dessa vez que eu rodei estava de manhã. Pra mim, eu prefiro à noite, porque eu fiquei 4 meses foragida. Dos 4 meses, acho que 3 e pouco eu fiquei à noite e



não rodei, aí eu passei para de manhã eu rodei. De manhã é mais, parece que a hora demora mais. À noite, chega uma hora que os botas não rodam mais (Jeronimo, N49).



No mercado de varejo, o tipo de venda depende da boca a qual o sujeito está vinculado, se é mista ou apenas uma droga. Em sua grande maioria, os adolescentes recebem o que chamam de “kit” ou carga para venderem durante o plantão, sendo o mercado na Leste de varejo. Vendem maconha, cocaína, crack, bala, doce, lança perfume.

A remuneração no tráfico varia e depende da função ocupada por cada um dos adolescentes. Eles relatam que normalmente o sujeito inicia sua trajetória no tráfico através da função de olheiro. Essa atividade é desenvolvida em formatos de turnos e remunerada de forma fixa. Já na pista os adolescentes que trabalham nas bocas possuem uma remuneração por porcentagem. Nessa dinâmica, eles não ganham por plantão, mas por carga, com porcentagem de lucro podendo chegar a 20% da carga recebida. É uma lógica que promove muitos ganhos financeiros, no entanto, é um esquema que parece colocar o adolescente cada vez mais em risco na medida em que, em determinado momento, ficar na biqueira recompensa mais do que o investimento de tempo em outras atividades, como a escola. Assim, com o passar do tempo, a mudança de posição dentro do tráfico e o estabelecimento de laços nessa atividade, os adolescentes tendem a viver integralmente a rotina do tráfico de drogas, como nos relatou um adolescente: “Trabalhava diariamente de 07h às 22h, após o horário ia para casa, tomava banho e dormia para no outro dia começar cedo novamente” (César, N31).

No geral os adolescentes relatam que o trabalho na pista é muito lucrativo, rendendo em média R\$ 1000,00 por turno: “só dinheiro no bolso, o lucro entrando. igual quando eu era da pista chega e pedia pra ralar 48 horas seguidas. saia com 2000, 2100, 2200, em dois dias, dá dinheiro” (Otaviano, N26). A lógica do lucro faz com que muitos adolescentes virem turnos, na tentativa de acumular maior lucro possível: “Valia, né, porque era muito dinheiro. Virava muito, virava uma, depois vira mais uma, depois virava mais uma pra tirar mais lucro”(Otaviano, N26). Em função do lucro, o adolescente empreende longas jornadas, ficando sua rotina restrita ao tráfico, sem espaço para outros espaços de socialização e circulação.

De acordo com alguns adolescentes, a busca pelo lucro também influencia na escolha de evitar cargos de gerência ou subgerência dentro da hierarquia do tráfico de drogas. Para eles, a responsabilidade do gerente sobre diversas áreas de venda implica em gerenciar conflitos, fiscalizar a entrega de drogas e valores, o que frequentemente exige a adoção de posturas violentas para mitigar prejuízos. Em face de dívidas contraídas, o gerente se encontra obrigado a “cobrar ou bancar”. Além disso, eles argumentam que essas posições apresentam uma dinâmica de remuneração e exposição ao risco mais delicada em comparação com o trabalho direto na “pista”. A função de gerente ou subgerente frequentemente requer o abastecimento das áreas de venda e a retirada de lucros com base na totalidade das vendas, o que implica em um processo menos imediato de obtenção de ganhos: “Porque o gerente, dependendo, recebe só por quilo. Eles recebem só quando a mercadoria acabar. Nós não, nós recebe por dia, então nós recebe muito mais que eles” (Jeronimo, N49). O gerente depende do fluxo de



drogas em todas as áreas de venda para receber sua parte proporcional do lucro, o que contrasta com o imediatismo do pagamento pela atividade na "pista".

Apesar de prezar pelo fluxo intenso e constante de dinheiro, os adolescentes possuem uma relação bem particular com ele. O dinheiro que entra também sai rápido, em uma relação de tráfico e consumo repetitiva e curto-circuitada. A dificuldade em reter os ganhos do tráfico faz com que eles qualifiquem o dinheiro deste trabalho como "amaldiçoado". Essa dimensão do "dinheiro amaldiçoado", comumente aparece no discurso dos adolescentes carregada de uma leitura moral acerca do dinheiro e conseqüentemente do trabalho que o produziu. Em seus discursos, eles afirmam que o tráfico, ainda que seja um trabalho que dá dinheiro, trata-se de um "dinheiro sujo", por ser fruto de uma ilicitude, portando em si uma maldição que é o fato de que, "dinheiro do crime é assim, né, amaldiçoado". Por isso mesmo, assim como "Ele vai rápido e volta rápido" (César, N31); "É um dinheiro que é leva e traz" (Murilo, N4); "Porque tudo que o diabo te dá com uma mão ele tira com as duas, né?" (Márcio, N35).

Esse é ponto interessante porque escancara, mais do que a ilicitude do meio de obter esse dinheiro, o empuxo ao consumo que faz como que o dinheiro desapareça, para depois precisar reaparecer em uma compulsiva lógica de acumulação pela via dos plantões: "E num rendia, sumia rápido, assim, quando eu ia ver cadê o dinheiro? Sumia." (Márcio, N35). O discurso contemporâneo exerce um impacto considerável não apenas sobre os adolescentes envolvidos no tráfico de drogas, mas também sobre todos os indivíduos, ao promover um convite ao consumo compulsivo. Todavia, as ramificações desse convite resultam em

conseqüências diversas para os adolescentes mencionados.

A compulsividade como marca do discurso contemporâneo, agregada à violência a qual estes adolescentes estão relegados, faz com que haja uma temporalidade própria a reger a conduta destes adolescentes. Um adolescente nos diz: "Tem que ter um pouquinho de ostentação, eu gosto de gastar demais, copão de whisky, tem que gastar, você não sabe o dia de amanhã, depois você morre aí. Se eu morrer aqui agora eu não vou levar nada. Vou levar tristeza" (Jorge, N17). Essa fala é bastante ilustrativa sobre como os riscos do tráfico são compreendidos pelos adolescentes, uma vez que demonstra que a finitude é uma possibilidade que ronda a realidade desses sujeitos. Essa perspectiva aparecerá, também, nos diversos relatos de perda de amigos e familiares pelo envolvimento no tráfico de drogas, seja pela violência policial ou por conflitos internos inerentes à dinâmica da atividade.

A possibilidade iminente da morte encurta o horizonte temporal destes adolescentes fazendo com que a compulsividade, marca de nossa época, seja aqui preponderante. Nossa pesquisa corrobora os achados de Feffermann (2008) ao apontar que a compulsividade é uma marca importante na relação destes jovens com o tráfico. Diante do risco iminente, o presente ganha relevo fazendo com que nenhum adiamento de satisfação seja necessário. O princípio do prazer se sobressai em relação às exigências da realidade, fazendo com que nenhuma contenção ao gozo se imponha.

Por isso, eles vivenciam intensamente cada momento, impulsionados pela incerteza constante de sua sobrevivência em uma vida marcada pelo risco. Incertos sobre a própria



sobrevivência, eles optam por viver o presente de forma intensa, consumindo e agindo sem reservas. O presentismo no qual estes adolescentes estão imersos, faz com eles gastem o dinheiro no hoje, sem projetar oportunidades ou investimentos futuros: "Talvez, vai que eu comece a vender com 18 anos. Só Deus sabe. [...] [Por que você tem tanto receio de pensar o futuro?] Deixa rolar.. [Por que?] Nada, só não quero pensar. Deixa rolar. Não sei se amanhã eu vou estar vivo." (Jerônimo, N49).

Poucos conseguem guardar o dinheiro ou usá-los de forma a garantir sua sobrevivência para além do tráfico, como um adolescente que nos relata guardar dinheiro, cerca de 15 mil reais, afim de comprar uma casa para a mãe, ou outro que depositar periodicamente uma quantia no banco a fim de garantir uma renda para depois de completar seus 18 anos. O risco de morte iminente, somado ao consumismo transforma a relação que os adolescentes sustentam com o tempo, permeado pelo imediato, imersos em um eterno presente, sem a possibilidade de projetar algum futuro.

Tomando o ato infracional por esta lógica, a da adição generalizada, podemos pensar que a compulsão ao ato, via reincidência, constitui um modo particular de gozo, a busca de uma satisfação a mais, instado pelo convite de consumo do discurso do capitalista. Trata-se, nesses casos, de uma satisfação de gozo que extrapola o princípio do prazer. Neste para além do princípio do prazer, na repetição do seu ato, o que o sujeito encontra é um real que coloca em cena pura pulsão de morte, que ao engendrar a repetição submete o sujeito a um empuxo ao gozo, apontando um destino maligno. Para Lacan (1969-70), a repetição, ao engendrar-se rumo ao gozo, sem o enquadramento significativo do simbólico,

encaminha o sujeito para as saídas trágicas de seu ato. Assim, podemos tomar o ato infracional recorrente, na série de respostas à demanda convulsiva, que faz com que o sujeito intencione com seu ato, a tentativa de uma satisfação direta, pela via do consumo oportunizado pelo tráfico.

Daí a imersão compulsiva no tráfico, daí a evasão da escola, essa que sustenta uma moratória temporal, na qual o adolescente se forma para depois entrar em mercado de trabalho que irá recompensar menos financeiramente e exigirá do adolescente certa conduta de modos de vestir, de falar, de andar, que o tráfico não exige. Por isso, diversos adolescentes relatam que a escola e a profissionalização estão em uma relação inversa com o tráfico. Os adolescentes normalmente param de estudar para dar conta da rotina laboral do tráfico, que exige plantões longos de 12 horas, impossibilitando a permanência do adolescente no espaço escolar.

“

Esse ano eu parei no 9 ano, ano passado eu fiz o 8 ano e tava no [Nome do bairro] ano passado, ralando lá. Aí eu fiz o 8 completo, passei por ano e esse ano eu parei de estudar. Comecei a ter mais coisa pra fazer ,comecei a querer parar de ir pra escola. Tinha mais coisa pra fazer, mais drogas para vender, mais dinheiro pra fazer, de repente eu comecei a pegar plantão demais (Otaviano, N26).

.....”

Uma vez longe da escola, esse adolescente só voltará a estudar se optar pela desistência do tráfico, ou em breves períodos de cumprimento de medida em unidade



socioeducativa. A maioria dos adolescentes param de estudar ao entrar no tráfico e retomam seus estudos apenas esporadicamente dentro das medidas socioeducativas. Estudar se torna uma motivação acessória dentro de uma relação de urgência, sobrevivência e consumo a qual estes adolescentes estão relegados. Acreditam que a escola não pode ensinar nada que os ajude a sobreviver e a consumir.

Nessa mesma perspectiva os adolescentes apontam para a impossibilidade de profissionalização. Os adolescentes que estão no tráfico não possuem uma rotina cotidiana que os permita investir tempo para se profissionalizar em alguma outra atividade laboral. Assim, somente quando são apreendidos e entram para o socioeducativo é que esses adolescentes possuem a moratória social de dedicarem-se à escola e à profissionalização sem serem atravessados pela rotina do tráfico. Na narrativa de um adolescente, ele diz que a medida socioeducativa *"fornece curso, fornece oportunidades de profissionalização; eu acho que o menor tinha que ficar aqui até ele conseguir um negócio, um emprego mesmo, não até completar a medida, porque não é fácil."* (Romário, N38). Essa lógica demonstra um aspecto contraditório, uma vez que é dentro de uma medida socioeducativa, que estes adolescentes vão ter acesso a direitos básicos e necessários à sua constituição de sujeito e cidadão, onde para ter acesso a eles foi necessário antes violar a lei. Como pensar então as medidas protetivas para além das medidas socioeducativas? Isto é, como pensar políticas que capturem o interesse desses adolescentes antes que o tráfico seja compreendido como a única saída para a subalternização?

De qualquer modo, a oportunidade de profissionalização proporcionada por esta breve

interrupção que se configura como medida socioeducativa, muitas vezes se mostra muito distante da realidade dos adolescentes. Mesmo que os jovens participem ativamente das oportunidades de formação oferecidas, é raro que consigam, por meio delas, alcançar uma inserção satisfatória no mercado de trabalho formal, que lhes garanta uma segurança financeira mínima para sustentar essa escolha.



[Você chegou a fazer algum curso profissionalizante?] Eu tenho muito certificado. Eu tenho certificado de comunicação solidária, salgados, jovem aprendiz, administrativo, rede cidadã. [Você nunca fez nada com esses cursos na pista?] Não. Pra isso não serve (Helena, N47).



Muitas vezes as ofertas de cursos profissionalizantes as quais eles se inserem, os formam para ocuparem postos na lógica do trabalho informal, sem reconhecimento social, nem remuneração. Uma vasta oferta que os manterão na informalidade, mas não na ilegalidade. Esse é um ponto importante que ouvimos nos discursos dos adolescentes: o importante não é que esse sujeito se insira na lógica do trabalho formal, mas que ele saia da ilegalidade do tráfico. Assim, a oferta dos cursos que garantam a informalidade do trabalho coadunam com o empuxo do discurso contemporâneo que preza pelo empreendedorismo dentro do contexto da reestruturação produtiva e das transformações no mundo do trabalho associadas ao neoliberalismo:



“

Fiz 2 de padeiro, 2 de chapista, 1 de confeitaria, 1 de trabalhista. Tudo aqui, Fiz e vou fazer mais. Mas é melhor escolher e fazer mais tudo que é ligado ao outro. Não vou sair fazendo tudo quanto é curso que tem aí não, porque não adianta. Vou fazer o que eu sei que vai dar retorno. (Sérgio, N2).

”

Antunes (2015) examina o impacto da reestruturação produtiva no contexto neoliberal sobre o mundo do trabalho, identificando mudanças significativas, como o aumento do desemprego, a flexibilização das relações trabalhistas e a precarização das condições laborais. A adoção de uma escala e lógica de produção globalizada de mercadorias, juntamente com a diminuição dos direitos trabalhistas e a deterioração das condições de vida, tem contribuído para a emergência de uma sociedade caracterizada pela precarização do trabalho, com a redução da proteção trabalhista, afetando de modo particularmente severo os jovens. Nesse sentido, a precarização, tanto objetiva quanto subjetiva, emerge como um elemento intrínseco do capitalismo em sua forma neoliberal.

É nesse sentido como o empreendedorismo e a uberização do trabalho representam uma forma de organização laboral que reflete as transformações do mundo do trabalho sob o neoliberalismo e é caracterizado pela precarização e flexibilização das relações de trabalho, resultando em condições laborais instáveis e inseguras para os trabalhadores, especialmente os menos qualificados. Essa forma de organização do trabalho é marcada pela ausência de direitos trabalhistas, como

salário mínimo, horas regulares de trabalho, seguro saúde e aposentadoria. Para os trabalhadores, o trabalho uberizado frequentemente implica em uma jornada de trabalho prolongada e imprevisível, além de uma remuneração muitas vezes insuficiente para garantir um padrão de vida digno. Além disso, eles enfrentam a falta de proteção social e a insegurança em relação ao futuro, já que não têm garantias de emprego ou benefícios trabalhistas.

Antunes (2015) aponta que a informalidade do trabalho uberizado é uma manifestação extrema da lógica neoliberal de desregulamentação do mercado de trabalho, na qual os trabalhadores são tratados como prestadores de serviços autônomos, responsáveis por sua própria subsistência e bem-estar, enquanto as empresas se beneficiam da flexibilidade e redução de custos que esse modelo proporciona.

Para Antunes (2015) a noção predominante de empreendedorismo enfatiza a individualidade, a competição e o sucesso pessoal, obscurecendo as desigualdades sociais. Ele enfatiza que, dentro do contexto neoliberal, o empreendedorismo é frequentemente apresentado como uma resposta aos desafios do desemprego e da precarização do trabalho, propagando a ideia de que os indivíduos podem alcançar o sucesso por meio de sua própria iniciativa e esforço. Contudo, ele salienta que essa concepção obscurece as desigualdades sociais e estruturais subjacentes e pode levar a uma intensificação da precarização do trabalho, ignorando inclusive as barreiras estruturais que dificultam o acesso ao empreendedorismo, tais como a escassez de recursos financeiros, educacionais e sociais, assim como as condições adversas do mercado de trabalho.



Assim, é possível observar que o engajamento no tráfico de drogas, apesar de ser uma atividade ilegal, emerge como uma das poucas alternativas para os indivíduos marginalizados, cujas habilidades e qualificações não se alinham com as exigências do mercado de trabalho legal (Faria e Barros, 2011). Dentro da lógica do empreendedorismo e da informalidade do trabalho, os adolescentes parecem continuar optando pelo tráfico que, na falta de uma garantia de direitos trabalhistas, proporciona uma renda maior capaz de inseri-los na lógica do consumo para além da subsistência. São advertidos que sem escolarização e profissionalização não sairão da informalidade. Se eles entram pela precariedade material, permanecem por perceberem que nenhum trabalho "honesto" pagaria a eles, "sem qualificação para o mercado", o valor que recebem no tráfico: *"Entre pelo dinheiro, não tem revolta, não tem nada, é mil reais por dia, quem hoje ganha mil reais por dia, ninguém né"* (Jorge, N17).

Percebemos como elemento consistente desta pesquisa a relutância dos adolescentes em aderir ao trabalho formal, devido à percepção deste como uma forma de exploração. E para além disso, captados pelo imediatismo do discurso neoliberal, não conseguem se engajar na lógica do trabalho formal, quando conseguem essa oportunidade. O trabalho revela uma atividade pouco recompensadora, uma vez que não proporciona condições para alcançar o padrão de vida desejado e idealizado como representativo de sucesso e valorização pessoal do discurso neoliberal. Jeronimo (N49), nos relatou que trabalhou como jovem aprendiz na BHTrans, durante 6 ou 7 meses, oportunidade que conseguiu através da medida socioeducativa de internação que cumpria. Esse adolescente relata ter aprendido

o trabalho, gostado de lá, das relações, mas que no entanto, abandonou este trabalho quando fugiu da internação. Questionado sobre o motivo do abandono, o adolescente nos disse que não dá conta de esperar o mês inteiro para receber, preferindo o esquema do tráfico que paga por dia.

Aqui precisamos repensar qual a qualidade dos cursos oferecidos para os adolescentes, e nos questionar se ofertar cursos com os quais eles pudessem trabalhar como autônomos é o suficiente para retirá-los da lógica de trabalho da ilegalidade, bem como garantir a sustentação de seu trabalho informal, porém legal. Ou não seria essa oferta compulsiva de cursos para trabalhos precarizados uma forma de responsabilizar novamente esse adolescente pela sua condição de empregado, desempregado ou inempregável?

De toda forma, se a economia neoliberal exige que o Estado se retraia e seja mínimo possível na educação, na profissionalização e na garantia dos direitos trabalhistas, ela ao mesmo tempo exigirá deste mesmo Estado, para fins protecionistas, que ele expanda seu poder penal. E é isso que ouvimos no discurso destes adolescentes. Se estes adolescentes estão atravessados por vulnerabilidades econômicas, estruturais, sociais, se eles são violados pela lógica de trabalho do tráfico de drogas, sendo individualmente responsabilizados por ela, ainda serão vítimas do poder penal do Estado. Essa posição é reiterada por Feffermann(2008) ao nos lembrar que a ideia de o Estado não estar na periferia é enganosa, já que ali ele está enquanto segurança pública, ainda que agindo de forma arbitrária.



7.5.5. DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA POLICIAL

Como vimos acima, o trabalho no tráfico para garantir o lucro e a possibilidade de inserção pelo consumo, exigirá do adolescente circular pela pista e cumprir turnos, o que os expõe ao risco de violência policial, de perda de cargas e de ameaças rivais. Se a polícia apreende a carga de algum vendedor da pista, vai de boca para boca a possibilidade de arcar com os custos da carga perdida. Muitas bocas cobram do adolescente o valor perdido e dependendo do quão visado é este adolescente para a polícia, a possibilidade de acúmulo de dívidas de cargas perdidas é muito grande.

Quanto mais tempo na pista, mais expostos os adolescentes ficam ao reconhecimento dos policiais. Essa dinâmica engendra em um maior número de apreensões, o adolescente “roda mais”, ensejando muitas entradas no sistema socioeducativo, diante da reincidência justificando uma medida de internação e ainda vulnerabilizando esse sujeito junto ao próprio tráfico, com o qual este adolescente acaba acumulando dívidas. Os adolescentes relatam que são expostos a outros riscos, para além da violência policial. A própria dinâmica criminal da região, suscita conflitos nos quais eles são obrigados a se posicionarem com seus corpos, para além de uma mera relação de trabalho. A lógica bélica parece ser uma constante para os adolescentes que estão no tráfico: *“Se você entra numa boca agora e ela entra em guerra por uma coisa que não te dizia respeito, você também faz parte. Já vi muita gente ser jurada de morte por causa da guerra”* (Romário, N38).

A violência que atravessa a criminalidade resulta não apenas no risco para

os próprios adolescentes, mas faz com que os mesmos passem por perdas de amigos e familiares constantemente, seja pela polícia, seja por conflitos internos. Um adolescente relata ter visto um amigo de infância morrer com um tiro no rosto. Um outro adolescente relatou que tomou um tiro quando estava na pista exercendo a atividade do tráfico. Há também o relato de um adolescente que perdeu grande parte dos amigos de infância, alguns pelo tráfico, outros pela polícia e um por overdose: *“Você perder um amigo seu... tudo que você precisava você contava pro cara.... Até hoje eu fico pensando nele. (...) Até hoje eu escuto a voz dele, ele era inspiração pra mim na quebrada. (...) Eu começo a falar dessas fita e travo. (...) “Eu tento esquecer, já tentei conversar com psicólogo pra esquecer”* (Robson, N1)

A presença constante da polícia no território também aparece como ponto importante para os adolescentes, sobretudo no aspecto da violência e não da proteção. Muitos foram os relatos de abordagens policiais com um forte aspecto de filtragem racial e atravessamento de classe. Para os adolescentes envolvidos com o tráfico, a violência policial acaba se tornando um efeito colateral da atividade exercida, um risco inerente ao próprio trabalho. O risco de ser abordado pela polícia se intensifica uma vez que há diversos relatos de violências físicas, psicológicas e patrimoniais perpetradas pelos policiais contra os adolescentes, incluindo agressões, destruição de bens e ameaças aos adolescentes e seus familiares.. Há, inclusive, relatos sobre maneiras utilizadas pelos policiais para incriminá-los: *“Quando eles pegam, eles fazem covardia com a gente, batem na gente. Tem vezes que eles levam a gente preso forjado, falam que a droga é nossa, sendo que nem a droga é nossa. Pulando na nossa casa, revistas,*



os "trem". (Abraão, N54); "eles te arrastam um beco e começam te bater." (César, N31).

Além disso, alguns adolescentes relatam uma certa perseguição, uma vez que os policiais trocam entre si sobre adolescentes que consideram suspeitos, fazendo com que os mesmos sejam vistos como "marcados" e sendo reiteradamente colocados em suspeição: "Eles tirou foto de mim, jogou lá no grupo deles, desceu comigo e depois disso aí os polícia foram me conhecendo e foi pulando mais em mim, foi me apreendendo os "trem"." (Abraão, N54). Jonas (N25) nos conta que perdeu as contas de quantas vezes "rodou", mas diz que a maioria das vezes foram flagrantes forjados pelos policiais. No mesmo sentido, há relato de que a polícia pede, além de drogas para serem usadas em outras ocorrências, mediante ameaça, exigem também armas. No relato de Breno (N37) essa marca se estende, inclusive, para quem conhece ou convive com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas: "Pra eles todo mundo da comunidade é criminoso, todo mundo que conversa com quem vende droga ali é criminoso, que conhece é criminoso. Desde pequeno eu quando via os cara lá conversava com os cara, os cara falava 'compra um negócio pra mim ali, um refri', ia lá uai, comprava pros cara, voltava, polícia pensava que era do crime, botava a mão em mim, dava tapa na cara... aí eu fui e revoltei".

A relação com a polícia também é apontada como uma maneira de não conseguir sair do crime, uma vez que se a polícia apreende a carga que um adolescente carrega, ele ficará no prejuízo e terá que pagar futuramente: "Ficar dando prejuízo, você não vai poder sair do crime nunca mais. Eu tenho um amigo lá, que está lá na favela, ele deve o patrão 33 mil. Pensa! Você não vai pagar 33 mil da noite para o dia. Você vai ficar o resto da sua vida até terminar de pagar

sua dívida." (Jeronimo, N49).

Diante de toda a responsabilidade, dedicação e risco que o adolescente contrai no território, muitos acabam desenvolvendo uma posição crítica em relação ao tráfico, uma desilusão que surge a partir do envolvimento.



.....
"corre é só prejuízo", só dá prejuízo o crime. Quando o cara entra assim, ...Por isso que eu acho uma coisa ilusória. "quem tá de fora assim vê, vê e fala a não crime é fácil dinheiro fácil, é isso ou aquilo, mas não é fácil, talvez é mais difícil do que a pessoa que tá trabalhando aqui". Cê tá correndo de polícia, ce preocupado com quem pode pegar sua droga ali, ce deixou sua droga ali, foi na padaria ali em cima e cê fica preocupado de alguém pegar, alguém vai e pega sua droga ali, já aconteceu comigo demais, ce nao descobre quem pegou... tem muita pilantragem, eles falam assim, o crime é o certo pelo certo, mas não é. se fosse certo pelo certo seria bom. o foda é que é muita coisa errada que eles mesmo fazem, sabe?(...) Continuar na patifaria dessa eu prefiro não continuar não. Eu fui perceber isso um pouco tarde, né?. Que eu comecei a ficar mais restrito: Falei ah não, não tá compensando não, ué. Igual aí, nós tá dezembro, amanhã já é dezembro né. Amanhã. Aí olha o tempo que fiquei preso (Jonas, N25).



.....
Este adolescente escancara que o tráfico possui uma estrutura de trabalho na lógica neoliberal, tal como lemos com Antunes (2015) acima. Ele precisa vender a droga, cumprir horário, entregar parte do lucro diariamente, contribuir para compra das armas



semanalmente se o morro estiver em guerra, assumir a responsabilidade de defender seu grupo e o risco de defender a si mesmo, seja de gangues rivais, seja da polícia. Se ele perde a droga, risco que o dono da boca está advertido da atividade em questão, quem paga é o adolescente trabalhador da pista. Se ele não paga, apanha ou morre, ou na mão do tráfico, ou na mão da polícia.

“

Prejuízo, é só prejuízo. Ao invés de ganhar dinheiro você tá tomando prejuízo. Você roda e tem que pagar, polícia pegou você ali com os negócio, com as drogas e você tem que pagar as drogas. Aí cê fala uai não compensa não, uai. Cê já tá correndo risco, eles já sabem que a qualquer momento a polícia pode pegar ocê. Você que vai preso por eles e você tem que pagar ainda? Aí eu falei, ah... (Jonas, N25).

.....”

É nesse sentido que esse adolescente denuncia com sua fala, que nessa lógica de trabalho ele entra com o seu único capital de investimento, o corpo, esse que é colocado em risco recorrentemente, em nome de um dinheiro amaldiçoado do qual ele não consegue gozar para além do consumo. Breno (N37) nos diz “O que cansa é a cadeia, tomar tiro, o risco de vida”, o risco de perder seu único bem.

No discurso contemporâneo que permeia não apenas o consumo, mas também a própria esfera do trabalho, o capitalismo transforma tudo em produto, sem que haja um ponto de basta. Sob essa perspectiva, se tudo é produto, tudo também pode ser descartado, inclusive indivíduos, os quais são considerados

como mercadorias. Esta dinâmica é central tanto na formulação da subjetividade neoliberal quanto na representação do adolescente enquanto empreendedor de si, onde o sujeito é reduzido a seu próprio corpo como capital de investimento.

Essa lógica encontra eco na concepção de Agamben (2010) sobre a “vida nua”, na qual a vida de certos grupos é desprovida de valor e interesse, e o exercício da soberania é exercido através da eliminação daqueles que não são, em termos gerais, produtivos. A concepção de Agamben sobre a “vida nua” amplifica essa discussão ao destacar como certas vidas são consideradas descartáveis dentro do sistema dominante e a soberania do Estado é frequentemente exercida através da exclusão e eliminação dos que são percebidos como não produtivos ou não lucrativos. Essa dinâmica revela uma forma de biopolítica onde o valor da vida é determinado não pela sua intrínseca dignidade, mas sim por sua utilidade dentro do paradigma econômico vigente. Trata-se também da “zona de não-ser”, conceito elaborado por Frantz Fanon em sua obra “Pele Negra, Máscaras Brancas” (1952) e ampliado em “Os Condenados da Terra” (1961), que refere-se a um estado de desumanização e alienação imposto sobre os sujeitos colonizados e racializados pelo sistema colonial e pelo racismo estrutural, reproduzido hoje na lógica capitalista.

No contexto neoliberal, a ideia de descartabilidade se entrelaça com a lógica de mercado, onde indivíduos são avaliados e valorizados com base em sua capacidade de gerar lucro e produtividade. A tendência de mercantilização da vida humana resulta em uma desvalorização da dignidade intrínseca de cada pessoa, sendo esta considerada apenas em termos de sua utilidade econômica. Como



consequência, aqueles que não se enquadram nos padrões de produtividade ou que não contribuem para a acumulação de capital são marginalizados e até mesmo excluídos do sistema.

Essa visão reducionista da pessoa humana como capital de investimento sublinha a subordinação do indivíduo aos imperativos do mercado, perpetuando assim a lógica da mercadoria.

A consciência de seu lugar de descartável, seja para polícia, seja para o tráfico, faz com que Jonas (N25) nos diga: *"tem gente que lá dentro e acha que é só dinheiro ainda, mas é que o cara não para e pensa"*.

7.5.6. TENTATIVAS DE SAÍDA

Percebemos, ao longo da pesquisa, que os adolescentes envolvidos com o tráfico relatam inúmeras tentativas de saída do tráfico de drogas, motivadas em sua maioria por insegurança, medo de morrer e longos períodos de internação. Essas tentativas parecem antecipação do plano de saírem ao completar 18 anos. Os adolescentes normalmente relatam o interesse em permanecer no tráfico até a maioridade, denotando ciência da lógica de utilidade do tráfico que o alicia. Acreditam que permanecer após os 18 anos aumenta o risco de serem presos e passarem por um período maior de reclusão, bem como de ser justamente na maioridade que o adolescente é convocado a reafirmar seu interesse em se manter na criminalidade.

Já as motivações para a saída antes da maioridade são várias. Romário (N38), relata

que teme pelas consequências do tráfico *"morte ou cadeira de rodas"*, bem como o temor pela segurança do filho, após a paternidade, *"não quero isso pro meu filho. São coisas aí que mudam a cabeça do homem"*. Outro adolescente também conta que a paternidade foi um motivador para sua saída, ao dizer que *"Ah, tenho um menino também. Não estava conseguindo ver meu menino direito e falei. Ah vou sair do corre"* (Jonas, N25).

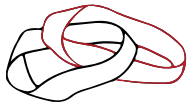
O risco de morrer ou ser preso também é uma motivação: *"O que cansa é a cadeia, tomar tiro, o risco de vida"* (Breno, N37). Outro adolescente relata: *"não tô aguentando mais ficar preso não sabe, muito ruim ficar longe de sua liberdade, de sua família, num é bom não, é estranho cê ficar meses sem ver sua família, eu mesmo namoro, tenho minha namorada e nem sei que que ela tá fazendo..."* (Mariano, N36).

Diante da dificuldade em se sustentar fora da lógica do tráfico, da dificuldade em se estabelecerem no trabalho formal ou informal, da falta de profissionalização e da baixa escolaridade, estes adolescentes terminam por retornar ao tráfico de drogas. Essas tentativas de saída, normalmente tem curta duração, sendo que logo após um curto período, os adolescentes relatam que foram provocados a retornar novamente para o tráfico. Os motivos de retorno para o tráfico também variam, mas apontam para uma falta de políticas ou uma rede capaz de suportar temporariamente a relação de desistência do adolescente.

Entrevistamos um adolescente que planejou sua saída com o suporte da mãe: saiu para vender coxinhas, em suas palavras:



Aí comecei a vender coxinha na rua. Aí eu falei vou parar de traficar e vou vender coxinha tá



dando mais dinheiro. Eu tava ganhando bem mais dinheiro vendendo coxinha. Mesmo acordando cedo. Acordava às 5 da manhã, às 4:30 de vez em quando e ia pra porta da caixa vender coxinha. Minha mãe. Aí eu ficava vendendo. Tanta vez que acabava eu ia lá e fritava mais e saía de novo. E fazia isso toda vez. Comecei a ganhar dinheiro. E falei ah não tá bacana demais. Tava dando certo. E falei ah não vou vender coxinha. Ainda mais que o pessoal tudo conhece eu lá do bairro né. Aí que estava conhecendo eu mesmo. Tava me chamando de menino da coxinha. (Jonas, N25)



Com o dinheiro da coxinha Jonas poupou e planejou abrir um negócio próprio: uma loja de açai. Parcelou o ponto, abriu o negócio e chegou a ficar 2 anos fora do tráfico. Relata que possuía até funcionários. Porém, conta que após a morte da mãe as coisas ficaram difíceis, principalmente em relação à questão financeira. Não conseguiu pagar pelo ponto, nem pela matéria prima, arcou com as dívidas da mãe, faliu. Relata que precisou retornar para o tráfico para conseguir pagar suas contas. Atualmente Jonas pensa em sair novamente, desiludido por passar tanto tempo preso. Fez cursos profissionalizantes e pretende empreender novamente. Não quis contar mais detalhes sobre seus planos.

Robson (N1), adolescente do bairro Granja de Freitas, também nos conta da sua saída planejada do tráfico. Trabalhou no tráfico até juntar dinheiro para fazer seu curso de barbeiro e montar seu negócio. Hoje gosta de ser empreendedor porque sente que pode ele mesmo fazer suas regras, sua rotina, ser dono do seu próprio negócio sem trabalhar pra ninguém. Segundo ele, "a barbearia não dá mais

dinheiro que o crime, mas dá dinheiro". Para ele a rotina do tráfico não servia: "É a maior ilusão, os caras já te falam, que ou você mata ou você morre. Os caras já te avisam quando você entra, que tem que ter sangue nos olhos pra entrar na vida do crime". Hoje, já fora do tráfico, se orgulha de dizer que todo mundo o vê como barbeiro.

Nestas duas experiências, uma em que o adolescente é bem sucedido na sua saída do tráfico e outra onde ele retorna, o que se percebe é que este adolescente é responsabilizado individualmente tanto pela sua entrada no tráfico, quanto pela sua saída, assumindo sempre os riscos de maneira solitária, seja no trabalho legal ou ilegal. O tráfico termina por se afigurar para estes adolescentes como um ponto de retorno diante do fracasso das tentativas de formalização. Ao perguntarmos para um adolescente sobre o futuro, se gostaria de trabalhar fora do tráfico, apresentou pensativo e afirmou "Pode ser de... ou no supermercado meio normal, pode ser também... Porque eu sempre quis ser também ou veterinário, médico também". Sobre os planos pós medida disse que: "Ah, se eu conseguir arrumar um trabalho mesmo, se eu conseguir arrumar um trabalho eu vou trabalhar, agora se eu não conseguir eu vou ter que voltar pra lá, não tem jeito" (César, N31).

7.5.7. E O FUTURO? O QUE OS ESPERA, ESSES QUE NÃO ESPERAM...

[E você não consegue ter plano nenhum para o futuro?] Não. (Jeronimo, N49)

Nosso laço social altera radicalmente a



forma como vivemos o tempo, e as relações entre passado, presente e futuro. Essa temporalidade particular, a escutamos nos discursos dos adolescentes:

- Uma dificuldade enorme em se narrar, em colocar os eventos de sua vida em uma narrativa capaz de o representar;
- Uma dificuldade grande em se valer da memória e do passado, para deles retirarem os significantes a partir dos quais eles podem se posicionar no laço social;
- Uma recusa a perpetuar nas suas escolhas a determinação que pesou sobre seus pais, tomados muitas vezes como índice de humilhação e fracasso;
- Um apelo ao imediatismo do presente, sem a necessidade de fazer nenhuma concessão de satisfação ao futuro. A vida é aqui e agora, imersos em um presentismo:

“.....

Dinheiro na minha mão acaba, quando eu tenho eu quero torar, sou fominha de dinheiro. Chegava em casa era com pacoteira de dinheiro, toma banho, mandava a mulher arrumar e partiu pro shopping, torrava tudo. Tudo que vem rápido, vai rápido. dava pra ela [mãe] 500 reais.” (Jorge, N17)

.....”

- Dificuldade de engajamento em qualquer atividade que não dê resposta ou resultado no hoje, tendo dificuldades com ações que demandem dilatações temporais para apresentar seus resultados;
- Uma dificuldade enorme em confabular e sustentar outros horizontes políticos nos quais eles podem se inserir;

Essa marca não é exclusiva dos adolescentes que entrevistamos, mas é um efeito discursivo da lógica capitalista neoliberal que quer fazer crer que o homem não precisa de sua História, de sua ancestralidade para se constituir, sendo ele autônomo, um self-made-man. Uma lógica que questiona o pacto social e convida os sujeitos a se perguntarem o porquê de adiar qualquer satisfação se pela lógica do consumo ele pode se realizar aqui e agora. E ao mesmo tempo preconiza sempre um futuro catastrófico, exigindo que façamos no agora o que for necessário para evitar a crise.

Neste regime de historicidade moderna, característico do Ocidente e marcado por seus processos, a ligação entre história e memória foi eclipsada e uma alteração hierárquica na relação entre passado-presente-futuro determinou a sobreposição do presente sobre o passado e o futuro. Trata-se da suspensão perspectiva do tempo, marcada pela tirania do presente perpétuo, “um presente onipresente, onipotente, que se impõe como único horizonte possível e que valoriza só o imediatismo” (Hartog, 2015, p.15).

Santiago (2008) argumenta que o presentismo, um efeito específico do “discurso do capitalista”, promove a condensação do tempo num eterno presente, invasivo, maciço e onipresente. Esse imediatismo distancia os adolescentes da escola e da profissionalização. Sem a rede de amparo presente na moratória social, essa adolescência precisa se garantir financeiramente hoje, fazendo com que a formação escolar e profissional percam o valor diante da urgência do agora.



“

.....
É.. tipo, aqui dentro já teve muitas oportunidades de serviço, mas eu já acostumei a ganhar dinheiro no dia. Até esperar o final do mês para você receber, pra mim já é mais difícil, porque desde dos 12 aos 17 anos, eu tô no tráfico. Então, tentar eu tentei, mas eu não consegui (Jerônimo, N49).

”

O presentismo insta estes adolescentes a trabalhar para ganhar dinheiro, para consumir agora. Sem dilações. Um adolescente do socioeducativo nos diz que *"aqui eles só querem arrumar escola e curso. Eu quero é trabalhar, ganhar dinheiro. Primeira descida eu nao volto. pretendo continuar no corre, porque a justiça nao me arrumou trabalho. Droga eu nao uso, meu negócio é dinheiro"* (Jorge, N17).

É dentro deste novo regime de historicidade moderno, que enfatiza a linearidade do tempo e a noção de progresso, que o neoliberalismo surge como uma resposta às crises econômicas promovendo a ideia de que a liberalização dos mercados, a desregulamentação e a redução do Estado levarão a um aumento do crescimento econômico e do bem-estar social. Nesse sentido, o neoliberalismo está enraizado em uma concepção de futuro aberto e desconhecido, no qual as escolhas individuais e a busca pelo lucro são vistas como forças motrizes para o desenvolvimento econômico. Assim, no regime de historicidade da lógica capitalista, o passado é ou denegado, ou estéril em sua incapacidade de orientar o presente e o futuro nos é apresentado de forma dicotômica e limitada. Por um lado, o futuro, apesar de aberto, é visto como uma continuidade aprimorada de

um presente sempre controlado, precavonista, por outro é temido como uma projeção de descontinuidade catastrófica, gerando apreensão. A economia capitalista neoliberal apresenta assim a instrumentalização política do horizonte catastrófico como possibilidade de gramaticar o presente. O repúdio ao passado e à influência dos pais emerge como um elemento significativo entre os adolescentes, que muitas vezes os percebem como sujeitos subjugados por um sistema ao qual parecem resistir. Alba Zaluar, em seu livro "A Máquina e a Revolta" (1994), explora essa ambivalência na percepção do trabalho, que oscila entre ser visto como uma fonte de dignidade e como algo humilhante, equiparado à exploração e à escravidão. Embora os adolescentes possam expressar uma visão moralizante do trabalho em alguns momentos, eles também demonstram uma tendência à rebelião, muitas vezes encontrada na ilegalidade do tráfico de drogas, como uma forma de se contrapor à lógica de subordinação imposta a seus pais. Um exemplo elucidativo é citado por César (N31), que expressa sua aversão a trabalhar com o pai, preferindo qualquer outra atividade para evitar ganhar uma remuneração considerada ínfima, como a que obtinha anteriormente. Para Zaluar, essa revolta emerge como uma reação à relação alienante que seus pais mantinham com o trabalho, refletindo um desejo de escapar das limitações e das injustiças impostas por essa dinâmica. Nesse contexto, a rebelião dos adolescentes contra as expectativas tradicionais de trabalho pode ser interpretada como uma forma de rejeitar a condição de subalternidade e de buscar uma alternativa à alienação e à exploração que percebem em suas famílias. Assim, a revolta não é apenas uma manifestação de rebeldia sem sentido, mas sim



uma resposta às condições sociais e econômicas desfavoráveis que enfrentam, representando uma busca por autonomia e dignidade em um contexto de desigualdade estrutural. O relato de César ilustra esse ponto:



Antes disso eu estava trabalhando com ele de ajudante de pedreiro, Só que eu pegava muito pesado para ganhar muito pouco. Eu ganhava R\$50 o dia de ajudante. O dia de ajudante era R\$70 ou R\$80 o dia" (sic). Depois disso, teria se revoltado e procurado o chefe da boca para saber se o convite de vender drogas ainda estava de pé, então passou a vender drogas (César, N31).



Para Kayser (2018), é que, se há uma desvalorização do passado, na medida em que ele está sempre sendo perspectivado pelo momento presente, há também uma prospecção sempre negativa do futuro, que exige a implementação de medidas drásticas no presente como único horizonte viável. Essa relação resulta na suplantação da utopia em favor da distopia, evidenciando a necessidade de ações imediatas no presente como a única forma de corrigir o passado e lidar com os desafios e incertezas do futuro. Em nome deste presentismo, estes adolescentes não conseguem se imaginar para além do tráfico. Como vimos, o presentismo na vida dos adolescentes faz com que muitos não criem perspectivas e expectativas futuras. No entanto, aqueles que foram capazes de nos dizer de seus sonhos, nos apontam sonhos e expectativas que encontram-se ainda alienados ao presentismo e a urgência .



E o que você pretende fazer no futuro? Não sei. Não penso. Eu deixo passar, o que for isso, é isso mesmo. Mas você não tem um sonho não? Se é para eu querer alguma coisa, eu queria ser advogado criminalista. Por que? Porque dá dinheiro e é um lado bom, né? Pra mim é um lado bom, porque vai defender os bandido. Você ia trabalhar para o tráfico como advogado do tráfico? Isso aí. E é o que tá mais dando dinheiro (Jerônimo, N49).



A maioria dos adolescentes entrevistados ainda se veem como adolescentes. Aqueles que estão no EJA, apesar de estarem atrasados no tempo escolar, querem se formar e se inserir no mercado de trabalho, contudo, muitos são os relatos que envolvem um trabalho não específico, como "quero ser empresário, mandar nos outros", ou "quero fazer uma faculdade" e até mesmo "policial pra poder bater nos outros", sem algum plano definido, bem como uma certa hesitação em relação ao futuro, definidas por um "não sei o que quero", "sei lá". Essas preocupações são maiores quando pensam no que fazer após completarem 18 anos, fase em que muitos relatos concordam em chamar de começo da vida adulta. Por um lado, as oportunidades oferecidas pelo trabalho legal chamam a atenção por motivos acima citados, como a segurança e o *dinheiro limpo*, contudo, muitos veem esses trabalhos como além de cansativos, ociosos, entediantes e mal remunerados, além de terem que pegar muito tempo de condução e não gostarem de como são tratados por gerentes e supervisores nesses trabalhos, "*nem bom dia pra nois eles dá, depois quer vir só pra reclamar?*" (Heitor, N40). Diante dessas características do trabalho formal, alguns jovens relatam que se sentem



deprimidos e sem esperanças no futuro, em contraste, o tráfico em alguns momentos ocupa esse lugar de possibilidade. É o que relata Heitor (N40), jovem do território que atualmente está inserido em um programa de iniciação profissional: *"tem hora que dá vontade até de sumir, novo assim dá vontade de desaparecer, novo assim, se tiver véio assim que desaparece então, morre pra lá, tem um tio que não mora aqui, ele é gerente, já me chamou pra vender pra ele, eu não quis, era mais novo, mas agora se ele pedir eu vou até correndo"*.

O que se destaca de forma inquestionável é que o tráfico de drogas reforça essa característica distintiva do nosso tempo: o presentismo. Ao transformar-se em um catalisador frenético da obtenção de ganhos para os adolescentes envolvidos, o tráfico não apenas coíbe qualquer outra forma de integração social para esses jovens, mas também compromete suas oportunidades de educação e desenvolvimento profissional. Este contexto leva esses indivíduos a acreditar que, diante dos perigos do tráfico, a morte é uma eventualidade iminente, resultando em uma mentalidade focada no presente, onde a vida é vivida no momento presente, sem considerações para o futuro. Perguntamos a um adolescente se na iminência de fazer 18 anos, data que segundo ele sairia do tráfico, ele teria alguma expectativa do futuro, ele nos responde *"Uai.. é só procurar. Eu tenho que pensar é lá para frente, eu vou preocupar com isso agora?"* (Jerônimo, N49)

O fenômeno do presentismo impacta profundamente a relação dos indivíduos com o tempo, tanto em relação ao passado quanto ao futuro. Por um lado, o presentismo resulta em uma desconexão com o passado, tornando-o incapaz de fornecer elementos que possam orientar o presente. Da mesma forma, essa

condição limita a capacidade de imaginar um futuro significativo, uma vez que a perspectiva temporal está restrita ao momento presente, sem considerar projeções ou aspirações para além disso.

A ausência de conexão com o passado e a visão limitada para o futuro são fenômenos amplificados em contextos onde o controle narrativo é exercido de forma intensa, como ocorre no sistema capitalista. Nesse contexto, o controle sobre a narrativa histórica futura, moldada pelas estruturas de poder vigentes, atua como uma barreira significativa para a imaginação política e a concepção de futuros alternativos ou mudanças sociais significativas. Essa dinâmica é especialmente exacerbada em ambientes afetados pelo tráfico de drogas, onde a imposição do presenteísmo é ainda mais intensa e restritiva. A comparação entre os discursos dos adolescentes envolvidos no tráfico de drogas e aqueles que não têm esse envolvimento ilustra claramente essas reflexões.

Enquanto os adolescentes não envolvidos atribuem alguma expectativa ao seu processo de educação e profissionalização, expressando sonhos e mantendo abertos horizontes de expectativas em relação ao futuro, os envolvidos no tráfico são frequentemente limitados pela imediatez de suas circunstâncias. Eles se veem presos em um ciclo de atividades vinculadas ao tráfico, incapazes de vislumbrar além do presente e das circunstâncias imediatas que os envolvem. Essa análise evidencia como a imposição do presenteísmo em ambientes marcados pelo tráfico de drogas restringe significativamente as perspectivas de futuro dos jovens envolvidos, dificultando sua capacidade de imaginar e buscar alternativas para além das circunstâncias imediatas. Ao mesmo tempo,



ressalta a importância de abordagens que busquem romper com essa imediatez e oferecer oportunidades de construção de projetos de vida mais amplos e sustentáveis para todos os jovens, independentemente de suas circunstâncias.

Essa análise evidencia como o presentismo, tanto induzido pelo sistema vigente quanto pelas dinâmicas específicas do tráfico de drogas, compromete não apenas a relação dos indivíduos com o tempo, mas também suas perspectivas de vida e possibilidades de transformação social. Para enfrentar esses desafios, é fundamental promover abordagens que busquem resgatar a temporalidade histórica e a imaginação política, oferecendo oportunidades e horizontes de expectativas para todos os jovens, independentemente de suas circunstâncias.

Uma adolescente nos diz que sonha em ser advogada, mesmo não conhecendo ninguém que exerça a profissão (Luzia, N8). Outros nos dizem que, para o futuro, pretendem fazer intercâmbio e faculdade (Margareth, N19), aprender uma nova língua (Poliana, N30), viajar pelo mundo (Joana, N44), se alistar e servir na aeronáutica (Joana, N44), fazer curso de moda ou medicina (Paulo, N18). Outro nos diz que tem vontade de arrumar emprego de menor aprendiz. Enquanto não consegue, vai continuar vendendo amendoim. Mas quando crescer quer ter família, um emprego bom. Quer ser bombeiro ou jogador de futebol (João, N13).

Esse horizonte de expectativas, na maioria dos adolescentes do socioeducativo, encontra-se desertificado como vimos acima. Mas, ainda assim há outros ainda que envolvidos mantêm sonhos que a eles soam muito distantes, já que não possuem capital, nem escolarização e profissionalização para realizá-los. (Lúcio, N53) considera importante

estudar, principalmente, se vou seguir o sonho de ser médico: *"É importante ainda, se for seguir a profissão de medicina, né? É bom se faz estudar também."* (Lúcio, N53).

Já Eunice (N50), uma adolescente acautelada no socioeducativo relata que deseja continuar a estudar, porque dentro da Unidade descobriu que é boa nos estudos. Quer ser uma "boa menina", para conseguir se formar em veterinária ou técnica (educadora social) atender as adolescentes para poder contar a sua história de vida, desejar "rodar o mundo". Outro quer muito *"ser mecânico, fazer um curso, menor aprendiz"* (Márcio, N35). Outros querem ser barbeiros e abrir seu próprio negócio como Breno (N37). Outro recupera o valor do trabalho do pai para projetar um futuro: *"vou esperar fazer 18 anos pra ser gari. meu pai também trabalha varrendo rua"* (Otávio, N24). Expectativas que para se cumprirem precisam ser menos solitárias e individualizadas por este discurso do desempenho, da meritocracia, da retração do Estado.

7.5.8. TRÁFICO DE DROGAS: UM TRABALHO

Como vimos acima, é possível observar que o mundo do trabalho tornou-se, dentro da lógica neoliberal, alvo de estratégias de precarização, evidenciando a tendência do capital em buscar maiores lucros ao mesmo tempo em que reduz os investimentos destinados à melhoria das condições de trabalho.

Como aponta Antunes (2006, p. 15):

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação



flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas outras consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Nesta lógica, percebe-se que os trabalhadores são submetidos a condições de trabalho precárias e excluídos da dinâmica econômica do capital. A lógica neoliberal argumenta que sua exclusão é resultado de sua própria falta de preparo para o mercado e de que é responsabilidade individual do sujeito - ignorando todas as desigualdades estruturais - tornar-se competente para atender às exigências desse mercado. Excluídos desta lógica, estes sujeitos parecem encontrar no tráfico de drogas a chance de reinserção na lógica capitalista neoliberal, da qual foram excluídos economicamente, privados das condições básicas de sobrevivência e incapazes de atender ao apelo consumista incentivado pelas políticas neoliberais. Um adolescente da pesquisa, sem escolaridade e nem profissionalização nos diz que se o mercado formal o rejeita, o tráfico o acolhe: "*Já bati em vários lugar, perguntei 'cê quer ajuda?', 'sai daqui menino!'*", mas diz que na comunidade é mais fácil conseguir trabalho, "*Não gosto de sair na rua, prefiro ficar dentro de casa, sair só pra fazer os corre*" (Breno, N37).

Segundo o discurso dos adolescentes e as análises aqui empreendidas, o tráfico é considerado sim um trabalho. O tráfico de drogas é reconhecido como uma atividade econômica significativa, que se destaca pela sua organização estrutural e hierárquica, bem

como pela sua capacidade de gerar capital e promover o reconhecimento social dos envolvidos. Ao considerar o tráfico como uma forma de trabalho, não apenas jogamos luz sobre a realidade do fenômeno, mas também reconhecemos sua complexidade e seu papel econômico. Negar essa realidade seria ignorar um aspecto crucial da dinâmica social contemporânea, necessária ao problema do trabalho infantil.

Ao analisar o tráfico de drogas, é importante considerar as dimensões destacadas por Faria & Barros (2011), que apontam para sua íntima relação com a economia neoliberal, a busca por reconhecimento e o funcionamento organizacional dessa atividade ilícita. Conforme nossa pesquisa aponta há um grande empuxo ao envolvimento com o tráfico de drogas, participando de uma estrutura hierárquica e comercial que busca tanto o lucro quanto o reconhecimento social.

Nossos achados, corroboram com a posição de Faria e Barros (2011) que percebe um aumento expressivo no número de pessoas aliciadas pelo tráfico de drogas, que se encaixam em atividades submetidas a um processo de organização hierárquica, comercial e produtiva, em busca de reconhecimento e consumo, delimitadas pelo mercado e sustentadas por meio da força e violência entre grupos. Portanto, é evidente que, embora ilegal, o tráfico de drogas está integrado na geração de capital, caracterizando-se por um esquema de produção e comercialização organizado e robusto, que é atrativo devido à oportunidade de acumulação de capital e ao reconhecimento social conferido aos traficantes, representando uma forma de sociabilidade distintiva, mas ainda marcada pela lógica neoliberal.

Portanto, ao compreender o tráfico de



drogas como uma atividade empresarial organizada, podemos abordar mais eficazmente as complexidades desse fenômeno e desenvolver estratégias mais eficazes para lidar com seus impactos sociais e econômicos.

Nas entrevistas com os adolescentes envolvidos com tráfico de drogas, fica clara a natureza do trabalho em questão. Se o tráfico é um trabalho tal qual se desenha dentro da lógica neoliberal, também o é para a grande maioria dos adolescentes que entrevistamos. Eles acreditam que o tráfico é um trabalho e que como tal estabelece a sua dinâmica de produção e de relação com seu empregado. Nesta dinâmica os adolescentes são duplamente vulneráveis por estarem em condição de trabalho infantil e por este trabalho ser no tráfico de drogas, o que engendra mais uma série de outras violações de direitos. Os adolescentes relatam responsabilidades e cadeias de comando tal como as de um trabalho formal, onde estão sujeitos à exploração excessiva de sua força de trabalho:



Pra mim é um trabalho. Tem gente que pensa que é um trabalho sujo mas é um trabalho, cê tá ganhando dinheiro com o seu suor. Cê tá arriscando sua vida por alguma coisa ali. O dinheiro pode ser sujo mas cê tá trabalhando ali pros outro, uai. Ninguém tá trabalhando procê não, cê tá trabalhando pros outro, vendendo coisa pros outro e pegando mixaria. (...) Pra mim 3 mil é mixaria"; "Cê pode pensar que tá ganhando muito ali. Mas quem tá ganhando é o cara que tá lá sentado, esperando só o dinheiro vir na conta dele ali, o cara ir lá acertar com ele" (Breno, N37).



Conforme delineado na seção 5.3.2, o tráfico de drogas demonstra uma estrutura de trabalho formalizada, caracterizada por hierarquias definidas, turnos e contratos estabelecidos, planos de remuneração delineados e medidas disciplinares previsíveis em caso de violação dos termos do contrato laboral. Todos esses elementos são instrumentalizados com o propósito de gerar capital, concentrar lucros e compensar os trabalhadores da linha de frente, garantindo assim sua subsistência e capacidade de consumo. Tal dinâmica confere ao trabalho no tráfico uma atratividade apesar de seu potencial alienante. Segundo um adolescente do território, não envolvido com o tráfico:



Vender droga é uma forma de trabalho porque ganha dinheiro, mas é ilegal. A maioria das pessoas que eu conheço que estão nessa vida é para dar sustento dentro de casa, mas já entra sabendo que essa vida é cadeia ou caixão. Os meninos que vão para essa vida é porque não acharam emprego (Lorena, N11).



Assim, para além da exploração capitalista reproduzida na estrutura do tráfico, a estrutura organizacional do trabalho no tráfico compartilha semelhanças com as características da flexibilização do emprego no contexto contemporâneo. Galdeano (2019)



aponta para o fato, confirmado aqui nesta pesquisa, dos adolescentes serem remunerados por meio de comissões, uma prática comum em diversos setores do mercado formal. A flexibilidade, que supostamente dá mais autonomia para o sujeito trabalhador, supostamente permite ao adolescente traficante adaptar suas atividades e horários, o que é uma falácia diante do empuxo ao lucro e ao consumo. A lógica da organização e da remuneração do trabalho formal e do tráfico de drogas, soa, para alguns adolescentes indistintos, já que ambas produzem capital, a partir de uma relação hierárquica e funcional. Lúcio (N53) nos diz que o tráfico é um trabalho porque recebe dinheiro, não havendo diferença do tráfico para outro tipo de trabalho, já que, "*nos dois se recebe ordens e recebe dinheiro*".

Ao tomar tráfico como trabalho, o que estes adolescentes explicitam é que há uma diferença que marca o mundo laboral hoje entre trabalho formal, informal e ilegal. O trabalho ilegal aparece como resposta a falta de trabalho legal e formal. Pode parecer à primeira vista uma conclusão óbvia mas ela escancara as modificações do mundo trabalho contemporâneo.

No entanto, o trabalho ilegal redobra sobre o sujeito adolescentes as marcas desta lógica neoliberal: exploração, expoliação, expropriação. Fefferman (2008, p. 1-14) sustenta que esses jovens não estão se envolvendo no mundo do crime, mas sim no mundo do trabalho, ainda que esteja fora dos limites da legalidade. Isso porque para a autora, o tráfico, tal como qualquer indústria, possui a mesma lógica de uma sociedade capitalista. A maioria considera o tráfico um trabalho, até mais difícil que o trabalho formal. Falam das longas jornadas, do risco de apreensão

iminente, da guerra e o risco de morrer, da responsabilidade com a carga e da oportunidade de crescer na hierarquia do tráfico. Alguns adolescentes em trabalho de desistência do tráfico, apresentam grande potência crítica em relação a lógica de trabalho do tráfico, alegando que ali eles são tão explorados quanto no trabalho formal, com a diferença que no tráfico é seu único capital, o corpo, que está em jogo.

Como nos aponta Galdeano (2019), o tráfico impõe uma carga de trabalho significativamente extenuante, muitas vezes estendendo-se por um período de seis a doze horas diárias. Nesta relação de produção de capital, não cabe espaço para outras esferas da vida do adolescente no seu cotidiano. Longas horas, turnos consecutivos em biqueiras, faz com o adolescente se aliene ao tráfico de forma radical, sendo ali sua forma exclusiva de socialização. A escola e a profissionalização são preteridas em função da temporalidade urgente e encarcerada do tráfico. Sem escola e profissionalização, esse sujeito se mantém mais refém do tráfico, como alternativa à competitividade do mercado neoliberal. Sem qualificação esse sujeito se mantém alienado ao tráfico e submisso à forma e norma de trabalho. A natureza do trabalho determina uma série de riscos que vão desde as interações com policiais, como o dono da biqueira, clientes e traficantes rivais, se tornando um ambiente laboral extremamente perigoso, suscetível a violência física, ameaças à vida, exposição direta a armas de fogo: "*nessa vida que nós tá nós não tem colega não, tem nem colega nem amigo, é só uma pessoa que tá do seu lado ali e a qualquer minuto pode atrasar você, pode te matar ou você matar ele.*" (Márcio, N35)

Um adolescente nos diz que o tráfico é para ele "uma forma de sustento" preferível a



roubar. Segundo ele, ainda que roubar traficar seja uma forma de dar dinheiro, roubar não é uma forma de trabalho, diferente do tráfico. Para ele vender algo a alguém, que te compra por livre espontânea vontade, ainda que seja ilícito, é uma forma de trabalho. Roubar não, "*roubar só tira de alguém,(...) no tráfico você não está tirando dos outros, no roubo você está tirando. No tráfico você é um vendendor, está vendendo coisa ilegal, mas roubando você está tirando dos outros*" (Nuno, N6). Há aqui um julgamento moral das atividades do tráfico e do roubo como tarefas criminosas, apesar de uma delas, o tráfico, se aproximar mais do trabalho formal, tomado como digno. Essa observação é interessante na medida em que no território, ao fazer as narrativas com os adolescentes do bairro, era quase o uníssono a afirmação de que "trabalho é o que dava dinheiro". Percebemos nas narrativas com os adolescentes do socioeducativo, que há uma depuração maior dessa afirmação do território. Dar dinheiro muita coisa dá, mas trabalho não é qualquer coisa. Se roubar dá dinheiro, mas não é trabalho, é porque ele não possui uma conformação capitalista de organização do trabalho, uma hierarquia de funções dão delineada e ainda porta a dimensão imoral de uma apropriação compulsória de um bem. Neste sentido, o tráfico, ainda que ilícito, preza pela dimensão do comércio e da relação conscienciosa de trocas.

Assim, ainda que imoral, parece ser honesto: "*Trabalho é o seu suor, você ganha um dinheiro ali e faz por onde*". Luan (N61) considera que o tráfico seja um trabalho, *porque você tá suando ali, correndo de polícia. Mas não é um trabalho honesto. Minha mãe sempre falava isso comigo*"

Galdeano (2019) ressalta ainda que o tráfico termina por oferecer a estes sujeitos a promessa de escapar da lógica do trabalho subalternizado que permeia a sua transgeracionalidade, encarnado e dando vistas do ciclo de desvantagens intermitentes. Muitos

relatam como motivação para entrar e permanência no tráfico, a possibilidade de autonomia, respeito e capacidade de consumo, características que eles colocam em oposição ao histórico laboral de seus pais. Os adolescentes relatam uma recusa em ocupar os mesmos postos de trabalho dos pais, por entendê-los como desvalorizados socialmente e economicamente.

A posição da juíza Karla Eveline, embasada na Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), revela uma compreensão teórica importante sobre a questão do trabalho infantil, especialmente no contexto do envolvimento de adolescentes em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas. Esta convenção reconhece as "piores formas de trabalho infantil", que incluem a utilização de crianças em atividades ilegais, como o tráfico de entorpecentes. Ao aplicar essa legislação, a juíza reconhece que a exploração da força de trabalho de adolescentes por organizações criminosas configura uma das piores formas de trabalho infantil, conforme definido pela OIT. Portanto, ao julgar improcedente a representação e afastar a aplicação de medidas socioeducativas, a juíza busca garantir a proteção adequada desses adolescentes, reconhecendo que eles são vítimas de uma exploração laboral prejudicial à sua integridade física, emocional e social. Essa abordagem teórica reflete uma compreensão do trabalho infantil, que vai além da simples ilegalidade da atividade laboral para considerar os impactos específicos das piores formas de trabalho infantil na vida das crianças e adolescentes envolvidos. Além disso, ao citar os tratados internacionais pertinentes, a juíza também demonstra a importância do cumprimento de compromissos internacionais no combate ao trabalho infantil e na proteção dos direitos das crianças e dos adolescente.

A análise proposta por Eveline destaca



uma questão fundamental: a invisibilidade do tráfico como uma das piores formas de trabalho infantil pode estar relacionada à desumanização das vítimas envolvidas nessa atividade ilícita. A pergunta provocativa sobre se um adolescente favelado e negro envolvido com o tráfico pode ser considerado uma criança ressalta a maneira como esses sujeitos são despojados de sua humanidade e, conseqüentemente, de seus direitos.

Ao negar a esses jovens o direito a uma infância segura e protegida, eles são duplamente vitimizados: primeiro, pela exploração de sua mão de obra em atividades ilegais; e segundo, pela falta de reconhecimento de sua condição de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Em vez de serem vistos como vítimas do sistema, são frequentemente culpabilizados individualmente pela violação das leis, sendo sujeitos a medidas socioeducativas que muitas vezes não levam em conta o contexto de exploração e vulnerabilidade em que estão inseridos.

Essa dinâmica evidencia uma falha sistêmica, na qual as instituições responsáveis pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes, como as Varas da Infância e da Adolescência, não dialogam de forma efetiva com outras instâncias do sistema judiciário, como as Varas do Trabalho. Esta falta de diálogo e problematização sobre a especificidade do tráfico como uma das principais formas de aliciamento de crianças para o trabalho perigoso contribui para a perpetuação da violação dos direitos desses jovens, bem como para sua estigmatização e marginalização.

Não tratar o tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil, não responsabiliza-lo, não construir agendas inibidoras em todas as esferas, é portanto,

desumanizar estas crianças que lá trabalham. É sustentar a lógica do racismo estrutural que relegou aos pretos do Brasil a marca de matáveis e descartáveis, tal como nos lembra Agamben (2010), por estarem fora do circuito de humanidade e reconhecimento.

A decisão da juíza Karla Eveline, nos lembra de Zaffaroni⁷ (2020), ao nos convidar a pensar que “Cada sentença é um ato político” questionando em que medida o discurso neoliberal, que atualiza suas estratégias colonialistas nos reiterados massacres na América Latina, utiliza como braço de atuação o direito, para continuar desumanizando crianças através de uma seletividade do poder punitivo que não é acidental, ela é estrutural. Questionar em que medida o discurso neoliberal, com suas raízes coloniais, utiliza o direito como instrumento para perpetuar a desumanização de crianças é fundamental para entendermos como as estruturas de poder operam para manter determinados grupos sociais à margem da humanidade plena.



7 <https://www.facebook.com/watch/?v=357958642581833>



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, encomendada pela Prefeitura de Belo Horizonte e pela Secretaria de Segurança Pública, teve como objetivo de investigar as diferentes facetas do fenômeno do trabalho infantil, em especial a inserção de crianças e adolescentes no tráfico de drogas. A investigação intitulada "Trabalho Infantil no tráfico de Drogas: Entre a proteção e a criminalização de jovens em Belo Horizonte" foi realizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e pelo Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS) entre os anos de 2021 e 2024.

Neste relatório, apresentamos os resultados finais desta pesquisa explorando os dados quantitativos provenientes dos relatórios estatísticos produzidos pelo Centro Integrado de Atendimento Autor de Ato Infracional (CIA/BH) e os dados qualitativos oriundos de 15 entrevistas realizadas com lideranças e gestores de políticas públicas que atuam nos bairros Granja de Freitas, Taquaril e Alto Vera Cruz; 16 sessões de grupos de conversação e 31 entrevistas realizadas com alunos de três escolas municipais localizadas nesses bairros; e 26 entrevistas feitas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na capital.

A escolha por um trabalho de campo focado nos bairros que compõem a região L4 de Belo Horizonte (Granja de Freitas, Taquaril e Alto Vera Cruz) é justificada a partir do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ-BH), que reúne indicadores como distorção idade série no ensino médio, percentual de indivíduos com idades de 10 a 14 anos ocupados, percentual da população com idade entre 15 a 29 anos, renda domiciliar média, taxa de abandono escolar no ensino médio, taxa de fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos, taxa de homicídio da população masculina de 15 a 29 anos. A partir da síntese desses indicadores, o IVJ aponta a região L4 como o território mais vulnerável da cidade.

Analisando os dados qualitativos provenientes das conversações e entrevistas notamos qual a relação que os jovens do território L4 sustentam com a dimensão do trabalho. Os adolescentes são atravessados pela lógica do trabalho desde muito novos, muito antes que a lógica do trabalho formal surja como uma possibilidade, inclusive, antes da dimensão emancipatória de uma educação formal (ensino médio e curso superior). Isto se dá porque a demanda de independência financeira já está colocada junto a precariedade dos trabalhos dos próprios pais, da falta de acesso aos bens de



consumo e da necessidade de ajudar financeiramente com o sustento da família, ou pelo menos, não ser mais um “gasto”.

Desse modo, percebe-se que a concepção dos adolescentes sobre o trabalho parte de uma visão pragmática e utilitarista, na qual o “dinheiro” é o motivador predominante. Trata-se assim, de uma perspectiva conflitante com aquela que enxerga o trabalho como uma atividade eminentemente social, através do qual os indivíduos desenvolvem além de instrumentos técnicos, signos que capacitam as funções psicológicas para o pensamento, a memória e a atenção, além de permitir a construção da identidade individual e coletiva (Bortolozzi, 2014). Ao invés disso, observa-se que no contexto destes adolescentes, o trabalho é reduzido àquilo “que dá dinheiro”, transformando-se em mera forma de garantir a subsistência.

Através dos relatos dos adolescentes entrevistados é perceptível uma precocidade desses na iniciação ao mundo do trabalho, normalmente, sendo a rua a porta de entrada. Estes adolescentes relatam começar a vida laboral por volta dos 7 ou 8 anos, muitas das vezes mediante anuência familiar. Esse trabalho recorrentemente envolve a venda de produtos alimentícios, com ou sem a supervisão de um adulto, sendo realizado para além do território, em geral no centro de BH ou na zona sul. A anuência familiar aponta para uma transmissão intergeracional do trabalho infantil, já que os relatos oriundos dos grupos de conversação e das entrevistas com os adolescentes apontam que os familiares em geral também foram vítimas de trabalho infantil e alguns até mesmo vítimas de trabalho análogo à escravidão. Desse modo, o trabalho se torna o grande organizador da rotina dessas famílias, sendo o que justifica as ações e mobilidades do círculo familiar.

O papel do trabalho como um agente mobilizador na vida urbana é claramente evidenciado quando observamos as trajetórias das famílias em busca de oportunidades de emprego e melhores condições de vida em outros espaços. Esses deslocamentos não apenas refletem a busca por sustento econômico, mas também resultam em uma desterritorialização que pode desgastar os laços comunitários e as redes de apoio existentes. À medida que as famílias se mudam repetidamente em busca de trabalho, é possível que se afastem de suas comunidades de origem, perdendo o suporte social e a estabilidade que essas redes poderiam oferecer. Essa desterritorialização também pode deixar os indivíduos e famílias mais vulneráveis às violações de direitos e às situações de precariedade, uma vez que podem se encontrar em ambientes desconhecidos, sem os recursos e apoios sociais necessários para enfrentar os desafios e sobreviver às adversidades, fazendo com que muitas das vezes precisem lançar mão do trabalho infantil.

Para além do trabalho nas ruas, identificamos em vários relatos dos adolescentes a vivência de situações de trabalho doméstico infantil. As famílias dos participantes quase sempre são monoparentais, sendo predominantemente a mãe a chefe do domicílio. Essa prevalência das famílias monoparentais femininas entre os adolescentes entrevistados aparece como algo associado ao encarceramento em massa, bem como os homicídios que vitimizam preferencialmente os homens neste contexto. Cabe, então, à mulher a criação dos filhos e o sustento familiar, fazendo com que esta figura redistribua algumas dessas tarefas aos filhos mais velhos, sobretudo, às filhas.

Assim, se entre os participantes, há



crianças que começam seu trabalho na rua para complementar a renda familiar, há outras, em geral meninas, que desde muito cedo precisam se responsabilizar pelo cuidado da casa e da criação dos irmãos mais novos. As meninas se tornam, desse modo, mães de seus irmãos, reproduzindo relações históricas que relegaram às mulheres negras e às crianças negras as tarefas domésticas e o cuidado de outras crianças. Essa relação precoce das meninas com a casa e cuidados das crianças pode afetar radicalmente sua relação com a escola e com a infância e adolescência de um modo geral. Ademais, sabemos estatisticamente que essa situação acaba empurrando precocemente crianças para o trabalho doméstico para além de seus domicílios, colocando-as em situação de vulnerabilidades diárias.

Nesta lógica, o trabalho infantil abre portas para outras violações. A criança na rua pode se machucar, ser alvo de investidas sexuais de adultos, ser aliciada pelo tráfico e para o uso de substâncias tóxicas. Em casa, ela pode se machucar executando tarefas não apropriadas para sua idade, sendo vítima de abusos físicos, psicológicos e sexuais. Sem o suporte de uma política que se ocupa destas crianças, situações de violação de direitos podem se tornar invisibilizadas.

É curioso que dos adolescentes entrevistados que relatam trabalhar desde muito cedo, apenas um deles, um aluno do EJA, relata ter sua família convocada pelo Conselho Tutelar, *"mas que não deu nada"* (sic). Do mesmo modo, os gestores da política de assistência social entrevistados dizem que sabem da incidência do trabalho infantil no território através de outras políticas, mas que se trata de um fenômeno subnotificado, impedindo assim o fortalecimento de vínculos e a preservação dos direitos dessas crianças e

adolescentes.

As escolas, por sua vez, parecem ser o lugar onde as notícias dessa relação familiar com o trabalho aparecem, no entanto, como nos diz uma entrevistada, a escola *"não tem pernas para resolver essa questão"*, já que isso envolve uma construção de políticas intersetoriais. O que percebemos é que se a família naturaliza a precocidade do trabalho infantil, se apoiando nele para garantir a sua subsistência, as políticas públicas não conseguem contrapor esta naturalização por meio de ofertas de um acompanhamento familiar além de inclusão em políticas públicas que poderiam proporcionar a adesão e permanência da criança ou adolescente na escola.

Por conseguinte, uma das piores consequências da vinculação de crianças e adolescentes ao trabalho infantil reside no fenômeno da evasão escolar. Diante da dicotomia entre escola e trabalho, frequentemente é o trabalho que prevalece. Embora a educação seja reconhecida como um aspecto importante, as demandas urgentes e imediatas da vida cotidiana frequentemente levam os jovens a priorizarem o trabalho como uma fonte de sustento e independência financeira.

Desse modo, a inserção precoce no mercado de trabalho muitas vezes se torna uma realidade para os jovens, moldando suas experiências e perspectivas de vida. Essa participação precoce no mercado de trabalho não implica necessariamente no abandono da educação formal. Muitos jovens conciliam o trabalho com os estudos, embora essa conciliação possa ser desafiadora e influenciar significativamente seu percurso educacional. Isso é especialmente mais desafiador quando o adolescente além de equilibrar-se entre



trabalho e escola, também tem de se responsabilizar pelos trabalhos domésticos, configurando assim, uma tripla jornada.

Nos grupos de conversação percebemos que os alunos que trabalham formalmente parecem ter uma relação diversa com a escola, já que estudar é uma condicionalidade do trabalho protegido. Talvez pela sobrecarga da rotina, ainda que cansados, esperam ter da escola algum tipo de formação profissional, fazendo com que eles fiquem incomodados com outros adolescentes que usam o espaço escolar apenas para socializarem. Assim, há nas narrativas dos adolescentes diversas elaborações sobre o papel da instituição escolar no desenvolvimento e preparação para o mercado de trabalho. A maioria desses relatos são permeados de uma falta de propósito na lógica escolar, já que entendem que as disciplinas pouco se relacionam com suas realidades, que os conteúdos aprendidos são pouco importantes para a entrada no mercado de trabalho e consequente independência financeira. Em alguns casos, os únicos sentidos dados para frequentar a escola é a possibilidade de alimentação, o lazer com os amigos e para cumprir requisitos para que a família receba benefícios socioassistenciais.

Nessa lógica, percebemos através dos relatos dos entrevistados, que existe uma coincidência entre o início da trajetória escolar e o início da trajetória laboral. Se por um lado, a escolarização obrigatória começa aos 6 anos de idade, por outro lado, conforme dito anteriormente, no contexto estudado observamos que o início da vida laboral de muitos adolescentes se deu por volta de 7 ou 8 anos. Isso acontece sem que as políticas públicas existentes conseguissem interceptar e redirecionar essas trajetórias.

No caso do trabalho infantil nas ruas, não são as políticas associadas à plataforma da erradicação do trabalho infantil que tira a criança dessa situação, mas a própria rua que determina a saída delas. Isto porque, segundo os adolescentes, a rua só é um meio de ganhar dinheiro se você é mais novo. Ao se tornarem adolescentes, ou seja, por volta dos 12 anos, as pessoas deixam de comprar seus produtos, eis que o comércio, em geral, é movimentado pelo fato de serem crianças na rua, o que causa comoção, sensibiliza e induz à compra de produtos.

Para além das entrevistas realizadas junto aos adolescentes da L4, na escuta dos 26 adolescentes acautelados no sistema socioeducativo soa quase uníssono a presença de outras formas de trabalho infantil pregressas ao trabalho no tráfico de drogas. Se na narrativa dos adolescentes da L4, nem todo adolescente que teve experiência de trabalho infantil entrou para o tráfico, o que observamos no contexto dos jovens internados é uma correlação mais direta em que: todo adolescente entrevistado que se vinculou com o tráfico de drogas teve experiências anteriores de trabalho infantil. Ouvindo alguns adolescentes, percebemos que é justamente entre 10 e 12 anos, idade onde a rua os rejeita e, em que ainda não possuem idade para o ingresso no trabalho protegido, muitos começam a flertar com o tráfico de drogas.

Muitos adolescentes entrevistados nos relataram que a mão de obra do tráfico se recorta muito bem em termos de idade: precisam ser menores de 18, para que não respondam ao sistema de justiça criminal comum, mas não podem ser muito novos para não "*darem esparro*". Logo, precisam ser jovens, mas não imaturos. É nessa época que muitos anunciam sua entrada no tráfico como uma



oferta possível de ganho de dinheiro, de ascensão social, de construção de masculinidade, de valor social dentro de um determinado grupo.

A entrada de alguns adolescentes no tráfico de drogas é apontada por diversos autores como consequência de um ciclo de vulnerabilidades vividas pelas famílias, sendo que o tráfico se apresenta como uma (senão a única) possibilidade de maiores quantidades de dinheiro, além de um retorno rápido (recebimento diário ou semanal) (Galdeano, 2019) (Lyra, 2013) (Malvasi, 2012) (Bortolozzi, 2014) (Costa e Barros, 2019). Segundo os adolescentes entrevistados, esse retorno financeiro auxilia na compra de itens básicos para a subsistência da casa, de si próprios e de outros membros da família, além de possibilitar aos adolescentes um maior poder de consumo com itens como roupas, lanches e eletrônicos. Os adolescentes que já tiveram ou ainda têm envolvimento com o tráfico, relataram que o dinheiro que ganham/ganharam no tráfico é normalmente muito superior à soma da renda dos outros membros familiares. Há, então, uma desvalorização dos subempregos aos quais os pais destes adolescentes se submetem. Eis que: "*Pra quê trabalhar com isso se o tráfico dá mais dinheiro?*".

Se é tensa a relação entre escola e trabalho, como mencionado anteriormente, essa relação se torna impossível quando o trabalho é no tráfico de drogas. Como argumentamos, os adolescentes que engajam na dinâmica do tráfico não conseguem se manter na escola devido às longas jornadas de trabalho, inclusive, a turnos que se sobrepõem ao horário da escola, além do fato de acharem que "*O que a escola ensina não serve para o tráfico*". Um adolescente nos diz que tentou conjugar a escola com o tráfico, mas tudo ficou

impossível, em suas palavras: "*Eu tinha que ficar de dia até sete horas, porque entrava a escola às sete horas, saía de lá às sete horas, já ia para a escola, chegava às onze, meia-noite, já chegava cansado, tinha que acordar às sete horas de novo, dormir meia-noite de novo por causa da escola. Era muita coisa. E eu falei, ah, vou parar de ir na escola*". Uma vez longe da escola, esse adolescente só voltará a estudar se optar pela desistência do tráfico, ou em breves períodos de cumprimento de medida em unidade socioeducativa que era o caso de muitos deles.

Nessa mesma perspectiva os adolescentes entrevistados apontam para a impossibilidade da profissionalização. Os adolescentes que estão no tráfico não possuem uma rotina cotidiana que os permita investir tempo para se profissionalizar em alguma outra atividade laboral. Assim, somente quando são apreendidos e entram para o socioeducativo é que esses adolescentes possuem a moratória social de dedicarem-se à profissionalização sem serem atravessados pela rotina do tráfico de drogas.

Nesta relação de produção de capital no contexto do tráfico de drogas, não há esferas da vida do adolescente que não estejam atravessadas por sua atividade laboral. Longas jornadas e turnos consecutivos em biqueiras faz com que o adolescente se aliene ao tráfico de forma radical, sendo ali sua forma exclusiva de socialização. A escola e a profissionalização são então preteridas em função da temporalidade urgente e encarcerada do tráfico. Sem estas dimensões protetivas, esse sujeito torna-se cada vez mais refém do tráfico de drogas.

A natureza do trabalho no tráfico determina uma série de riscos que vão desde à exposição contínua às substâncias tóxicas, às



interações com policiais, com o dono da biqueira, clientes e traficantes rivais, se tornando um ambiente laboral extremamente perigoso, suscetível à violência física, ameaças à vida além da exposição direta a armas de fogo: "*nessa vida que nós tá nós não tem colega não, tem nem colega nem amigo, é só uma pessoa que tá do seu lado ali e a qualquer minuto pode atrasar você, pode te matar ou você matar ele*". Nessa seara, o risco é contínuo e demanda que estejam sempre atentos à eles.

Quanto mais tempo na pista, mais expostos os adolescentes ficam ao reconhecimento dos policiais. Essa dinâmica engendra em um maior número de apreensões, o adolescente "roda mais", ensejando muitas entradas no sistema socioeducativo. Nessa seara, os adolescentes relatam exaustivamente sobre a violência policial, sobre a perda de diversos objetos que adquiriram.

Tanto os adolescentes da L4, como os adolescentes institucionalizados, dizem de como o braço coercitivo do Estado é pesado tanto dentro, quanto fora dos territórios. Dentro para controlar as atividades do tráfico, fora para fazê-los voltar para trás dos muros invisíveis que cercam suas comunidades. Esse apelo a uma contenção e normatização desses adolescentes é feito em última instância pela polícia, mas percebe-se na fala dos adolescentes que a cidade como um todo, se impõe sobre estes sujeitos de tal forma a enquadrá-los dentro de uma determinada ideologia. Diante das contínuas apreensões e passagens pelo sistema de justiça, acabam justificando uma medida de internação, o que ainda tem como consequência uma maior vulnerabilização desse sujeito junto ao próprio tráfico, por meio do acúmulo de dívidas.

Além da violência policial e outras formas de violência estatal, os adolescentes

que cumpriam medidas socioeducativas em meio fechado relatam a exposição a outros tipos de riscos. A própria dinâmica criminal da região, suscita conflitos nos quais eles são obrigados a se posicionarem com seus corpos, para além de uma mera relação de trabalho. Isso resulta na escalada da gravidade dos atos infracionais acumulados a partir da sua entrada no tráfico de drogas, vez que, tem que atender às ordens dos superiores hierárquicos senão correm risco com a própria vida.

Percebemos, também que, no contexto do trabalho no tráfico de drogas, a disciplina dos corpos se dá sob o signo da violência física, fazendo com que os adolescentes tenham o que eles chamam de os três "C's": Cadeira de rodas, cadeia e caixão. No entanto, essa atividade laboral se desenvolve em um contexto no qual segundo estes jovens não os discriminam em função de sua classe ou raça.

Por outro lado, os adolescentes que trabalham na lógica do trabalho protegido são explícitos em descrever a forma como este opera uma supressão de suas características, em nome de uma formalidade capaz de neutralizar seu ser de "favelado". Tatuagens, roupas, cores e cortes de cabelo, piercing, gírias, dicção, todas essas marcas de um certo estilo do adolescente, é transformado em estigma de adolescente da periferia, para depois ser apagado através de uma pedagogia do corpo que tenta conformar esse sujeito a um ideal do "asfalto", configurando um tipo de violência simbólica.

Dito isso, no trabalho protegido, os adolescentes da L4 relatam a dificuldade em domesticar seus corpos às exigências do outro empregador, bem como do cansaço referente a trabalhos repetitivos dos quais muitas vezes os adolescentes não entendem a utilidade, importância e sentido das atividades que



executam. Ainda assim, a maioria dos adolescentes da L4 apontam a expectativa de ingressarem em programas de iniciação profissional ou de atuarem como empreendedores ou autônomos, como forma de encontrar reconhecimento social pela via do valor moral do trabalho.

Em suma, em sede de considerações finais, é possível perceber a complexidade que permeia o fenômeno do trabalho infantil. Por um lado, os adolescentes participantes da pesquisa parecem demandar o trabalho protegido ou o empreendedorismo, mas denunciam em seus discursos as dificuldades e barreiras que encontram para se incluírem nesta modalidade laboral. Estas barreiras denotam questões relativas a classe e raça, projetadas no cotidiano destes adolescentes e reforçada pela precariedade de políticas públicas disponíveis no território. Assim, o trabalho do tráfico de drogas se afigura como uma possibilidade para estes adolescentes de se incluírem na dimensão laboral e dela extrair renda.

Concluimos que ao se desconsiderar o tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil, desumaniza-se as vítimas envolvidas nessa atividade ilícita. A pergunta provocativa sobre se um adolescente favelado e negro envolvido com o tráfico pode ser considerado uma criança ressalta a maneira como esses sujeitos são despojados de sua humanidade e, conseqüentemente, de seus direitos.

Ao negar a esses jovens o direito a uma infância segura e protegida, eles são duplamente vitimizados: primeiro, pela exploração de sua mão de obra em atividades ilegais; e segundo, pela falta de reconhecimento de sua condição de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Em vez de serem vistos como vítimas de estruturas sociais

injustas, são frequentemente culpabilizados individualmente pela violação das leis, sendo sujeitos a medidas socioeducativas que muitas vezes não levam em conta o contexto de exploração e vulnerabilidade em que estão inseridos e que são incapazes de fornecer soluções eficazes no sentido de promover a ruptura de ciclos de desvantagem e exclusão.

Neste estado de coisas, acreditamos que é necessário que as políticas públicas que visem combater o trabalho infantil e o trabalho infantil no tráfico de drogas devem voltar seu foco especialmente para a infância. A universalização de escolas de nível fundamental em tempo integral, se apresenta como uma opção importante no sentido de promover o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, ao mesmo tempo em que dá suporte familiar, inibindo assim a incidência do trabalho infantil. Além disso, é interessante a distribuição das escolas municipais e estaduais por todo o território, de modo, que os adolescentes possam frequentar sem serem obrigados a percorrerem grandes distâncias.

Outra ação com potenciais efeitos sobre a inibição do trabalho infantil e outras formas de violação de direitos de crianças e adolescentes seria a instituição de programas voltados à escuta clínica ao acompanhamento psicológico de crianças e adolescentes nos territórios vinculados ao SUS, a fim de trabalharem com eles seus desafios inerente às condições vulneráveis que vivenciam, bem como, aos próprios conflitos decorrentes do desenvolvimento pessoal.

Ainda no âmbito da educação é salutar a ampliação de centros e escolas profissionalizantes em nível regional, que garantam a acessibilidade e permanência dos adolescentes em seu processo de formação



profissional. Igualmente importante seria a oferta de cursos que estejam em consonância com a realidade e os desejos desses sujeitos, incluindo a formação relacionada ao empreendedorismo. Sobre este último aspecto, nos parece importante que também haja financiamentos voltados a empreendedores jovens e periféricos como forma de incentivar a geração de renda e emprego além de beneficiar a economia desses locais, sem desassistir os sujeitos que arriscam no mundo do empreendedorismo.

Também é urgente o fortalecimento de programas que tem como foco exclusivo na erradicação do trabalho infantil no âmbito da assistência social e o estabelecimento de uma política intersetorial, com o objetivo de dar visibilidade inibindo a subnotificação deste no território e promover o enfrentamento deste complexo fenômeno, especialmente naquelas que são suas facetas mais perversas.

No âmbito jurídico, acreditamos ser necessário a ampliação dos debates acerca do fenômeno do trabalho infantil no tráfico de drogas, eis que, estes sujeitos que já sofreram diversas violações e, continuamente, são considerados como sujeitos criminalizáveis sendo que deveriam ser protegidos. Nesse sentido, torna-se urgente um diálogo entre todos os juízes, promotores, defensores tanto da justiça juvenil quanto da justiça do trabalho com o fim de melhor atuarem em prol da proteção desses sujeitos, conforme preconizado no ECA.

Finalmente, no campo jurídico em nível federal torna-se extremamente urgente a revisão da política sobre drogas brasileira, cuja orientação proibicionista, fomenta a criminalização de adolescentes e jovens, seja nas unidades socioeducativas ou nas unidades prisionais. A política sobre drogas brasileira é

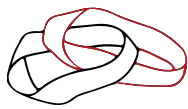
uma das máquinas que reproduzem continuamente os aspectos mais trágicos e violadores do cotidiano das periferias urbanas, marcando profundamente as trajetórias das crianças e adolescentes vítimas da exploração pelo tráfico de drogas.





9. REFERÊNCIAS

- AGAMBEN Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ANTUNES, R.. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.
- BARROS, M. M. L.. Trajetórias de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 16, n. 34, dez, p. 71-92, 2010.
- BARROS-BRISSET, F. O.; BOTELHO, A.; MARINHO, R. Proteção – substantivo variável. In: BRISSET, F.O; SANTIAGO, A.L.; MILLER, J. "Crianças falam! e têm o que dizer. Belo Horizonte, Ed. Scriptum, p.59, 2013.
- BEATO, C.; ZILLI, L. F. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 27 (80): 71-88, 2012.
- BORTOLOZZI, R. M. O sentido do trabalho para jovens trabalhadores da economia da droga: Exame retrospectivo. Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Educação da Unidade de Brasília. 2014.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Levantamento anual SINASE 2017. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2019
- CARVALHO, A. P. R.. Falando de juventudes no plural: a juventude trabalhadora do Programa de Trabalho Protegido na Adolescência (PTPA/FIA RJ). ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 9(21), 125-144, 2022.
- COHEN, B.. Psychiatric Hegemony: A Marxist Theory of Mental Illness. London, Palgrave Macmillan, 2016, 241, 2016.
- COSTA, P. H. A. da.; TEIXEIRA MENDES, K.. "Negro: de bom escravo a traficante". Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil. Sociedade E Estado, 37(02), 511–530, 2022.
- COSTA, A. P. M., & Barros, B. W. "Traficante não é vagabundo": trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. Revista Direito e Práxis, 10, 2399-2427. 2019.
- DAYRELL, J.; LEÃO, G.; REIS, J. Juventude, projetos de vida e ensino médio. Revista Educação e



- Sociedade, Campinas, v. 32, n. 137, p. 1067-1086, out.-dez. 2011.
- DAYRELL, J.. A escola" faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, 28, 1105-1128, 2007.
- DAYRELL, Juarez Tarcisio. *A Escola Como Espaço Sócio Cultural*. Belo. Horizonte: UFMG, 1996.
- FARIA, A. A. C.; BARROS, V. A.. Tráfico de drogas: Uma opção entre escolhas escassas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 536-544, 2011.
- FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. de . . São Paulo: Elefante, 388 p, 2019.
- FEFFERMANN, M.. Cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. *Segurança Urbana e Juventude*, 1(2), 1-14, 2008.
- FEFFERMANN, M.. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- IORE, M. O Lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos*. – CEBRAP nº92 São Paulo, Mar. 2012.
- FLAUZINA, A. L. P.; FREITAS, F. S. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror do Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. *Revista de Ciências Criminais*, 25, 135, 49-71, 2017.
- FLAUZINA, A. L. P. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal de Brasília), 2006.
- FROSH, S. *Assombrações: psicanálise e transmissões fantasmagóricas*. São Paulo: Benjamin Editorial, 2018.
- GARLAND, D. (2008). *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Instituto Carioca de Criminologia Revan.
- GALDEANO, Ana Paula. *Trampo na biqueira: a exploração do trabalho infantil pelo tráfico de drogas*. Entrevista Revista Unisinos, 2019.
- GALDEANO, A. P.; Almeida, Ronaldo (Coord.) *Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social* /Ana Paula Galdeano; Ronaldo Almeida, coordenadores; Deborah Fromm Trinta; et al. – São Paulo: CEBRAP, 2018.
- GOMES, N, L.; LABORNE, A. A. P. *Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra*. *Educação em Revista*, 34, pp. 1-25, 2018.
- GORDON, A. *Ghostly matters: haunting and the sociological imagination*. Minneapolis: University of Minnessota Press, 1997.
- KASSOUF, A. L.. *Evolução do trabalho infantil no Brasil*. *Sinais sociais*, 9(27), 9-45, 2015.
- KEHL, M. R.. *Em defesa da família tentacular*. In G. C. Groeninga, & R. C. Pereira (Orgs.), *Direito de família e psicanálise: Rumo a uma nova epistemologia*, p. 163-176. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- LIMA, F. *Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72, p. 80-93, 2020.
- LIMA, V. M.. *Lacan, as normas de parentesco e a castração masculina*. *Tempo Psicanalítico*, 52(2), 6-27, 2020.
- LIMA, R. G. e, Wermelinger, C., Oliveira, L. C. P. de, Silvia, B. F. A.. *Trajetórias e narrativas de adolescentes envolvidos com a criminalidade: os objetos e suas formas*



- de aproximação em transdisciplinaridade. *Psicologia em revista*, 25(1), 265-380, 2019.
- LYRA, D.. A República dos Meninos: juventude, tráfico e virtude – Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2013.
- MALTA, A. L., GUERRA, A. M. C., MOREIRA, J. O. As narrativas memorialísticas como estratégia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais complexos. In: GUERRA, A., MOREIRA, J. Adolescências e narrativas memorialísticas: escutando apostas inconscientes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, pp. 15-24, 2020.
- MALVASI, P. A.. Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, USP, 2012.
- MARTINS, A. F. P. Crianças e adolescentes em trabalho infantil no tráfico de drogas: visibilizar para proteger. *SCIAS. Direitos Humanos e Educação*, 3(2), 111-130. 2020.
- MILLER, J. A. Problema de pareja, cinco modelos. In: MILLER, J. A. et al. La pareja y el amor: conversaciones clínicas com Jacques Alain Miller en Barcelona. Buenos Aires: Paidós, p. 15-20, 2003.
- MOURA, C.. O negro: de bom escravo a mau cidadão. 2 ed. São Paulo: Dandara, 2021.
- MOURA, C.. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. IBEA - Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, São Paulo, 1983.
- MUNANGA, K.. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. *Revista da ABPN*, v. 4, n. 8, p. 6-14, 2012.
- MISSE, M. Sujeição Criminal. In: Crime, Polícia e Justiça no Brasil. Lima, R. S.; Ratton J. L.; Azevedo, R. G. [org.] – São Paulo: Contexto, 2014
- MISSE, Michel. Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Revan, 2008
- NAPOLIÃO, P., MENEZES, F., & LYRA, D.. Ganhar a vida, perder a liberdade: tráfico, trabalho e sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: CESeC, 2020.
- NOGUEIRA, J. A.; OLIVEIRA, R. R. N.; BRITO, L. G.; GÓIS, V. S.. Poder, masculinidade e participação em facções criminosas a partir de relatos de adolescentes privados de liberdade pela prática de atos infracionais. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 10(1), 338-353, 2020.
- OLIVEIRA, L. C. P.; Cardoso, C.O. M. ; OLIVEIRA, J. M. ; SENA, L. S. . Mapas, Metodologia e a Pesquisa Trajetória e Narrativa. In: Andrea Maris Campos Guerra; Braulio Figueiredo Alves da Silva; Frederico Couto Marinho; Jacqueline Moreira de Oliveira; Marcelo Ricardo Pereira. (Org.). *Trajetórias Adolescentes: contribuições da Psicanálise e da Sociologia*. 1ed., v. , p. 89-134, 2020.
- OLIVEIRA, L. C. P.; Cardoso, C.O. M. ; OLIVEIRA, J. M. ; SENA, L. S. . Mapas, Metodologia e a Pesquisa Trajetória e Narrativa. In: Andrea Maris Campos Guerra; Braulio Figueiredo Alves da Silva; Frederico Couto Marinho; Jacqueline Moreira de Oliveira; Marcelo Ricardo Pereira. (Org.). *Trajetórias Adolescentes: contribuições da Psicanálise e da Sociologia*. 1ed.; v. ,



p. 89-134, 2020.

PEREIRA, R. B. C. L. L.. Adolescentes infratores antes da internação: O caminho para o ato infracional a partir da visão dos adolescentes e de suas famílias na Unidade de Internação de Brazlândia (Uibra). Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade de Brasília, 2023.

PEREIRA, M. R. A orientação clínica como questão de método à psicologia, psicanálise e educação. In: PEREIRA, Marcelo Ricardo (Org) A psicanálise escuta a educação 10 anos depois. Belo Horizonte: Fapemig/Ed.Fino Traço, 2012.

RAMOS, F. P., & Menandro, P. R. M.. Inserção laboral: mudanças na identidade e nas relações sociais de adolescentes de classe popular. Psico (Porto Alegre), 273-288, 2002.

ROCHA, N. M. F. D., & Góis, C. W. D. L.. Trajetórias de jovens no mundo do trabalho a partir da primeira inserção: o caso de Sísifo em Maracanaú-Ceará, Brasil. Psicologia & Sociedade, 22, 466-475, 2010.

SANTIAGO, A. L. O mal-estar na educação e a Conversação como metodologia de pesquisa-intervenção na área de psicanálise e educação. In: CASTRO, L., BESSET, V. Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Nau, p. 113-131, 2008.

TJMG - Vara Infracional Da Infância E Da Juventude, Comissariado Infracional. Relatório Estatístico, Belo Horizonte, 2009-2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1hhGzlK1DriSIPKJ52U-OkH3Pp4t6G4HZ/view?usp=sharing>.

TJMG - Vara Infracional Da Infância E Da Juventude, Comissariado Infracional. Relatório Estatístico, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1F0mJqGTZR9YpUNKohR4l4aQwYfWN-uch/view?usp=sharing>.

TJMG - Vara Infracional Da Infância E Da Juventude, Comissariado Infracional. Relatório Estatístico, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1U2xm dF9x1hCgGh18RXXMVySchtYSfYBdO/vi ew?usp=sharing>.

TJMG - Vara Infracional Da Infância E Da Juventude, Comissariado Infracional. Relatório Estatístico, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/196FWUj013cUdlR0Z6mwYqXH3LVcFZ-s3/vi ew?usp=sharing>.

TJMG - Vara Infracional Da Infância E Da Juventude, Comissariado Infracional. Relatório Estatístico, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11VaFpEvXEwWqVuJPub-qgIpTYqEuIR-D/vi ew?usp=sharing>.

TJMG - Vara Infracional Da Infância E Da Juventude, Comissariado Infracional. Relatório Estatístico, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1sVANZWdGL6N4W5kObCeE-clgJlWgSH7E/vi ew?usp=sharing>.

TJMG - Vara Infracional Da Infância E Da Juventude, Comissariado Infracional. Relatório Estatístico, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1uQqableknCr7and40BnQqjB2lIdYSX-v/view?](https://drive.google.com/file/d/1uQqableknCr7and40BnQqjB2lIdYSX-v/view?usp=sharing)



usp=sharing.

VILLAR, M. D. C. O.; MOURÃO, L.. Avaliação do programa jovem aprendiz a partir de um estudo quase-experimental. Trends in Psychology, 26, 1999-2014, 2018.

ZAFFARONI, E. R.. A palavra dos mortos: Conferências de criminologia cautelar. Tradução Cecília Perlingeiro, Gustavo de Souza Preussler, Lucimara Rabel e Maria Gabriela Viana Peixoto. Col. Saberes Críticos. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZALUAR, A.. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. FGV Editora, 2004.





10. ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DE ESCUTA E CONDUÇÃO DOS GRUPOS E ENTREVISTAS NARRATIVAS

EIXO 1: TRABALHO

1. O que é trabalho?
2. Criança trabalha?
3. Adolescente trabalha?
4. Como é ser um adolescente que trabalha?
5. Como conseguiu o trabalho?
6. Quais as funções desempenhadas?
7. Quais os riscos desse trabalho?
8. Quais os ganhos desse trabalho?
9. Quais as suas intenções nesse trabalho?

EIXO 2: TRABALHO E FAMÍLIA

1. Quem mora com você?
2. Com o que as pessoas que moram com você trabalham?
3. O que você acha do trabalho delas?
4. O que elas pensam do seu trabalho?
5. Como é feito o sustento da casa? Recebem algum benefício do governo?
6. Você contribui financeiramente em casa?
7. Em relação às tarefas domésticas e cuidados com as crianças/idosos, como é a divisão?
8. Quem foi/é responsável pelo seu cuidado? Como foi realizado esse cuidado?

EIXO 3: TERRITÓRIO E CIDADE

1. Você sempre foi desse território?



2. O que há em comum entre você e as pessoas que moram aqui?
3. Com o que as pessoas que convivem trabalham?
4. Quais são os pontos desse espaço que você frequenta?
5. Como você circula pelo território?
6. Há rivalidades dentro desse território?
7. O que divide os grupos aqui dentro?
8. Você tem ou já teve limitações de circulação? Por quê?
9. Quais as suas relações com as pessoas desse território?
10. Você circula pela cidade?
11. Como você se sente fora do seu território?
12. Em relação à segurança, você se sente mais seguro dentro ou fora do território? Por quê?

EIXO 4: TRABALHO, CORPO E VIRILIDADE

1. Quais os riscos do seu trabalho para o seu corpo?
2. Como seu trabalho afeta seu corpo?
3. O trabalho já deixou alguma marca no seu corpo?
4. Você vê alguma diferença no trabalho realizado por meninos e meninas?
5. Trabalhar atrai a atenção das pessoas? Como?
6. Como o trabalho afeta suas relações sexuais, amorosas e afetivas?
7. Você se sente mais respeitado trabalhando? Por quê?
8. Como você se vê antes e depois de começar a trabalhar?
9. Como se dá a relação com o patrão? O que essa figura representa?

EIXO 5: TRABALHO, JUVENTUDE E RAÇA

1. Você se considera um adolescente?

2. O que é ser adolescente?
3. Quando você acha que deixou de ser criança?
4. Quando você acha que será adulto?
5. Como você define sua raça? O que esse pertencimento racial representa para você?
6. Na sua percepção, qual a relação entre trabalho e raça? Por que você acha que isso acontece?
7. Você acha que sua raça afetou sua entrada no mercado de trabalho?

EIXO 6: TRABALHO E ESCOLA

1. De maneira geral, o que você acha da escola?
2. Para vocês, quais são as dificuldades de se estudar e trabalhar?
3. Qual a importância da escola para sua vida?
4. Quais foram os espaços nos quais você mais aprendeu? Com quem?

EIXO 7: TRÁFICO E TRABALHO

1. Tráfico é trabalho?
2. Você considera tráfico um crime?
3. Qual a diferença do tráfico em relação a outros trabalhos?
4. Há outras pessoas da sua família que eram/são envolvidas com o tráfico?
5. Quais funções você desempenhou no tráfico?
6. Você vê alguma diferença entre as funções desempenhadas pelos meninos e pelas meninas no tráfico?
7. Como o tráfico afeta o seu território?
8. Quando você foi apreendido, ocorreu dentro ou fora do território?
9. Você já passou por alguma situação em que teve que utilizar da violência?
10. Você já correu algum risco de morte? Como foi isso? Qual a sensação?



11. Você já foi alvo de abordagens policiais? Como elas ocorreram?
12. Você já foi apreendido? Foi por tráfico? Quantas vezes?
13. O que aconteceu depois que você foi apreendido?
14. Qual/Quais medidas socioeducativas você pegou?
15. O que achou delas?
16. Você acha que a medida socioeducativa mudou sua relação com o tráfico?
17. Você já pensou em trabalhar em algo fora do tráfico?
18. Você tem vontade de continuar no tráfico? Se não tiver, o que você acha que seria necessário para que isso ocorresse?

EIXO 8: PERSPECTIVAS DE FUTURO

1. Se você pudesse escolher qualquer coisa, com o que gostaria de trabalhar?
2. Como você se enxerga em 5 anos? E em 10?

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES E LIDERANÇAS

1. Nome, função e tempo na função
2. Quando menciono 'trabalho infantil' qual a primeira ideia que vem na sua cabeça?
3. Na sua percepção, quais seriam as piores formas de trabalho que crianças e adolescentes podem desempenhar?
4. A escola/instituição possui alguma parceria com instituições que promovem iniciação profissional? (ASSPROM) Se sim, como funciona? Se não, por que não?

5. A escola possui alguma forma de monitorar os alunos que estão inseridos em atividades laborais? Como isso é feito?
6. Entre os alunos que exercem atividades laborais, quais são os tipos de atividades mais frequentes?
7. Na sua visão, qual o papel desempenhado pela escola/instituição no combate ao trabalho infantil?
8. Na sua visão, qual o papel da escola/instituição na promoção de formas de inserção no mercado de trabalho condizentes com o ECA?
9. Na sua visão quais são os maiores desafios para se promover uma inserção virtuosa de jovens no mercado de trabalho?
10. Na sua percepção, o tráfico de drogas pode ser considerado um trabalho?
11. Por que alguns jovens ingressam no tráfico de drogas e outros não?

ANEXO C - IMAGENS UTILIZADAS COMO DISPARADORAS DAS CONVERSAS



PSILACS
PSICANÁLISE E LAÇO SOCIAL
NO CONTEMPORÂNEO



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

crisp

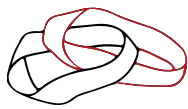
<https://www.dw.com/pt-002/mais-de-10-milh%C3%B5es-de-crian%C3%A7as-for-%C3%A7adas-a-trabalhos-dom%C3%A9sticos/a-16877256>



© DWJohannes Beck

Foto: ASCOM
Publicado no Jornal Grande Bahia

<https://jornalgrandebahia.com.br/2021/06/trabalho-infantil-sobe-pela-primeira-vez-em-20-anos-e-atinge-160-milhoes-de-criancas-no-mundo/>



PSILACS
PSICANÁLISE E LAÇO SOCIAL
NO CONTEMPORÂNEO



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

crisp



<https://www.barretoecosta.com.br/ler-blog.php?id=19>



<https://fepetimt.org.br/quais-sao-as-consequencias-do-trabalho-infantil-domestico/>



PSILACS
PSICANÁLISE E LAÇO SOCIAL
NO CONTEMPORÂNEO



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

crisp



<https://ampliphi.io/what-are-plastic-credits/>



PREFEITURA BELO HORIZONTE



PSILACS
PSICANÁLISE E LAÇO SOCIAL
NO CONTEMPORÂNEO

crisp
Centro de Estudos
de Criminalidade
e Segurança Pública UFMG